

Charles Pizzato

AR
QUI
TE
TU
RA
SOCIO
EDUCA
TIVA

O espaço ressocializando pessoas
e curando a sociedade

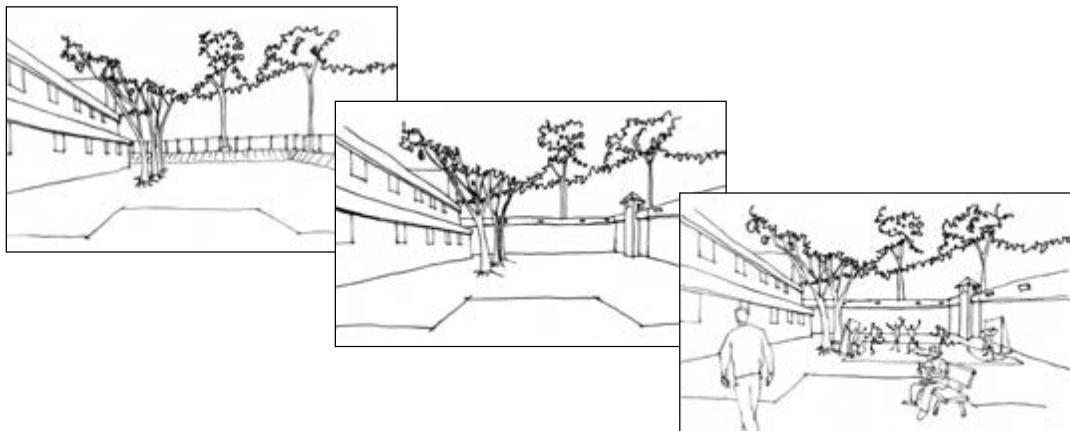
Coleções CAU/RS

2015

Charles Pizzato

ARQUITETURA SOCIOEDUCATIVA

O espaço ressocializando pessoas,
curando a sociedade



Corag

Porto Alegre/RS
2016



CAU/RS

SERVICO PÚBLICO FEDERAL
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul

CAU/RS – Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul

Rua Dona Laura nº 320, Rio Branco – Porto Alegre – RS

Telefone: (51) 3094-9800

www.caurs.gov.br

Conselho Editorial do CAU/RS:

André Huyer

Carlos Eduardo Mesquita Pedone

Célia Ferraz de Souza

Luiz Antônio Machado Veríssimo

Assessoria Técnica do CAU/RS:

Eduardo Bimbi

Denise Lima

Tales Völker

Gabriela Belnhak Moraes

Marcele Danni Acosta

Capa:

Daniel Ramos Pereira | e21 agência de multicomunicação

Foto do Autor | acervo pessoal

Diagramação da Capa | Marcele Danni Acosta

Revisão Ortográfica da Capa | Gabriela Belnhak Moraes

Revisão ortográfica:

Nara Maria Crossetti Vidal

Projeto Gráfico e Diagramação:

Lilian Lopes Martins | Corag

Impressão:

Corag – Cia. Rio-grandense de Artes Gráficas

Tiragem:

1.500 exemplares

ESTE EXEMPLAR NÃO PODE SER COMERCIALIZADO.

Permite-se a reprodução PARCIAL desta publicação, sem alteração do conteúdo, desde que citada a fonte e sem fins comerciais. Ressalta-se que a violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

P695a Pizzato, Charles

Arquitetura socioeducativa: o espaço ressocializando pessoas, curando a sociedade / Charles Pizzato. – Porto Alegre : Corag/CAU-RS, 2016.

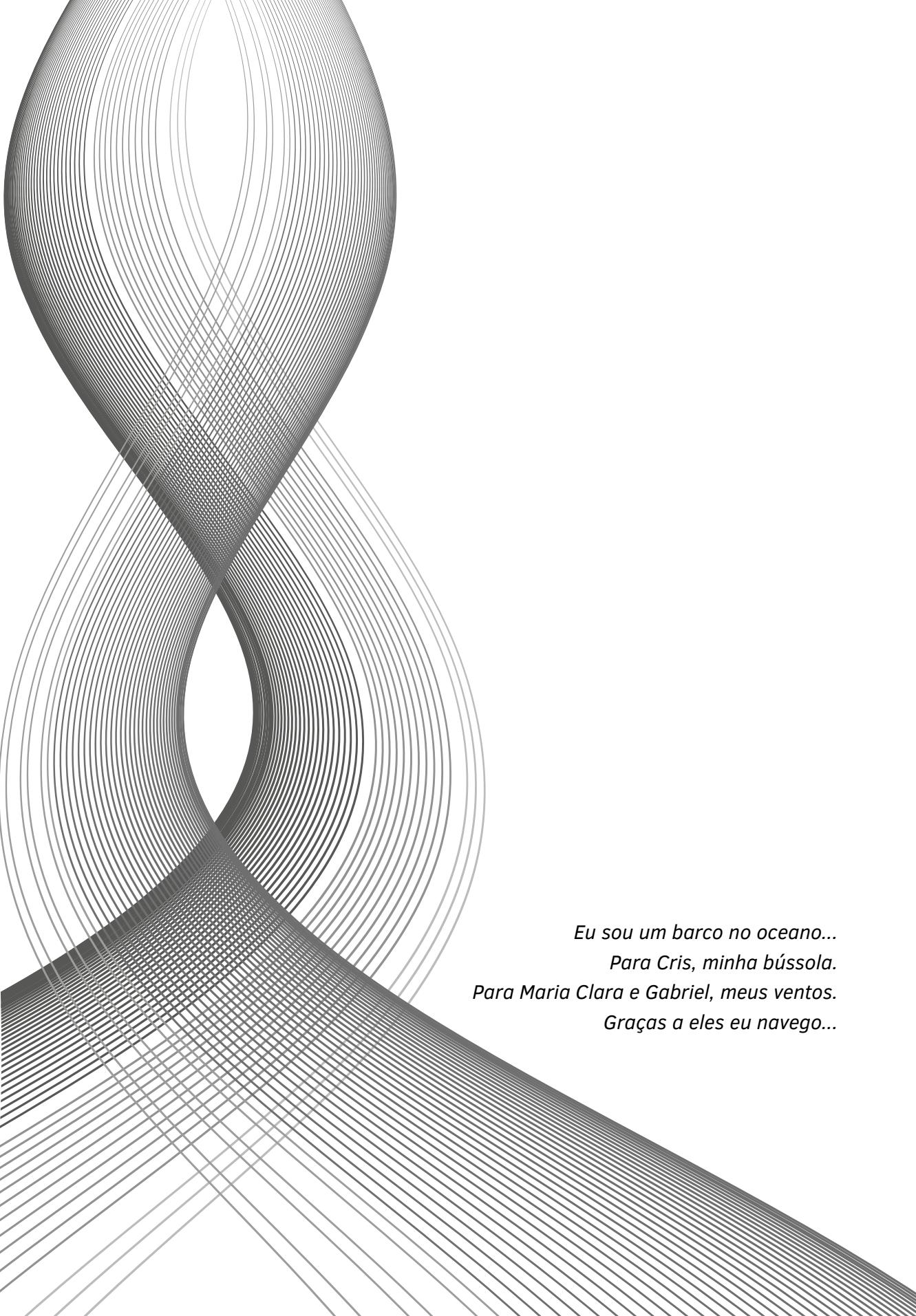
17,6x25,3cm. ; 160p.

ISBN 978-85-7770-300-5

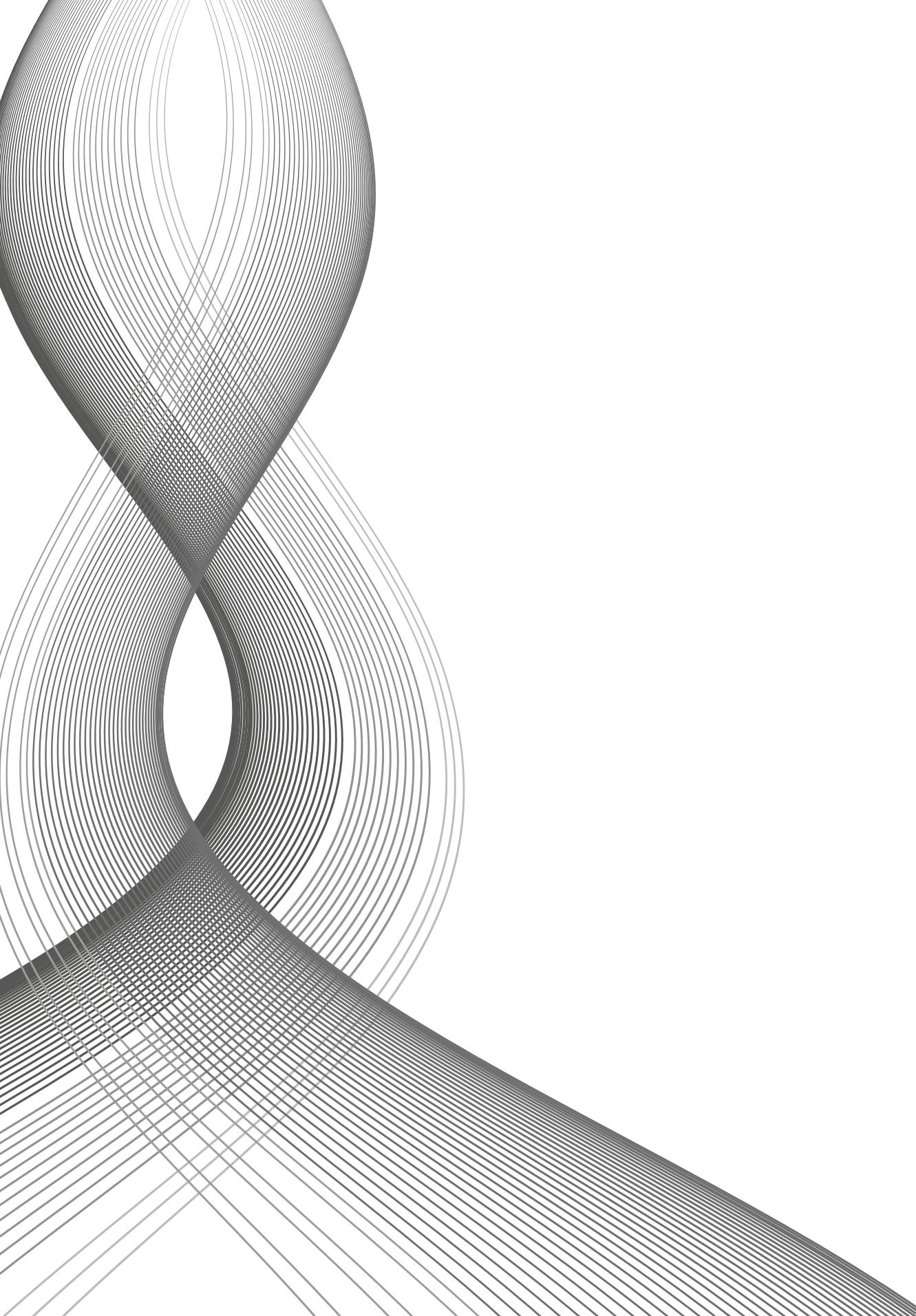
1. Arquitetura. 2. Socioeducação. 3. Sustentabilidade.
4. Meio ambiente. I. Título.

CDU 72.01:37.015.4

Catalogação na publicação: Leandro Augusto dos Santos Lima – CRB 10/1273



*Eu sou um barco no oceano...
Para Cris, minha bússola.
Para Maria Clara e Gabriel, meus ventos.
Graças a eles eu navego...*



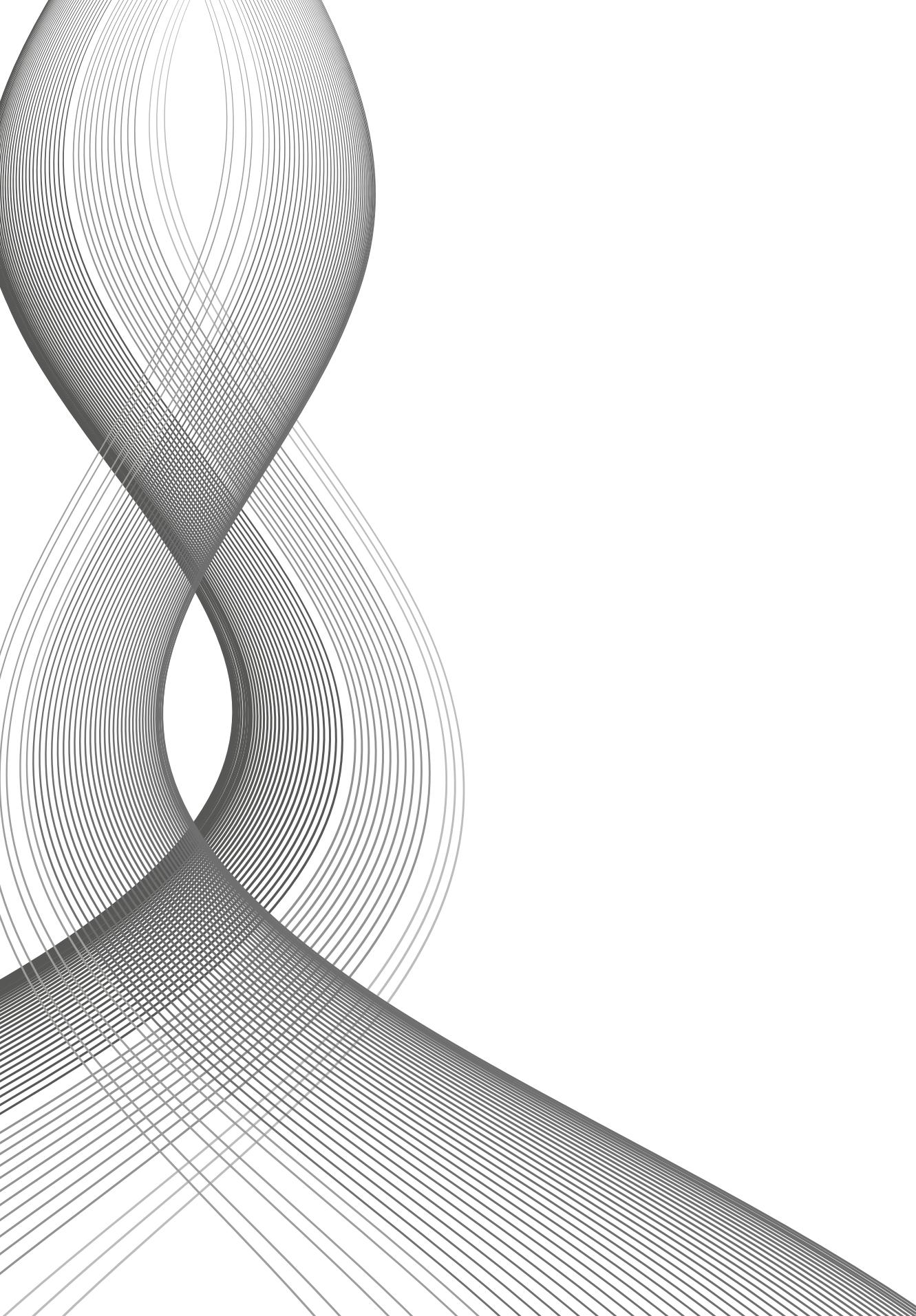
PALAVRA DO PRESIDENTE

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul tem buscado atender, da forma mais adequada e mais abrangente possível, às necessidades dos profissionais nele registrados. Com a publicação da Lei que criou o CAU/RS como Conselho próprio dos Arquitetos e Urbanistas, passou a acolher todos os profissionais e empresas até então registrados no Sistema CONFEA/CREAs. Para que essa atividade pudesse se desenvolver de forma independente e inovadora, no ano de 2010 foram elaborados trabalhos de modo conjunto, envolvendo as Câmaras de Arquitetura dos CREAs e as Entidades Nacionais de Arquitetura e Urbanismo, que trabalharam intensamente com o objetivo de preparar os primeiros documentos que permitissem, quando da realização do processo eleitoral do CAU com a eleição de seu Presidente Nacional, ao Conselho iniciar seu funcionamento com um mínimo de elementos indispensáveis para que Arquitetos e Urbanistas e suas empresas pudessem efetuar seus registros e, assim, regularizar seus trabalhos.

A própria Lei determinou as funções do CAU: o registro, a orientação e a fiscalização do exercício profissional. A fim de realizar tais tarefas, o CAU/RS buscou organizar atividades que favorecessem a qualificação do exercício profissional, dentro do conceito de que a melhoria dessa qualificação caracteriza a base da fiscalização, pois o exercício, assim engrandecido, seria a forma mais consistente de se ter uma fiscalização da profissão dentro dela mesma, ou seja, a atuação dos profissionais abordaria e resolveria a maior parte das questões.

Entre essas tarefas, enquadra-se o presente projeto editorial, que procura estimular os Arquitetos e Urbanistas a desenvolver produções intelectuais e científicas, de modo que possam ser absorvidas pela comunidade profissional. No ano de 2015, o CAU/RS se propôs a editar quatro livros, de iniciativa e autoria de profissionais residentes no Rio Grande do Sul que, submetidos a uma Comissão Editorial, fossem considerados habilitados para serem publicados por nosso Conselho.

Arq. e Urb. Roberto Py Gomes da Silveira
Presidente do CAU/RS
Gestão 2015/2017
Gestão 2012/2014

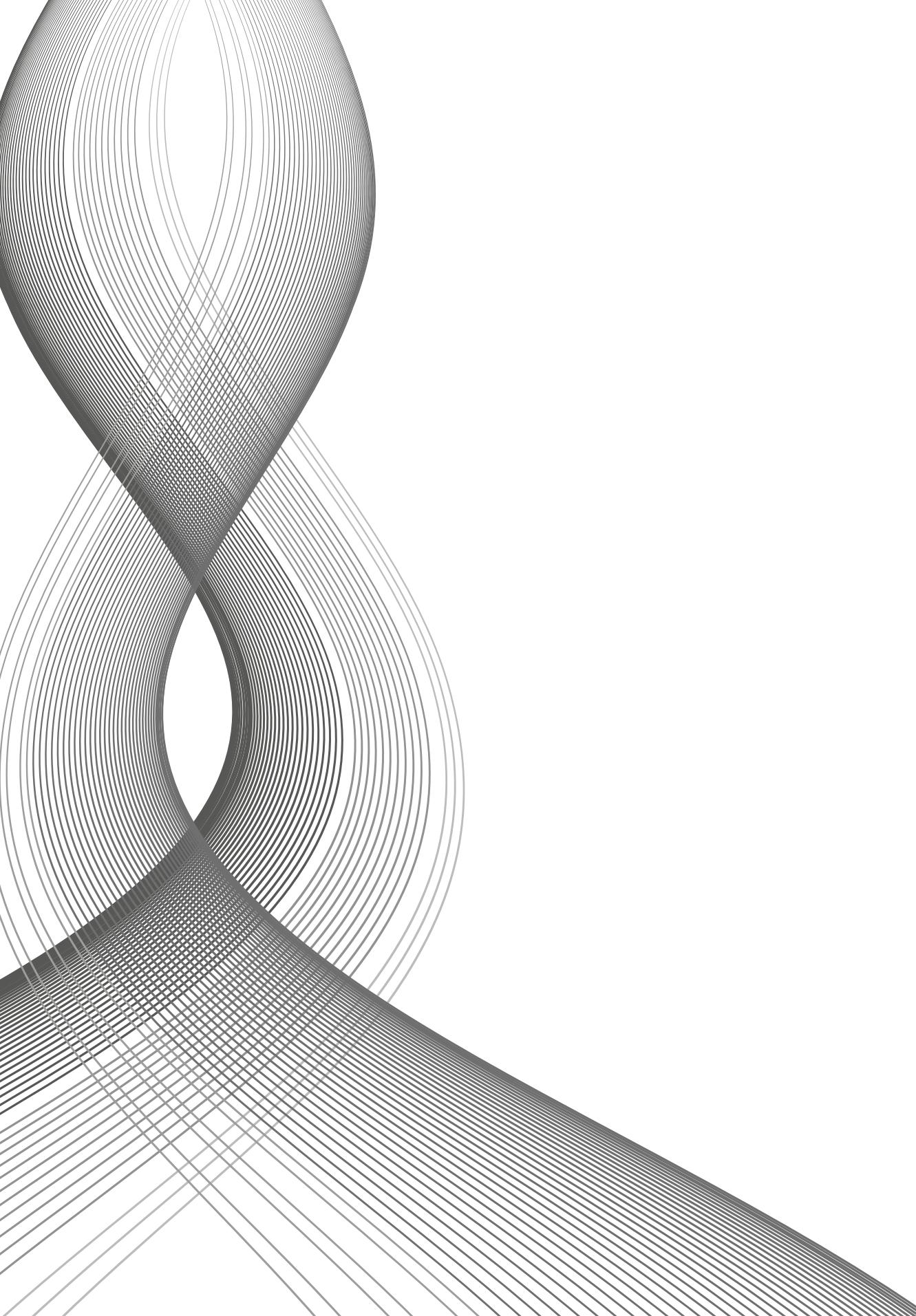


PALAVRA DO CONSELHO EDITORIAL

A Arquitetura por si só talvez não tenha a capacidade de curar pessoas, assim como talvez a Arquitetura não tenha conseguido moldar um novo homem, como imaginava Le Corbusier nos primórdios da Arquitetura Moderna. No entanto, certamente as características que os arquitetos e urbanistas imprimem aos espaços e as conexões entre estes muito contribuem para o sucesso de algumas atividades ali desenvolvidas, como a socioeducação.

Neste sentido, Michel Foucault se referia às “máquinas de curar” quando debruçou-se sobre as origens do Hospital Moderno. E é um pouco nesta linha que se desenvolve o livro do colega Charles Pizatto, quando busca, calcado em sua experiência pessoal como arquiteto e urbanista de Instituição voltada a esta tarefa, nos aproximar de estratégias de projeto que solucionem um edifício dedicado à socioeducação e que permita à Instituição atingir os objetivos a que se propõe de modo mais direto. Neste caso, o cliente é anônimo e só podemos atuar sobre as condições espaciais e as configurações que serão possivelmente apropriadas para a sua finalidade.

**André Huyer
Carlos Eduardo Mesquita Pedone
Célia Ferraz de Souza
Luiz Antônio Machado Veríssimo**



AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, pela formação e carinho que me deram.

À minha esposa Cris, por todo o apoio, carinho e companheirismo desses anos todos que vivemos juntos, na dor e no amor. E pelas orientações em todos os meus textos, sou um escritor mais coerente graças a ela – acreditem, eu poderia ser bem pior...

À minha sogra Nara, pela revisão ortográfica em todos os meus textos publicados. Graças a ela não aprimorei minha gramática, só fiquei mais preguiçoso.

Ao Rafael Giordano por me ajudar a redescobrir quem eu sou e assim encontrar meu lugar dentro desse livro.

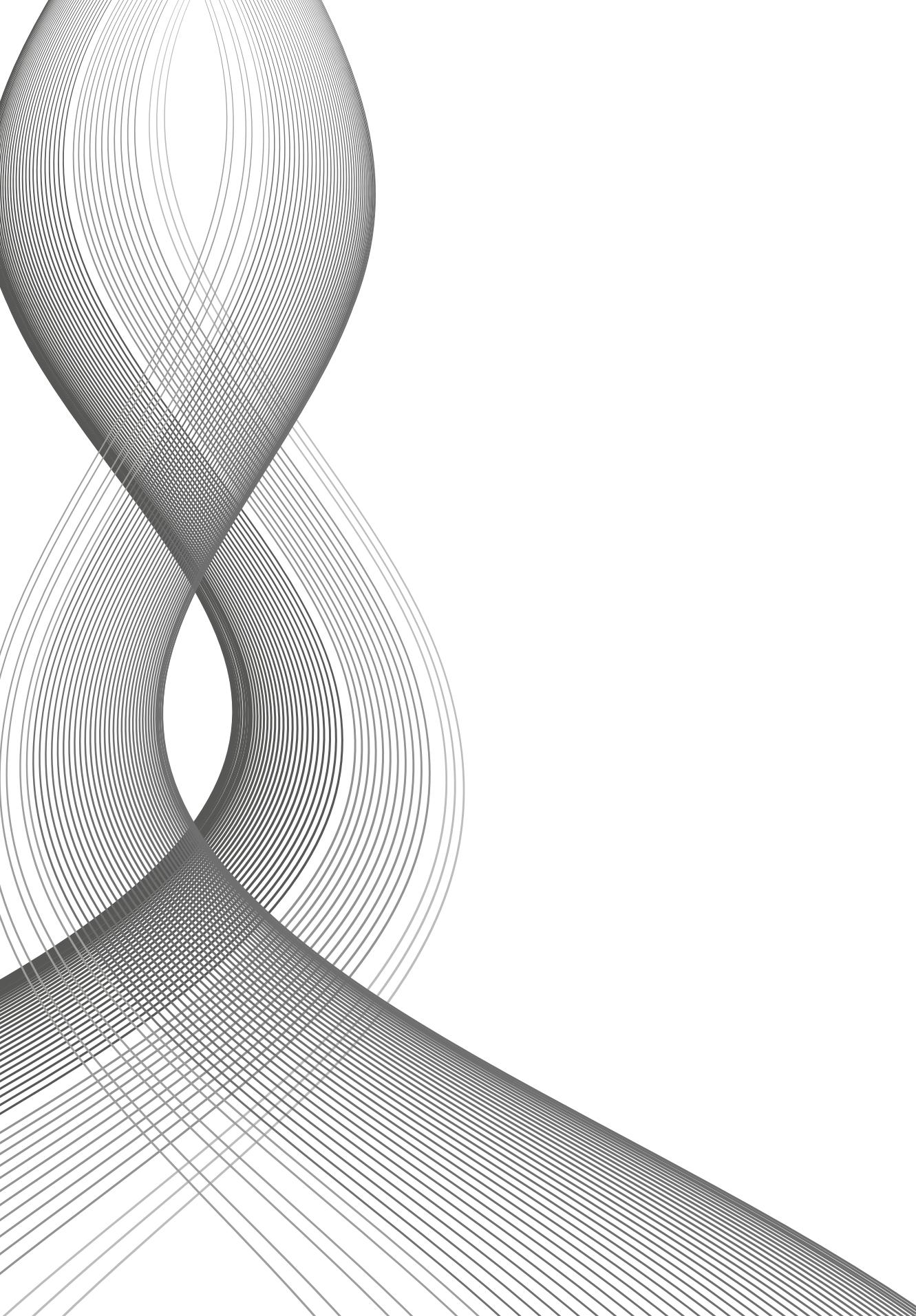
Aos meus alunos e colegas professores das ULBRA Torres e Canoas, onde a cada momento eu aprendia como ensinar – eterno desafio! É uma benção poder aprender coisas novas! À minha parceirinha de ensino e amiga de todas as vidas, Cláudia Tittton, que, com a graça e a leveza que lhe são ímpares, revigorou meu prazer da sala de aula e, assim, me fez crer que esse livro era possível.

Quando entrei na FASE fui muito bem acolhido pelos colegas do Núcleo de Engenharia, Paulo, Geraldo, Bruno e Neusa. Agradeço à Neusa Marques, especialmente, por ter me ensinado tudo sobre ser um bom funcionário público e por ser uma grande amiga, acima de tudo e de todos.

De maneira similar, ao pessoal da Assessoria de Informação e Gestão, Eliane, Marta, Leonel e Eduardo, que tiveram que ter uma dose extra de paciência comigo. Muito reaprendi sobre a Fundação, sobre uma perspectiva mais ampla e social.

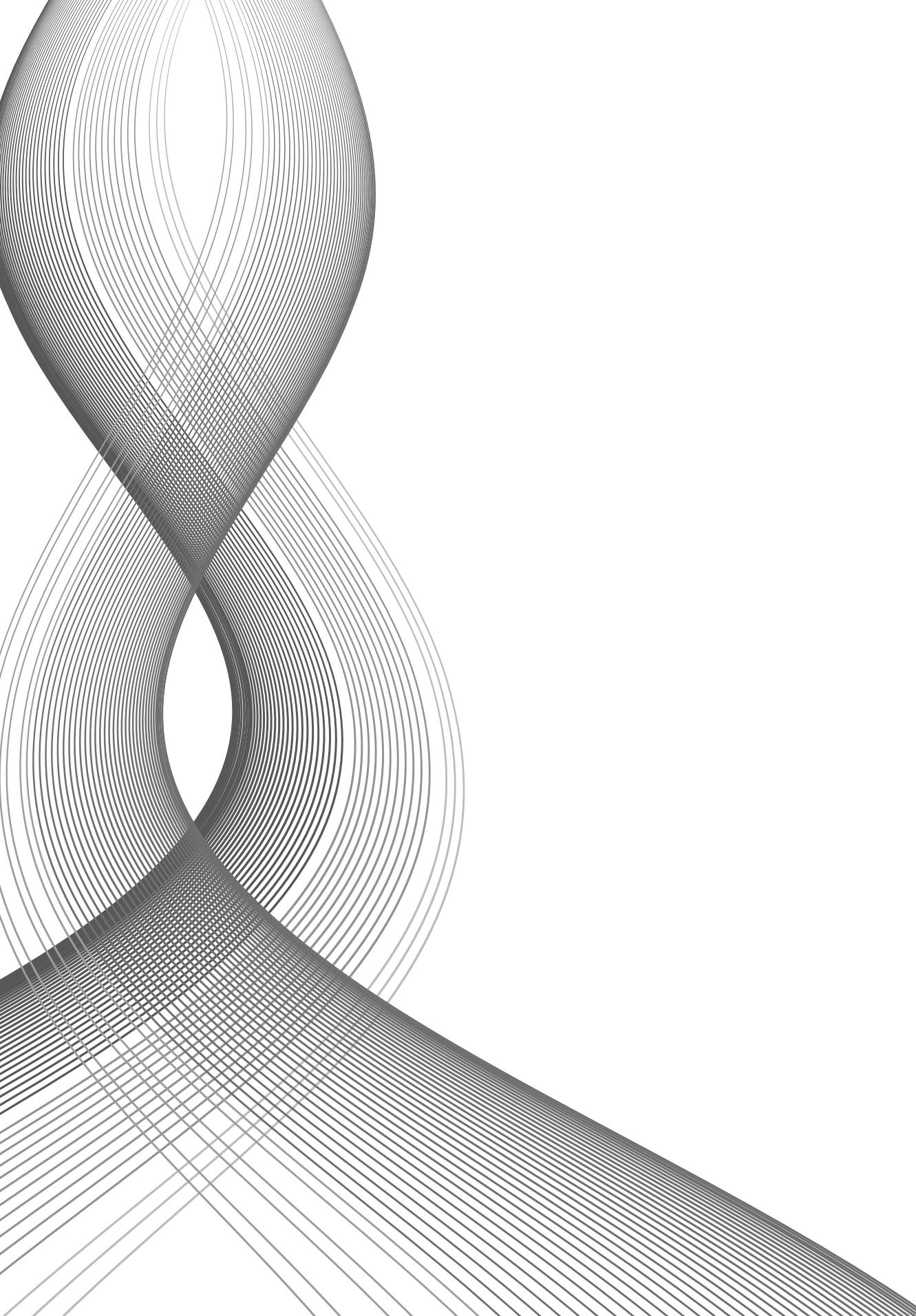
À Marli Claudete, por ter me resgatado no último minuto, quando eu já tinha jogado a toalha. Através dela fui colocado dentro de um grupo multidisciplinar de elite. Foram oito meses de trocas de experiências que deram uma bela encorpada nesse livro. Pensar que eu poderia publicá-lo antes dessa experiência, me parece agora uma completa insensatez!

A todos os funcionários da FASE que se propõem a manter um diálogo constante, apesar das múltiplas e infinitas adversidades. Eu aprendo sempre todo o dia com vocês.



SUMÁRIO

1º Prefácio	13
2º Prefácio	17
Introdução.....	21
O que é Arquitetura?	23
Se por uma Arquitetura Social... Por que não uma Arquitetura Socioeducativa?.....	25
O que é Socioeducação (para arquitetos e engenheiros)?	29
Por uma Arquitetura que cura	35
O Programa Arquitetônico Socioeducativo.....	41
Implantações de CASE's: Aceitação de Ocupação Territorial e Desafios	53
Tipologias Arquitetônicas	67
Patrimônio Histórico e Socioeducação	75
Meio Ambiente e a Socioeducação.....	83
Sustentabilidade: Exemplo de Vínculo Social.....	89
Dimensionamento e Conforto Ambiental: A Contribuição do Arquiteto	93
Durabilidade e Manutenção: Desafio das Especificações do Projeto Arquitetônico.....	105
Estética da Segurança.....	113
Significados na Arquitetura Socioeducativa: A Estética à Serviço da Socioeducação.....	127
O Espaço como Protagonista da Educação Cidadã	139
O Espaço que Propicia A Cura	149
Referências Bibliográficas.....	157



1º PREFÁCIO

Não sei explicar bem o porquê, mas a leitura do livro de Charles Pizzato, associando arquitetura e socioeducação, me permitiu fazer uma viagem ao início da década de 90, reportando-me ao meu primeiro dia de trabalho como psicóloga na FEBEM¹ (que se transformou na atual Fundação de Atendimento Sócio Educativo – FASE). A unidade de atendimento era o Instituto Central de Menores – ICM², que veio a ser apelidada de *Casa dos Horrores*, devido às manchetes de uma série de reportagens veiculadas em um jornal com grande circulação no estado do Rio Grande do Sul, na época. Nesse local eram frequentes maus tratos, fugas em massa, motins e teve o ápice de seu *horror* com a morte de nove adolescentes em um curto espaço de tempo. Essa unidade foi desativada no início dos anos 2000, talvez como uma tentativa de apagar todo sofrimento absorvido por aquelas paredes. A decisão pela desativação do ICM trazia em seu bojo a intenção de demarcar uma mudança de paradigma, principalmente por representar um modelo de instituição e de atendimento que deveria ser banido do sistema. Cabe considerar que sua estrutura física ficou abandonada, foi saqueada e depredada, e hoje é uma ruína incorporada à vila que se formou no terreno da FASE, com invasões irregulares.

Após o fechamento de uma unidade com a dimensão do ICM, mais de 100 leitos foram perdidos, culminando em superlotação nas demais unidades da capital, já que inicialmente, no estado, só existiam unidades de internação em Porto Alegre. Com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA foi necessário fazer o movimento contrário, a regionalização do atendimento aos adolescentes infratores, para que pudessem cumprir sua medida socioeducativa próximos de seu local de origem. Essas iniciativas marcaram concretamente o fim de uma era, dando início à construção de novas unidades regionalizadas, chamadas Centros da Juventude – CJ's. Assim, extingue-se a FEBEM e começa uma nova fase com a FASE³ (desculpem o trocadilho, mas não resisti!).

1 Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor.

2 O ICM costumava ter, em média, 180 adolescentes infratores cumprindo medida socioeducativa de internação, provenientes de todo estado do Rio Grande do Sul.

3 Em maio de 2002 a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor- FEBEM/RS é extinta e dividida em duas novas fundações. Surge a Fundação de Proteção Especial – FPE, responsável pela rede de abrigos estaduais de atendimento a crianças e adolescentes abandonados, com problemas mentais e neurológicos permanentes e portadores de HIV. E a Fundação de Atendimento Sócio-Educativo - FASE/RS destinada ao atendimento exclusivo de adolescentes infratores do Estado.

Do dia em que ingressei na fundação até hoje, vi poucos posicionamentos tão bem embasados tecnicamente como o do arquiteto Charles Pizzato neste livro, especialmente ao referir no capítulo “PATRIMÔNIO HISTÓRICO E SOCIOEDUCAÇÃO” que mesmo classificadas como negativas, as construções não deveriam ser sumariamente destruídas, com o que concordo plenamente, destacando a importância de valorizarmos, cultivarmos e preservarmos nossas histórias, sejam elas boas ou ruins, concretas ou apenas lembranças.

Foi um longo caminho percorrido até aqui e hoje me sinto honrada com o convite de Charles para prefaciar seu livro, discorrendo sobre algo que é parte de minha história. Não ponderei o fato de nunca antes ter feito um prefácio, apenas me senti presenteada com a possibilidade de ler seu livro prioritariamente e me deixar levar pelas emoções e reflexões que o texto proporciona. A primeira delas, como já disse no início, me reportou a algum lugar no passado, onde havia uma unidade com arquitetura distanciada do que encontramos no modelo atual, mas que teve sua importância para chegarmos aos Centros de Atendimento Socioeducativo – CASE’s, que no livro o autor denomina de unidades de terceira geração.

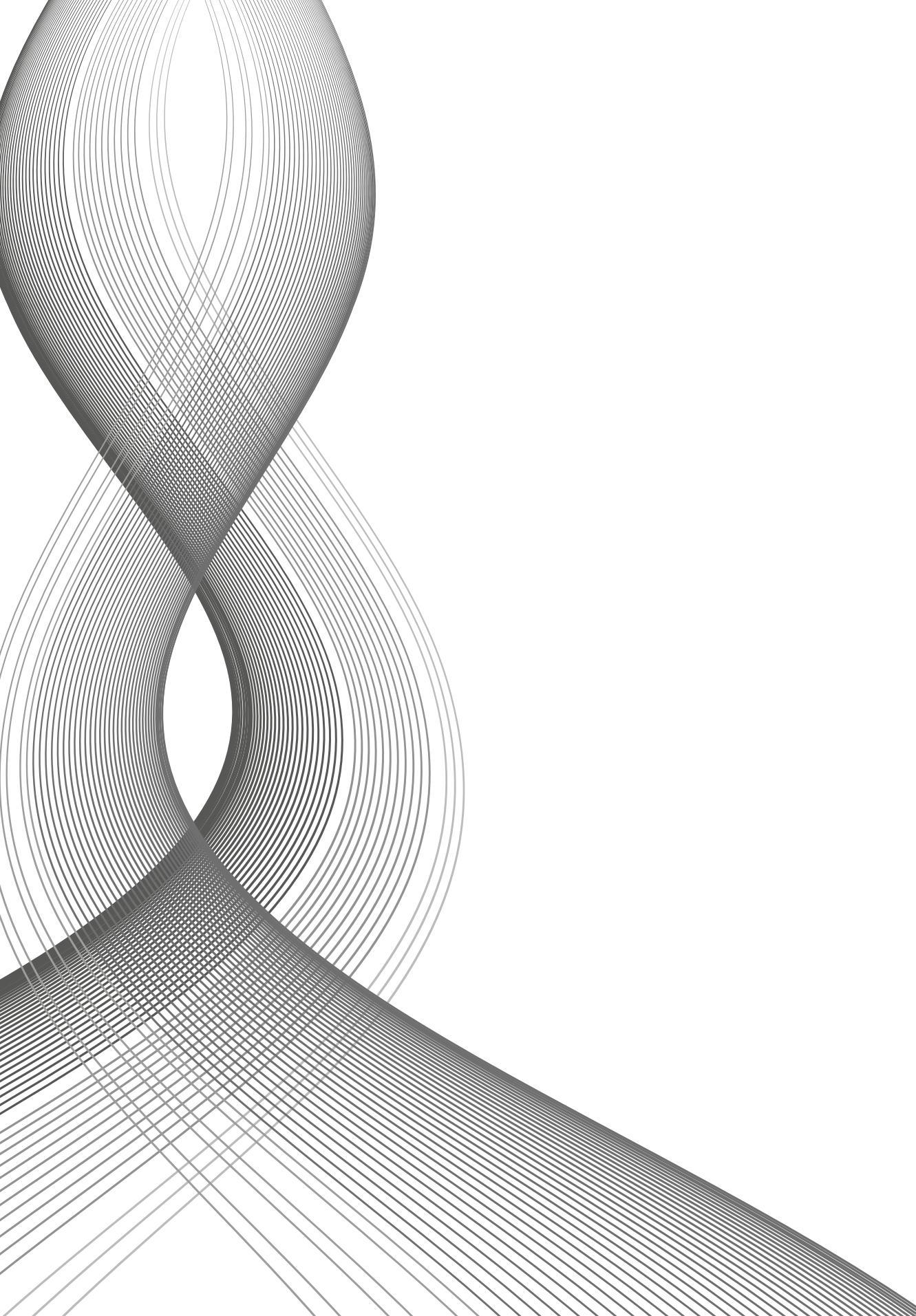
Uma das características mais notáveis no texto desenvolvido por Charles é sua capacidade de estabelecer um ritmo de explanação, que favorece a compreensão, não somente por arquitetos, urbanistas e engenheiros, como pelos demais profissionais que se interessem pelo assunto da socioeducação. Sendo eu psicóloga, ao longo dos capítulos que se seguem, apreciei o empenho do autor em demonstrar a necessidade e a importância da interface entre o ambiente e comportamentos humanos. O livro traz à tona a preocupação com a satisfação e com a qualidade de vida dos usuários, bem como com o entorno da construção. De maneira bastante instigante, o autor provoca e convida-nos a pensar sobre a influência da arquitetura no adoecimento físico e mental ou, por outro lado, sua contribuição à saúde e à cura da alma.

O escrito vai além, apresenta também os entraves e dilemas encontrados nas tentativas de concretizar uma concepção mais próxima do ideal no atendimento em socioeducação. Um dos caminhos sugeridos pelo autor para o enfrentamento dos impasses aponta que a socioeducação “é um trabalho realizado por pessoas, não por prédios. Os prédios estão lá para servir as pessoas”. Seguindo esta linha de raciocínio, a associação do projeto arquitetônico à proposta pedagógica adequada contribuirá para o sucesso do programa de atendimento, tanto em regime de internação quanto de semiliberdade.

Agora, após esse exercício de tentar traduzir em palavras as emoções e lembranças que foram surgindo no decorrer da leitura deste livro, associado ao aprendizado que me proporcionou, me arrisco a retomar minha reflexão inicial quando referi: “Não sei explicar bem o porquê”. Sei sim. Porque o autor, desde a primeira linha até a última, demonstra conceber a arquitetura na socioeducação com a empatia necessária para se colocar no lugar dos usuários daquela estrutura (adolescentes e seus familiares, funcionários e outras visitas eventuais). Além dos parâmetros do projeto arquitetônico, das técnicas construtivas e dos materiais indicados, Charles consegue

transmitir, com a sensibilidade que o caracteriza, que tanto as energias sutis quanto outras questões objetivas estarão sempre envolvidas na dinâmica dos relacionamentos que ali se estabelecerem.

Dina Prytula Greco Soares
Porto Alegre, novembro de 2015



2º PREFÁCIO

Conheço o Charles não é de hoje. Compartilhamos a mesma sala de aula por alguns bons semestres letivos, buscando sensibilizar futuros arquitetos sobre a importância de reocuparmos prédios antigos, adaptando-os às novas funções sociais que não mais correspondem àquelas para as quais foram projetados. Abordávamos prédios com relevância histórica, social, cultural, outrora protagonistas na formação da identidade de nossa cidade, agora abandonados, e discutíamos com as turmas de alunos a importância (e a complexidade) de adaptarmos essas estruturas já postas e construídas aos usos contemporâneos.

Não consigo evitar um paralelo entre essa atividade que desenvolvíamos juntos – até porque ela é justamente o elo que nos vincula – e a discussão que Charles propõe neste livro: a de que a sociedade tem evoluído muito mais rapidamente do que o conjunto de espaços que abriga suas atividades. Como bem coloca Charles, os prédios – e, num sentido maior, a Arquitetura, responsável por eles – não conseguem evoluir tanto, ou tão rápido, quanto os conceitos.

É o caso, como nos demonstra o autor, de grande parte das unidades de internação e acolhimento de adolescentes em conflito com a lei, em que a evolução das estruturas físicas não consegue acompanhar a evolução das práticas socioeducativas e pedagógicas. Fenômeno bastante grave, uma vez que, em não estando o prédio em consonância com o projeto pedagógico, pode ficar inviabilizado o atendimento socioeducativo desejado.

Pois bem, por mais que o olhar aqui esteja direcionado à questão das instituições socioeducativas, Charles toca, com extrema habilidade e sensibilidade, em um problema que acredito ser um dos maiores e mais relevantes na Arquitetura e no Urbanismo Contemporâneos e um desafio constante para o arquiteto em suas mais diversas frentes de atuação: a rigidez, a complexidade e o tempo de maturação da Arquitetura (tanto como ofício quanto como objeto) são qualidades diametralmente opostas à flexibilidade e à rapidez de evolução das relações humanas. Fato que põe em juízo a capacidade da disciplina em compor com as demandas dos seres humanos e da cidade contemporânea.

Nesse contexto, entender as transformações que o conceito e a leitura de lugar vêm sofrendo, o que Charles promove ao transitar pelas ideias de Nygaard, Castello,

del Rio e Lynch, ajuda a compreender, com maior abrangência, os fenômenos em processamento no ambiente e a necessidade/urgência de ação.

Charles também nos oferece reflexões sobre elementos imateriais que tornam o lugar bem mais que seus edifícios, fazendo com que o âmbito do construído vá além do que é estabelecido pelos sistemas tridimensionais aos quais atribuímos o nome de Arquitetura. De Gallagher à Foucalt, tudo nos faz crer no poder do lugar na recuperação das pessoas, uma vez que vínculos e identificações são constantemente estabelecidos com os ambientes que nos contêm.

Nesse sentido, é de fundamental importância atentar para o lugar que busca acolher seres humanos em desenvolvimento para tratamento e recuperação social, como objetiva o livro. Por mais insano que possa parecer.

Digo insano, porque, quem, em sua sã consciência despenderia, nos dias de hoje, tempo e energia para resolver problemas de habitabilidade em locais dentro dos quais a parcela mais significativa de seus usuários nem sequer deseja estar? E que, uma vez estando, estabelece com o mesmo uma relação destrutiva, já que, como diz Charles, uma das consequências da privação de liberdade é o repúdio (consciente ou não) pela edificação. Quem, por Deus, se importaria com o que está sendo oferecido a quem fatalmente pode destruir, depredar, degradar? A quem talvez nem “mereça” mais do que já está a receber...

E aí, a meu ver, está um dos maiores méritos desta obra. Reside no fato de promover não apenas a restauração do ser adolescente em conflito com a lei, no que tange às suas relações com uma arquitetura adequada, mas também a do leitor-cidadão, na medida em que se vê convidado a revisitar uma série de valores pessoais superficialmente pré-estabelecidos.

Entender de maneira “holística” o adolescente que ingressa no sistema socioeducativo, conforme propõe Charles, foi o primeiro passo no meu processo de “restauração”. Entendê-lo como uma pessoa em desenvolvimento – por vezes em sofrimento ou fragilizado – com seu potencial ao acerto e à falha, como autor de ato infracional e não criminoso, significou entender que quero, assim como Charles, um conjunto de ações restaurativas e não punitivas, que comece por tratar o ser humano individual, o que, por consequência, afetará toda a sociedade.

Contudo, a própria medida socioeducativa, no caso daquela que priva o indivíduo de sua liberdade por tempo determinado, carrega em si um caráter punitivo, mesmo que com intencionalidade educativa. Por outro lado, ao desconectarmos o adolescente do seu meio de origem, temos a oportunidade de oferecer um ambiente que propicie novos estímulos, novas identificações e novos sentimentos de realização pessoal.

É a partir dessa premissa que o trabalho ganha profundidade e envergadura arquitetônica. Charles cerca o objeto “instituição socioeducativa” através de análises bem fundamentadas e ilustradas e as complementa com proposições práticas, ponderadas e possíveis. Chamo atenção para três diferentes olhares do autor que identifico em sua obra sobre o objeto em questão.

O primeiro diz respeito a um Charles **Urbanista** que, com o olhar ampliado à macro escala, mostra-se genuinamente preocupado com os impactos ambientais e sociais da implantação física dos Centros de Atendimento Socioeducativo (CASE) na cidade, uma vez que são equipamentos de grande porte e que, idealmente, devem estar inseridos em territórios intraurbanos, em prol da inclusão e não segregação dos indivíduos. Desafio imensurável se tomarmos por conta os raros espaços disponíveis na cidade contemporânea e o baixo grau de aceitação, por parte das comunidades preexistentes, com relação a essa nova (e quase sempre indesejada) vizinhança.

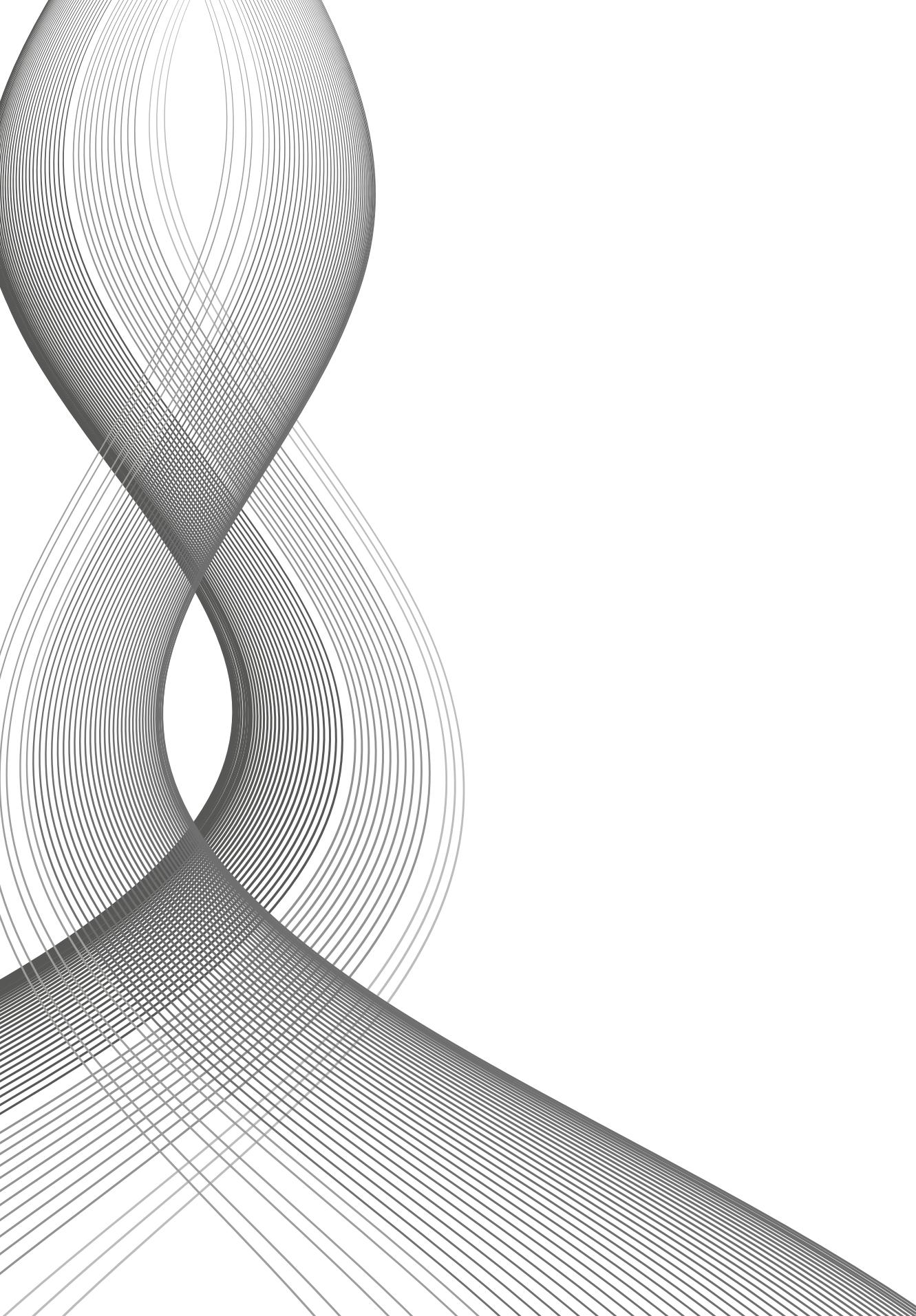
O segundo olhar que identifico na obra, é aquele típico de um **Arquiteto Paisagista**, que analisa o conjunto formado pelos elementos físicos do CASE (agora em uma escala mais reduzida e intramuros), preocupado com a configuração do todo, com as relações estabelecidas entre os edifícios, com a qualidade dos espaços abertos, de transição, de passagem, de articulação entre as partes. É muito interessante o paralelo que Charles traça entre a tipologia do CASE e o modelo de uma pequena cidade, em que a estrutura modular proposta tem a função pedagógica de permitir a leitura pelo adolescente de que está vivenciando um conjunto estruturado, o que em geral não condiz com a sua realidade cotidiana.

Por fim, não menos relevante, está o olhar sensível do Arquiteto de Edificações, imerso, nesse caso, em uma luta incansável para remediar e prevenir danos constantes às edificações, pois aqui, além de planejar e projetar espaços, o arquiteto precisa lidar com um processo de deterioração agressivo e veloz sofrido pelos próprios espaços. Chutes e socos contra os elementos arquitetônicos, o abrir e fechar agressivo de portas e janelas, *pedalaços*, estoques, motins, assim como problemas relacionados à alta demanda de uso, são alguns dos exemplos que configuram um cenário que nós, meros arquitetos, externos aos CASE's, não estamos acostumados a lidar. Impressiona, então, a “ginástica” da arquitetura para lidar com essa realidade e oferecer espaços que sejam adequados funcionalmente e, quiçá, dignos de alguma estética, fundamental para promover um incremento na saúde humana.

Como regra geral, a promoção de um ambiente mais qualificado vai ao encontro de uma sociedade mais justa. Justiça esta que não é a que isola, mas a que integra. Não é a punitiva, mas a que educa. Não é a que abafa e cala, mas a que permite a manifestação individual e coletiva. Não é a que meramente conserta, mas a que cura.

E a cura, como bem diz Charles, é social. Passa pela humanização do adolescente, do arquiteto, a minha, a sua, através da sensibilização pelo outro e de atitudes responsáveis na construção de um mundo melhor, mais justo, igualitário, de fato para todos. E aí, quem sabe, não precisaremos mais de CASE's. Até lá, e para isso, precisamos de obras como essas e de pessoas como Charles.

Cláudia Pauperio Titton
Porto Alegre, novembro de 2015



INTRODUÇÃO

Finalmente Maria o viu!

Trouxeram Pedro junto com os outros. Ainda bem que não algemado. Seria horrívelvê-lo assim. Foram se distribuindo pelas cadeiras à volta da quadra. Estavam aos pares, mas havia umas extras que iam sendo usadas por aqueles que tinham mais de uma visita.

Ninguém mais quis vir com ela. "Melhor assim" – pensou. "Não fico de tro-lo-ló!" Mas a verdade era que gostaria de ter alguém junto. Ajudaria a passar o tempo. Agora não importava. Importante era tê-lo visto. Viu. O coração bateu mais forte. E podia ter desacelerado, mas agora queria pegar na mão dele, falar com ele, ouvir a voz.

Não sabia se o abraçava. Não só porque não sabia se podia (o que viu pelos outros depois que sim), mas tinha um tanto de raiva. "Esse guri! Sempre me dando trabalho!"

Ele tratou de abraçar. Um abraço meio duro, meio mole. Parecia abraçar um boneco. E disse: "Oi mãe." Pronto, bastou! Era o que queria. Só aí o coração parou de bater forte. Antes parecia que ia saltar fora.

Sentaram. Ele baixou a cabeça. Ela ficou olhando para frente, um tanto aliviada. Pensava no que fazer a seguir. Sempre teve receio de conversar sobre as coisas difíceis com o filho. Se limitava a dizer: "Juízo, filho..." Agora era diferente. Mas a cabeça ainda estava vazia, foi muita angústia acumulada que finalmente ia embora.

Em todo caso ele estava ali. E pouco importavam os dias em que ficou sem saber onde ele estava – só tinha aquela informação que era na polícia. Pouco importava quantos telefonemas teve que dar até descobrir em que prédio ele estava e as regras da visita (dia, hora, o que pode levar, o que não pode...). Pouco importavam as três horas de espera do lado de fora do prédio, porque o ônibus tinha um só horário. E nem depois o passar de funcionário a funcionário para entrar no prédio, cada um falando uma coisa diferente, pedindo uma coisa diferente... Pouco importou ser revistada, apesar de que ficou incomodada, como se estivessem achando que ela fosse uma bandida.

Agora nada disso importava, tudo ficou para trás. A angústia de ver se o filho estava bem passou. Maria deu um suspiro. Foi de alívio, mas não aliviou. Parecia que outras coisas começavam a pular na cabeça. Outras preocupações.

Então foi quase mecânico que Maria estendeu a mão e repousou sobre a mão de Pedro. Ele quase não reagiu. Só mexeu um pouco os dedos e suspirou.

Aquele minuto que ficaram em silêncio passou lento como o dia estava passando até então. Importante era que encontraram um lugar, no meio daquela novidade toda para se encontrar e, quem sabe, conversar.

Maria e Pedro não existem. E existem todos os dias na rotina dos Centros de Atendimento Socioeducativos. Para as pessoas se encontrarem, faz-se necessário oferecer um espaço para esse encontro. Esse livro trata sobre a relevância desses espaços.

O QUE É ARQUITETURA?

Após 20 anos de experiência profissional na área, ainda é difícil colocar em palavras uma definição clara e precisa sobre Arquitetura.

Certa vez ouvi que Arquitetura é a poesia das paredes. Vide as obras de Oscar Niemeyer, seus esboços iniciais e suas motivações para promover a estética das curvas nas suas edificações. O uso reduzido, ainda que marcante, das cores e a ênfase nas volumetrias brancas têm por objetivo enfatizar as linhas, que é por onde acompanhamos com os olhos a beleza das formas, onde se dá a “leitura” poética.

Em manifesto da União Internacional de Arquitetos (UIA) em Beijin (China), de 1999 (Apud VOLKMER, 2005, p. 96) considera-se que o arquiteto “[...] é o responsável pelo desenvolvimento justo e sustentável, pelo bem-estar e pela expressão cultural do habitat de sua comunidade em termos espaciais, formais e de contexto histórico.”

Sempre tive comigo que fazer arquitetura é como reger uma orquestra. Uma orquestra técnica. São diversos os projetos técnicos a serem pensados harmoniosamente e, ao fim e ao cabo, todos devem se render ao melhor aproveitamento pelo ser humano.

O Engenheiro Telmo Brentano, em certa palestra, pronunciou que do conjunto de projetos técnicos, sempre se começa pelo Projeto Arquitetônico e sempre se termina por ele. É o Projeto Arquitetônico que busca os princípios ideológicos, que marcarão a edificação, que promove o dimensionamento dos espaços e que pode orientar as estratégias dos demais projetos. Muitos chamam esses projetos de “Complementares”. Os mais comuns são o Estrutural, o Elétrico, o Hidrossanitário e o de Proteção e Combate a Incêndios (o PPCI). Mas existem outros que são fundamentais para o funcionamento de um prédio, promovendo melhor desempenho e segurança. Para citar alguns, o de Lógica e Telefonia, o de Condicionamento do Ar, o de Acessibilidade e o de Restauro (em se tratando de prédio preexistente de interesse histórico).

Ao término de elaboração desses projetos, é extremamente recomendável uma revisão de todos os projetos, sob a luz do Projeto Arquitetônico, sendo que devem ser adaptados, evitando incongruências, sobreposições e ajustes fora do planejamento de obra no qual é inevitável o desperdício de recursos.

Sem querer colocar o arquiteto comparativamente ao papel de “maestro” desta orquestra, todo e qualquer bom gestor sabe da necessidade que alguém assuma o papel de gerenciador dos projetos e faça com que todos envolvidos conversem na busca do objetivo, que é um só: a realização de uma obra com qualidade. Ao arquiteto, somam-se outros objetivos, que é promover o uso adequado da edificação, assim como uma estética reconhecida pela sociedade e que esteja integrada ao todo maior, qual seja, a interação com outras edificações e o espaço entre elas, ou seja, o espaço urbano. Além desses objetivos inerentes, há de se considerar aqueles que são intrínsecos e que se propõem a cada tipo de edificação. Tratam-se de grandes desafios para os arquitetos que querem trabalhar com uma arquitetura voltada ao socioeducativo, pois esses objetivos intrínsecos são sua exclusividade. Assim torna-se essa uma tarefa complexa.

O Arquiteto estadunidense Robert Venturi já havia exposto que uma arquitetura de qualidade necessita ser complexa e contraditória. E exemplifica comparando a construção de uma casa com uma viagem à Lua. Ir à Lua parte de uma ideia muito simples, mas de execução muito complexa. Nessa duplicidade de valores entre a ideia simples e execução complexa é que reside sua contradição. Assim é construir uma casa, uma ideia muito simples, mas que envolve a concatenação dos Projetos Arquitetônico e seus “Complementares”, além de seus objetivos específicos de uso e usufruto e das definições de seu aporte de recursos. Tarefa igualmente complexa que, quando essa complexidade é respeitada e seu desafio encarado, não há como o resultado não ser uma arquitetura de qualidade.

Dentre as dificuldades encontradas entre os arquitetos e as pessoas que encoram seus projetos, está entender que existe tal complexidade e que ela precisa de tempo para acontecer e ser resolvida – harmonizada. Ao contratante de um Projeto de Edificação, seja ele cliente privado ou gestor público, o maior desafio é enfrentá-lo junto ao corpo técnico, respeitando seu espaço e tempo de elaboração. Ao se encarar o desafio, o contratante só tem a ganhar com o resultado final, uma arquitetura de qualidade, ou melhor dizendo, uma edificação de qualidade, enfim, Arquitetura.

SE POR UMA ARQUITETURA SOCIAL... POR QUE NÃO UMA ARQUITETURA SOCIOEDUCATIVA?

Muitas foram as oportunidades em que o Arquiteto José Albano Volkmer havia se pronunciado por uma arquitetura que se voltasse para o social. Focava na moradia, com suas injustiças urbanas postas para grande parcela da população, que ainda vive em condições desumanas, onde os itens básicos não são disponíveis – água tratada, saneamento básico, energia elétrica.

Arquitetos que almejam a arquitetura socioeducativa não podem deixar de refletir sobre os conceitos aqui expostos, voltados a uma arquitetura em benefício dos cidadãos, como dizia Volkmer (2005). Nesse conceito, pode-se englobar a inclusão dos adolescentes que estão cumprindo medida socioeducativa de internação, o que significa privação de liberdade. Mais do que espaços com a função de “aprisionar” seres humanos, a arquitetura deve promover a qualidade de habitat para todos.

Se por qualidade do habitat, encontra-se o conceito universal de Liberdade, temos posto um conflito que se apresenta diariamente aos agentes do sistema socioeducativo¹. A polarização é uma constante entre a ação punitiva da contenção e da remoção do meio social e a ação de integração e retorno a esse meio. Isso é parte do desafio proposto.

O conflito se dá tanto na ação dos agentes do sistema quanto nas edificações em uso pelo sistema socioeducativo. Diferente das ações humanas, passíveis de ajustes, acomodações e flexibilidades que os envolvidos executam, nas mais diversas graduações, as paredes e grades... estão lá. Elas simplesmente são – concretamente falando. Como fazer perceber e conviver com elementos construtivos que estão ali com objetivos claros, diretos e secos? Como apresentar um muro como algo que não é um elemento que pune por privar a liberdade de um ser humano – ao mesmo tempo em que é sua função a privação de liberdade?

¹ Aqui especificamente me refiro a todos os funcionários que trabalham nas instituições socioeducativas de internação, sejam no cargo de agente socioeducador ou outros.

Em uma instituição onde predominam os saberes das ciências humanas – diante de questões polêmicas como a socioeducação e a contenção – a [arquitetura] concepção dos prédios torna-se o alvo fácil de críticas devido ao seu caráter concreto.

Como bem colocou Danielle Gomes de Barros Souza em sua dissertação de mestrado, o Projeto Arquitetônico é como um "[...] instrumento de valores, ideologias e visões de mundo." (SOUZA, 2011, p.18) Para cada elemento arquitetônico adotado em um prédio socioeducativo, há um jogo profundo e vigoroso de visões de mundo e da alma do ser humano.

Aos gestores públicos, torna-se fundamental entender que um habitat com qualidade é um direito de todos e cabe ao arquiteto o dever de promover essa qualidade através de suas qualificações profissionais. Além disso é direito de todos um espaço planejado e construído através da participação nos seus mais diversos meios.

A garantia dos direitos da Criança e do Adolescente é dado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, fiscalizado e regulado por diversas esferas públicas e sociais. Cabem inserir nessas prerrogativas o olhar e a valorização do ambiente construído, no caso, aos adolescentes privados de liberdade. Ou como bem coloca Souza (2011, p. 65):

Quando o estatuto descreve que a medida deve ser cumprida em entidade exclusiva para adolescentes, em local distinto do abrigo de adultos e obedecer a critérios de separação por idade, compleição física e gravidade do ato infracional, também está dispondo sobre elementos de ordem arquitetônica, pois é através do espaço físico que provavelmente ocorrerá essa separação.

Se desejamos uma sociedade mais justa e que promova a inclusão, essa deve ser completa. Não há espaço para a exclusão, pois que ao excluir parte da população, por mais justificativas para que assim se proceda, tal exclusão sempre será sob o determinado prisma de outras parcelas da população. Cada setor de nossa sociedade, cada grupo de pessoas tem a tendência ao ato exclusivo. É da natureza humana a exclusão, o distanciamento, o isolamento, o banimento. Mas o que é aceito por uns, torna-se inapropriado para outros. Sendo assim, como saber o que é permitido e o que não é? Esta construção coletiva é que se debate diariamente nas nossas relações sociais, em geral, terminando e sendo determinada pelas nossas leis.

Para muitos, vivemos um tempo de buscar a aceitação do diferente, ainda que o conceito de diferente parte do conceito que existe um “normal”. Cabe questionar o que consideramos como normal. Que linha tênue separa as pessoas? Conclui-se que são nesses conceitos preestabelecidos que se encontra a base do preconceito (pré-conceito, previamente conceituado)!

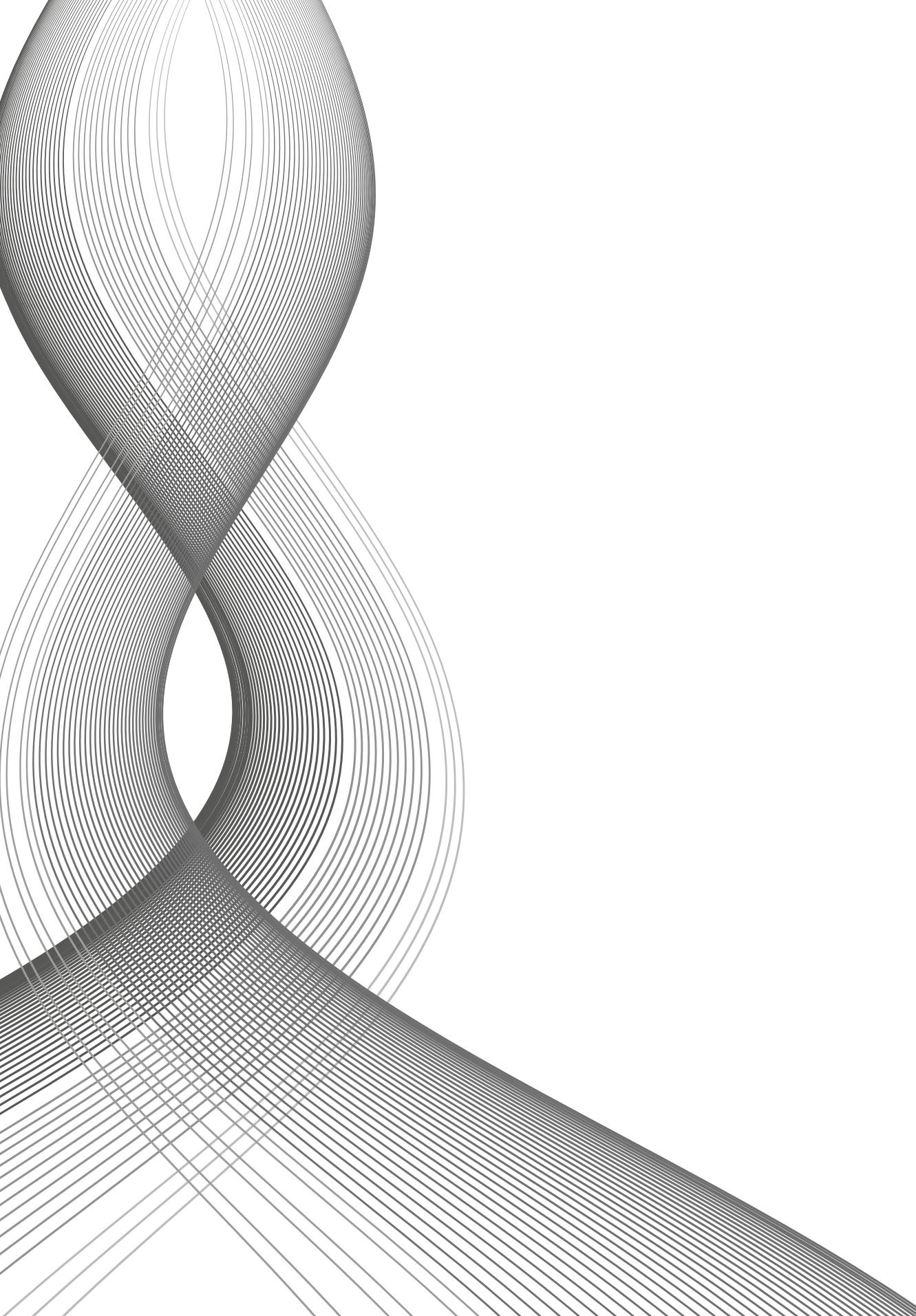
Curioso é também perceber que a criminalização acarreta um diferencial imposto pelo filtro do sistema jurídico, o qual deveria promover a justiça. O resultado é que,

se o adolescente está (como se diz nos meios socioeducativos) em conflito com a lei, ele automaticamente é diferenciado por isso e, por consequência, deve ser isolado da sociedade.

Como regra geral, a promoção de um ambiente mais qualificado vai ao encontro de uma sociedade mais justa, justiça essa que não é a que isola, mas a que integra. Não é a punitiva, mas a que educa. Não é a que abafa e cala, mas a que permite a manifestação individual e coletiva. Não é a que meramente conserta, mas a que cura.

Caminha-se para uma sociedade mais justa e integrada. No entanto vemos que há presentes manifestações que clamam por exclusão; quando revestidas de falso humanismo, clamam por distanciamento; e nos casos de adolescentes que cometem atos infracionais, vemos presente a voz da punição.

Trabalhar essa polarização de conceitos é desafio de gestores, grupos técnicos e demais agentes do sistema. Que os arquitetos e engenheiros cumpram sua parte.



O QUE É SOCIOEDUCAÇÃO (PARA ARQUITETOS E ENGENHEIROS)?

O conceito de socioeducação já é voz corrente e desenvolvido nos meios das ciências sociais e dos direitos humanos. No entanto, para as ciências sociais aplicadas, como a Arquitetura e as ciências exatas, como nas Engenharias, ainda trata-se de novidade e causa estranheza, inclusive nos meios acadêmicos.

Aproveito este capítulo para repassar alguns conceitos correlatos aos arquitetos e engenheiros, de forma prática, visando à melhor compreensão do livro como um todo. No entanto não há a intenção de reduzir o tema em poucas páginas. A lida socioeducativa é ampla e rica em desdobramentos, logo não há a intenção em promover reducionismos do tema. Para quem tiver interesse em aprofundar mais os conhecimentos, já existe literatura farta nas áreas da assistência social, educação e psicologia. Uma parte consta nas referências bibliográficas desse livro.

Podemos partir do surgimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), através da Lei Nº 8069/90. A lei auxiliou a quebrar com o paradigma correccional-repressivo que orientava as políticas que envolviam os menores de idade. Inclusive o conceito de “menor” foi sendo abolido e hoje em dia é mais adequado o uso do termo adolescente e jovem-adulto, quando se trata de socioeducação. Daí evoluiu à doutrina de proteção integral.

Por regra, adolescente é o indivíduo que possui entre 12 e 18 anos de idade (antes dos 12 anos o indivíduo é considerado criança e não há envolvimento com o sistema socioeducativo) e o jovem-adulto possui idade entre os 18 e os 21 anos. Adolescentes que ingressam no sistema socioeducativo são indivíduos em conflito com a lei, ou seja, cometem um ato infracional. O conceito de conflito com a lei se dá quando o adolescente, em desenvolvimento, enfrenta dificuldades para (re)estabelecer sua situação legal, como cidadão pleno de direitos e deveres. Isso ainda é dificultado pois o mesmo depende de um responsável, que o acompanha e orienta no exercício das regras, responsabilidades e autonomia (SANTANA, 2014).

Já por ato infracional, consta no ECA, no seu artigo 103 que se trata de “[...] conduta descrita como crime ou contravenção penal”. Apesar de se aproximar, nos fatos criminais, como sendo a mesma coisa, entende-se que a diferença está na responsabilização e no tratamento jurídico que se dispensa ao adolescente, dentro da doutri-

na de proteção integral, estabelecida pelo ECA. Afinal, a criança e o adolescente são denominados como sujeitos de direitos com prioridade absoluta, como descrito no artigo 227 da Constituição Federal (CF).

Carmem Maria Craidy (2014, p. 34) ainda esclarece:

O adolescente é autor de ato infracional e não criminoso. Isso significa que mesmo tendo cometido um crime, ele será avaliado (julgado) como pessoa em desenvolvimento, com direitos específicos e não simplesmente pelo ato cometido.

Difícil mesmo é entender o ser adolescente em conflito com a lei de uma maneira "holística". Em geral deixamos que nossos valores pessoais (que não são plenos) conduzam tal conceito.

Em relatório de 2001 do Núcleo de Antropologia e Cidadania da UFRGS¹, podemos ainda ver algumas diferentes formas de diagnosticar os adolescentes, conforme cada área de atuação do técnico que o acompanha:

Pedagogos: "adolescentes com dificuldades" e "desconfiados, com dificuldade em criar vínculos".

Psicólogos: "adolescentes sem afeto ou limites", "manipuladores, sedutores e com potencial agressivo", [...] "vítimas de uma realidade social", [...] "impulsivos e agressivos".

Assistentes sociais: "falta de limites dados pela família, são orientados por valores sociais distorcidos".

Recreacionistas: [...] "não tiveram infância, não sabem o que é respeito".

Enfermeiras: [...] "são uns coitados vítimas da sociedade"; "são adolescentes com carência afetiva e que não tiveram infância". (FONSECA e BARCELLOS, 2001, p. 26)

Considerar o adolescente como pessoa em desenvolvimento, dependente de responsáveis, implica a compreensão de que se trata de ser humano que não pode ser exposto à sorte de uma autonomia que não existe de fato, nem de direito. O adolescente não deve ser visto somente pelo ato que cometeu, mas sim na sua totalidade, que é de um ser humano em formação, com seu potencial ao acerto e à falha.

1 FONSECA, Claudia (Coord.) e BARCELLOS, Daisy Macedo de (Coord.). *Avaliação situacional, motivações e expectativas da população envolvida pelo sistema FEBEM - Relatório apresentado à Presidência da FEBEM à Empresa de Comunicação Martins e Andrade*. Porto Alegre, maio de 2001. Estudo realizado pelo Núcleo de Antropologia e Cidadania (NACI), do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS.

Se houve um ato infracional cometido por adolescente, é sinal que algum dos seus direitos absolutos, garantidos pelo artigo 227 da CF, falhou. E essa falha deve ser recuperada através da Medida Socioeducativa (MSE). São várias as MSE que podem ser aplicadas, dependendo do ato infracional. Para definir qual, os Juizados da Infância e Juventude seguem todos os preceitos de um julgamento legal. As MSE estão definidas no artigo 112 do ECA e são elas a advertência, a obrigação de reparar o dano, a prestação de serviços à comunidade, a liberdade assistida, a semiliberdade e a internação.

Para efeito deste livro, do que cabe o envolvimento e a participação de arquitetos e engenheiros são as medidas socioeducativas de semiliberdade e de internação, pois são elas que atentam para a perda da liberdade e, de uma maneira mais direta, envolvem o uso de edificações específicas.

A MSE carrega um caráter punitivo e almeja um caráter educacional. E é nesse duplo caráter que os desafios de execução das medidas socioeducativas se dão. A CF garante a liberdade do adolescente, mas há a necessidade educativa para sua formação, o que em alguns casos só é possível se houver a privação da liberdade por um tempo determinado – e para isso se aplicam as medidas de semiliberdade e internação. Como ensinar um adolescente sobre as consequências do ato infracional cometido se ele sequer comprehende tal situação?

E quanto a outras fragilidades que um determinado adolescente se encontra? Como está a sua saúde física e mental? Como é constituído seu núcleo familiar? Ele está inserido regularmente no sistema escolar? E sua interação com a comunidade de origem? E seus interesses profissionais? A medida socioeducativa tem por objetivo, ainda que de maneira incompleta, abordar todos esses aspectos, buscando o resgate da integralidade nos seus direitos absolutos.

E apesar da execução da medida socioeducativa caber ao Estado, é no envolvimento e participação da família e da sociedade que se torna viável o resgate social desse adolescente. Do contrário, a ênfase da aplicação se dará somente ao viés punitivo, enquanto o educacional – que leva à reinserção na sociedade – fica a desejar. Nessas situações, é que as chances do adolescente voltar a cometer novos atos infracionais são maiores.

Todas as ações acima dispostas foram recentemente reguladas pela Lei do SINASE (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo), Lei N° 12.524 de 18 de Janeiro de 2012 e é também o SINASE, em diretrizes lançadas em momento anterior à Lei, em 2006, que orientam grande parte das ações socioeducativas. Trata-se de um sistema pois intenta relacionar-se com os sistemas educacional, de justiça, de segurança pública, de saúde e de assistência social. Logo, as ações necessárias para a socioeducação ocorrer são abrangentes e diversas. A infraestrutura necessária para todas essas ações é que leva à complexidade do programa arquitetônico.

Quanto às medidas de internação, existem então a Semiliberdade, a Internação Provisória e a Internação.

Por Semiliberdade, entende-se a medida socioeducativa que introduz a privação de liberdade,posta logo após as medidas de meio aberto – que são a Prestação de Serviço à Comunidade e a Liberdade Assistida. Como as demais, encontra-se fundamentada legalmente no ECA e na Lei do SINASE e deve estar embasada por programa de atendimento específico. Sua principal característica é reservar ao adolescente vigilância mínima, garantindo seu direito de ir e vir. O objetivo é poder avaliar como está sua responsabilidade em inserir-se na comunidade.

Em termos de implantação no meio urbano, deve-se trabalhar com o prédio inserido em um bairro consolidado, preferencialmente de atividade e uso mista (residencial e comercial). As instalações físicas devem ter o caráter arquitetônico de uma residência unifamiliar, ainda que não o sejam, promovendo uma integração em escala e volumetria ao seu entorno imediato. A estratégia visa enfatizar à inclusão no ambiente escolar e profissional, além de reforçar os vínculos familiares e comunitários.

Na Internação Provisória o regime de contenção é mais severo. Dá-se quando o ato infracional praticado for de maior gravidade e é necessária a internação imediata como forma de garantir sua segurança pessoal ou manutenção da ordem pública. A Internação Provisória pode ser entendida como a primeira medida tomada pela sociedade, em que a seguir a MSE pode evoluir para um regime de Internação ou ter seu retrocesso para medida mais branda. Está disposto em lei que deve ter duração de 45 dias no máximo, após então deve ser expedida a medida socioeducativa definitiva.

A Internação é medida socioeducativa mais gravosa do sistema socioeducativo, atualmente podendo ser conferida por período máximo de 3 anos, sendo a condição do adolescente revista a cada 6 meses por equipe técnica da instituição em que ele estiver internado e pelo sistema judiciário². É na revisão da medida aplicada, em audiência no Fórum judiciário, que um adolescente vai ter determinado se conclui ou não (antes dos 3 anos) seu período de internação.

A saída para a audiência [...] pode ser visto como um ritual que comporta o interno [...], seu transporte para o Fórum [...], e a presença de seus pais. O momento culminante deste rito é quando o juiz dá sua decisão sobre a regressão, manutenção ou progressão de medida. Esse momento, razão de grande tensão durante as semanas precedentes, afetará não somente o interno, mas através dele, o clima de toda sua ala (colegas, técnicos e monitores) durante os próximos meses. (FONSECA e BARCELLOS, 2001, p. 8)

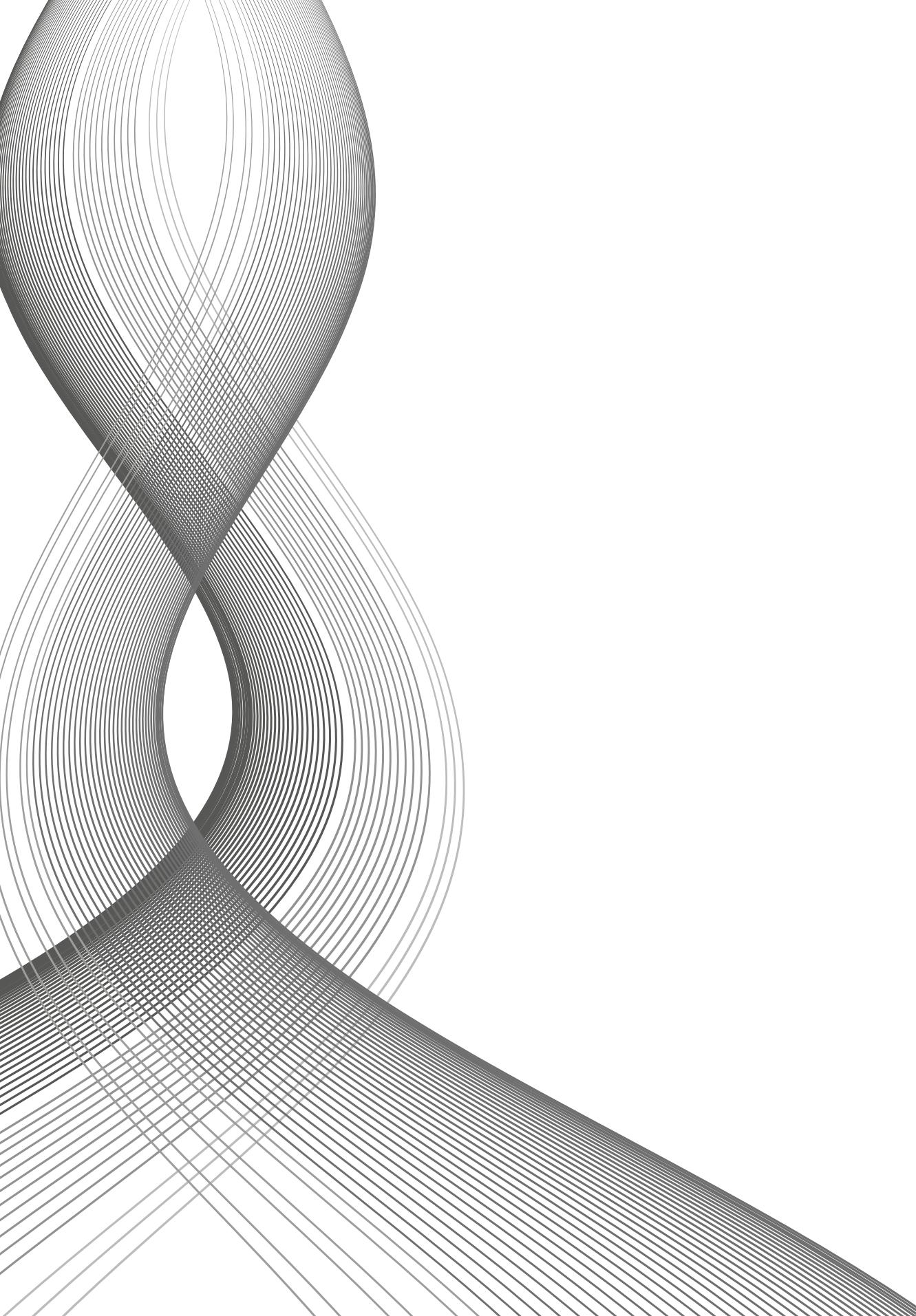
A idade dos adolescentes prevista para ingressar no sistema socioeducativo é dos 12 anos até a conclusão dos 17 anos de idade. O que significa que pode haver a internação de adolescentes até a conclusão dos 20 anos de idade no sistema. De toda a forma, ao completar os 21 anos de idade, o adolescente é desligado do sistema.

2 No presente ano, a sociedade trouxe à discussão o aumento do tempo de internação, ou ainda a redução da maioridade penal, mas não pretendo abordar aqui esses assuntos.

Na Internação cabe ao sistema zelar e prover o adolescente de sua saúde física e mental³, higiene, educação, lazer e direito à espiritualidade. Toda a estratégia é montada para oferecer ao adolescente as condições necessárias para evitar a reincidência nos atos infracionais.

À Internação, no entanto, segue um viés punitivo, pois na prática estabelece-se um aprisionamento do indivíduo por um determinado período. Como ressalta Foucault (1987): "O tempo, operador da pena." – para a sociedade, a duração da privação de liberdade assemelha-se à punição por crime cometido. Mas esse assunto trato mais profundamente no capítulo sobre os Significados na Arquitetura Socioeducativa.

3 Dependendo da gravidade das condições de saúde, a instituição em que o adolescente estiver internado pode se valer de apoio das redes públicas de saúde.



POR UMA ARQUITETURA QUE CURA

Logo que começamos a estudar Arquitetura, vemos que ela objetiva o bem-estar do ser humano. Ela promove a manutenção da saúde. E por saúde, podemos entender uma saúde não só do corpo físico, mas também do corpo emocional, da mente, do espírito e da alma¹.

Posto isso, temos as especialidades da área de Arquitetura que falam de saúde e conforto ambiental. Quando eu estava na faculdade, essa matéria chamava-se Habilidade e abordava os temas acima e vistos também sob a ótica do meio ambiente, da sustentabilidade, apesar do termo ainda não estar inserido no meio acadêmico. Tratava apenas do uso adequado de energia, enfatizando que deveríamos impactar minimamente sobre o meio ambiente.

Em 1993 e 1994, participei de um workshop com o Arq. Carlos Solano sobre Feng -Shui e Assentamentos Humanos. Aquele evento abriu minha mente à compreensão, além do entendimento do tema até então. A Arquitetura pode realmente auxiliar o corpo emocional a se cuidar e o corpo mental a se organizar e apaziguar os anseios da alma.

Começava nessa época, no Brasil, um *boom* de terapias alternativas, como resposta às perguntas e necessidades que a medicina convencional não conseguia responder. As já existentes homeopatia, acupuntura e yoga (ciências de técnicas sérias e profissionais respeitados) foram reforçadas e engrossadas pela quiropraxia, cromoterapia, radiestesia, Reiki, florais, meditações, geomancia, xamanismo, geometria sagrada, Feng-Shui, magia e outras tantas vertentes que não cabem ser citadas exaustivamente. A última década do século XX e a primeira do século XXI foram respectivamente a ascensão e a derrocada dessas ciências alternativas. E digo alternativas apenas por não terem conseguido ingressar plenamente nos meios acadêmicos oficiais e não poderem ser comprovadas plenamente pelos métodos científicos.

De todas essas ciências, sobre muitas me debrucei, pois elas detinham relação direta com o espaço físico e a sua influência na saúde humana. Ainda acredito em uma Arquitetura que possa ter um olhar sobre as energias sutis² do nosso planeta.

1 Existem outras abordagens de saúde, mas que não cabem ao contexto desse livro.

2 Energias sutis seriam as energias eletromagnéticas que são em escala pequena demais para serem medidas por aparelhos eletrônicos portáteis, restando às técnicas alternativas sua aferição, como a radiestesia, a rabiomania e a prospecção de mãos, por exemplo.

No entanto, quando me refiro à derrocada dessas ciências, talvez esteja sendo injusto e cartesiano, pois a vertente sociocultural que se seguiu é a que coloca valores maiores na sustentabilidade. Com as ciências da virada do século, também vieram à reboque reforços sobre ecologia, alimentações naturais, ações e políticas de preservação ambiental, reconhecimentos de valores sobre sítios históricos e patrimônios artísticos. Todos esses enfoques já existiam antes, mas sem a promoção da sensibilização social ainda totalmente incorporada. Se existem méritos nas ciências alternativas é a de que seus mestres e iniciados, mentores e seguidores, auxiliaram a enxertar nos discursos da sociedade o que poderíamos resumir como sustentabilidade.

E, como vamos ver mais adiante, a sustentabilidade pode ser sobre o viés social. Os papéis sociais contribuem para uma sociedade autossustentável, que se renova e recicla para garantir sua própria sobrevivência.

Quando ficamos diante de situações de fragilidade social como a de crianças e adolescentes postas em contato direto e constante com a violência, podemos entender que a sustentabilidade não é possível – afinal, crianças e adolescentes serem vítimas da violência é algo *insustentável!* Como tratar isso? Como *remediar* tais situações? Que políticas e estratégias sociais se fazem presentes para promover o resgate social, a cura desses males? Espero aqui tornar mais claro o que se pretende com uma Arquitetura que cura o ser humano.

Não é de hoje a existência de estudos que entendam o meio ambiente construído como promotor de males e doenças. O arquiteto mais famoso da Roma Antiga, Vitrúvius, já se referia aos cuidados anteriores na escolha do local de novos assentamentos humanos. Na China de 3.500 anos atrás, o Feng-Shui orientava, pela leitura da paisagem e relevo geográfico, os assentamentos de cidades. Na década de 1970, tivemos como resposta aos prédios construídos no chamado Estilo Internacional, as teorias do Sick Building Syndrom³, que discorria sobre doenças que se proliferavam entre pessoas que trabalhavam em prédios com uso exclusivo de iluminação e renovação do ar por meios artificiais. A Organização Mundial da Saúde reconhece os campos eletromagnéticos artificiais como sendo uma possibilidade entre os diversos agentes patogênicos causadores de câncer – e todos nós sabemos o quanto profundamente estamos imersos neles.

Quando a sustentabilidade se propôs a oferecer uma resposta a todos esses problemas, os profissionais da construção civil foram imediatamente convocados a pensar técnicas e estratégias que, em última análise, incorporaram conceitos de Vitrúvius, do Feng-Shui, da Geomancia, da Radiestesia e de tantas outras *ciências alternativas* que muitos deles, na virada do século, torciam o nariz quando tinham que lidar com elas.

Mais especificamente, o arquiteto foi o profissional que necessitou mais se abrir e esmiuçar conceitos novos, que envolviam, além da saúde física e da sustentabilidade ecológica, a harmonia dos sentidos e a pacificação do espírito.

³ Síndrome do Edifício Doente.

Todos nós, de vez em quando, nos encontramos em estados de espírito como tédio, insegurança, solidão ou stress que precisam de algo fora de nós mesmos para fornecer um equilíbrio. Onde o ambiente pode oferecer interesse, atividade, ambiguidade intrigante, durabilidade atemporal e um senso das nossas raízes (do lugar, passado e futuro) no mundo natural mais amplo com os seu ritmos de renovação, lugares sociáveis e ambientes relaxantes para os socialmente tímidos; e harmonia, tranquilidade e espacialidade calma e sossegada, pode aí fornecer suporte como primeiro passo para a recuperação. Onde ele não pode atender a essas necessidades da alma, encontramos o fenômeno clássico da modernidade – dependência. Dependência de drogas prescritas ou narcóticos, álcool, televisão, consumismo. Podemos encontrar infinitas 'necessidades da alma' para satisfazer os nossos estados de espírito em constante mudança, mas há um leque mais limitado que deve ser encontrado em nossos ambientes se for para eles oferecerem suporte. (DAY, 1990, p. 26)

Compreender o alcance que o Projeto Arquitetônico terá do espaço físico sobre o espaço perceptivo e daí ao espaço emocional é parte da proposta deste livro, ainda que não seja possível mesurar resultados e encerrar tópicos que são inerentes e particulares da arquitetura socioeducativa. Ainda há muito o que explorar e evoluir e talvez algumas linhas que postulo como ideais hoje se tornem tremendos erros no futuro não muito distante, da mesma maneira como aconteceu com os prédios de internação construídos na década de 1990 no Estado do Rio Grande do Sul (vide capítulo das Tipologias Arquitetônicas). Espero sim estar contribuindo com o debate, o pensar a arquitetura socioeducativa e a sensibilização da sociedade para a sua importância.

Está claro que o bem-estar dos usuários adolescentes passa por ações diretas e intrínsecas do trabalho dos funcionários, em especial dos agentes socioeducadores, como mesmo é postulado pelo CONANDA:

As atribuições dos socioeducadores deverão considerar o profissional que desenvolva tanto tarefas relativas à preservação da integridade física e psicológica dos adolescentes e funcionários quanto às atividades pedagógicas.(BRASIL, 2006, p. 45)

A visão do cientista social Erving Goffman já não é tão positiva, pois recai em uma relação básica de vigilância comportamental.

Quando as pessoas se movimentam em conjuntos, podem ser supervisionadas por um pessoal, cuja atividade principal não é orientação ou inspeção periódica [...] mas vigilância – fazer

com que todos façam o que foi claramente indicado como exigido, sob condições em que a infração de uma pessoa tende a salientar-se diante da obediência visível e constantemente examinada dos outros. (GOFFMAN, 2010, p. 18)

Essa postura pode levar a um bloqueio das verdadeiras ações socioeducativas, sem promover uma troca saudável de sociabilidade entre adolescentes e funcionários. Manter o olhar sobre o adolescente baseado no seu ato infracional é onde pode estar a raiz dessa postura. Os funcionários que seguem por essa lógica estão mais atentos aos crimes e delitos praticados nos diversos níveis que são classificáveis por força de Lei e levados a esquecer que suas ações socioeducativas inserem-se mais nos crimes e delitos de nível ético-moral, ou seja, afastando-se de uma sensibilização das relações sociais. Diga-se de passagem, essa é uma falha atual de grande parte da sociedade, exposta pelo arquiteto e urbanista Paul Dieter Nygaard (2010, p. 43 e 44), quando fala sobre os campos de violência e seus níveis espaciais de atuação⁴:

A violência desse campo decorre de atitudes prepotentes e cafajestes, de desrespeito inexplicável ao próximo, afrontando as mais elementares regras de convivência social, tomadas por pessoas que, [...] se consideram mais importantes que outros, superiores às demais pessoas ou, ainda, que possuem direitos acima dos direitos, e que, assim, podem estabelecer as suas próprias regras de vida independente dos outros ou sobre esses.

São atitudes agressivas e criminosas que ocorrem diariamente em todo o espaço urbano [...]

Os delitos de nível ético-moral, praticados cotidianamente, são os que necessitam de uma atenção especial nas ações socioeducativas e, principalmente, nas ações cotidianas dos próprios funcionários (não somente dos agentes socioeducadores), tendo em vista que são as atitudes deles que servem de exemplo aos adolescentes dentro do ambiente institucional. É muito fácil, podendo tornar-se corriqueiro, que aqueles que deveriam primar por uma postura socioeducativa, sejam agentes desse nível de delito. Porventura aos funcionários cabem ainda sublimar as visões negativas que possam ter sobre os adolescentes. No entanto, muitos deles:

[...] vêm poucas possibilidades de uma alteração na trajetória dos adolescentes atendidos em decorrência de não haver uma alteração da sociedade para a qual retornam (sem possibilidade de emprego, as mesmas "máximas companhias", a mesma "família desestruturada" e o acesso às drogas), ou pelo fato de já estarem pessoalmente comprometidos com a criminalidade

⁴ O autor também traz um quadro esquemático que melhor estrutura os diversos níveis de delitos que vale a pena ser consultado na sua própria publicação.

("têm má índole", "acostumaram-se a ter as coisas fáceis", "constituíram sua identidade sobre essas práticas delituosas e as valorizam").(FONSECA e BARCELLOS, 2001, p. 46)⁵

O adolescente internado, diante da fragilidade social em que está inserido, da restrição de acesso dos familiares e amigos, busca nos que estão mais próximos, as referências necessárias para manter o convívio social, devendo ser oferecida a melhor composição de exemplos possíveis dentro da realidade institucional.

Isso deve ser levado em conta, porque cada adolescente trava um conflito interno entre as influências positivas da família (ainda que não seja uma família de constituição tradicional) e as negativas dos grupos juvenis, afetos à prática de atos infracionais, a que estão vinculados. Corroborando, o relatório do Núcleo de Antropologia e Cidadania (NACI) da UFRGS diagnostica que para os adolescentes:

Não existe isolamento entre o mundo familiar, organizado pelos laços de solidariedade oriundo das classes populares, e o mundo da rua, composto pelos grupos juvenis e a sua relação com a criminalidade e a estética juvenil globalizada. Existem relações entre esses dois "universos simbólicos" que ajudam na formação de um discurso ambíguo [...] exemplificando uma tensão permanente entre ambos. (FONSECA e BARCELLOS, 2001, p. 49)

Podemos ponderar que é nessa restrição de convivência dos familiares e amigos que também encerra-se uma das estratégias de bloquear as influências do mundo do crime, da violência dos níveis de delito regidos por Lei, promovendo uma reflexão sobre seus atos – esse seria um pensamento primário. Mas talvez as ações mais eficazes de um controle de relações sociais imposta sejam aquelas voltadas para que o adolescente repense seus delitos de nível ético-moral, porque não deixa de ser isso a privação de liberdade: por mais restrito que seja, o convívio social irá se estabelecer com aqueles que estão à sua volta, que são os outros adolescentes e os funcionários da Unidade.

Adota-se ainda a estratégia de trazer a família para a proximidade do adolescente internado. Para tanto, a família deve incorporar o discurso socioeducativo⁶. Em muitos casos, dependendo do grau de aceitação da proposta institucional e do desejo da reparação do ato infracional pelo adolescente, a própria família restabelece critérios e valores sociais. É como se o resgate fosse além do internado e aprofundasse-se na família.

Outras estratégias, como a profissionalização e os trabalhos mais específicos na socioeducação e atualmente com as ações dos círculos restaurativos, têm sido abordadas pelas instituições. Mas estou me distanciando do meu objetivo, talvez como

5 Entre aspas estão as falas de alguns funcionários entrevistados à época.

6 Isso é explicado no relatório do NACI (FONSECA e BARCELLOS, 2001, p. 57).

forma de indicar que a arquitetura não é resposta para toda a problemática. Aliás, ela pode inclusive tornar-se um problema. Quanto mais próximos de uma arquitetura segregacionista, mais próximos nos manteremos de comportamentos segregacionistas, punitivos e de desintegração social. Quanto mais próximos de uma arquitetura que integra os internados às suas famílias e à comunidade mais próximos dos ideais socioeducativos estaremos.

O adolescente deve ser alvo de um conjunto de ações socioeducativas que contribua na sua formação, de modo que venha a ser um cidadão autônomo e solidário, capaz de se relacionar melhor consigo mesmo, com os outros e com tudo que integra a sua circunstância e sem reincidir na prática de atos infracionais. Ele deve desenvolver a capacidade de tomar decisões fundamentais, com critérios para avaliar situações relacionadas ao interesse próprio e ao bem-comum, aprendendo com a experiência acumulada individual e social, potencializando sua competência pessoal, relacional, cognitiva e produtiva. (BRASIL, 2006, p. 46)

A cura é social. É sanar uma doença, a qual seria a desintegração do nosso corpo social. A cada adolescente reintegrado como cidadão, mais próximos ficaremos de uma sociedade mais justa e fraterna.

O PROGRAMA ARQUITETÔNICO SOCIOEDUCATIVO

Um dos pontos mais importantes do Projeto Arquitetônico é seu Programa de Necessidades. Nos projetos que se destinam à socioeducação mais ainda, devido à grande complexidade das atividades e das relações humanas que se estabelecem.

Aliás, as relações humanas em uma edificação socioeducativa de internação já trazem em si o agravante que uma parcela dos usuários (a mais significativa) não desejava estar ali. A privação de liberdade é a pré-condição que probabiliza exponencialmente os conflitos humanos que podem se desencadear. Os riscos de motins e rebeliões, bem como eventos de menores proporções, são uma realidade que deve ser considerada nos projetos técnicos. As fugas e invasões também são outra realidade para a qual os prédios também devem estar preparados.

As pressões que os agentes socioeducadores sofrem em decorrência desses conflitos não podem ser desconsideradas e é importante tratá-las inclusive no âmbito dos espaços arquitetônicos. Mesmo os pequenos conflitos, como uma discussão verbal, podem trazer no íntimo dos envolvidos questões de maior relevância, que precisam ser tratadas antes que se transformem em casos mais sérios, pondo a perder toda uma construção de ressocialização.

Na Lei Nº 12.594 do SINASE, consta no seu artigo 16 que a estrutura física da unidade institucional deve ser compatível com as normas específicas de referência. Em 2006, o CONANDA (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente), através da Resolução Nº 119, lançou os Parâmetros Arquitetônicos para Unidades de Atendimento Socioeducativo¹.

Por uma questão de organização dos diferentes programas de atendimento, apresento as especificidades da Semiliberdade, Internação Provisória e Internação², em uma adaptação da planilha de aspectos físicos a serem considerados para cada Projeto Arquitetônico, constante nos Parâmetros Arquitetônicos:

¹ BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE**. Secretaria Especial dos Direitos Humanos, CONANDA, Brasília, DF, 2006. Atenta-se que é nesse documento que aparece pela primeira vez o termo Arquitetura Socioeducativa, na página 58.

² Os programas socioeducativos de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC) e Liberdade Assistida (LA) também são programas que necessitam de instalações físicas, mas como não há internação de nenhum tipo, não serão abordados nesse livro.

Aspectos físicos a serem considerados	Semiliberdade	Internação Provisória	Internação
Condições adequadas de higiene, limpeza, circulação, iluminação e segurança			
Espaços adequados de refeições			
Espaço para atendimento técnico individual e em grupo			
Condições adequadas de repouso dos adolescentes			
Salão para atividades coletivas e/ou espaço para estudo			
Espaço para o setor administrativo e/ou técnico			
Espaço e condições adequadas para visita íntima			
Espaço e condições adequadas para visita familiar			
Área para atendimento de saúde/ambulatórios			
Espaço para atividades pedagógicas			
Espaço com salas de aulas apropriadas contando com sala de professores e local para funcionamento da secretaria e direção escolar			
Espaço para a prática de esportes e atividades de lazer e cultura devidamente equipados e em quantidade suficientes para o atendimento de todos os adolescentes			
Espaço para a profissionalização			

Tabela 1 – Espaços e aspectos físicos de cada programa socioeducativo de internação.

Deve-se ter em mente que cada Programa de Necessidades do Projeto Arquitetônico apoia-se no Projeto Pedagógico proposto para a futura Unidade e que, após a execução da obra e início do atendimento (execução das medidas socioeducativas), o Projeto Pedagógico deve ser revisado e implantado e assim, as próximas Unidades poderão basear-se nele.

No caso da Semiliberdade é importante salientar que a Unidade deve seguir uma tipologia residencial, não necessariamente unifamiliar³, mas que possa ter um caráter que se integre ao bairro que for implantada, bairro esse residencial ou misto. O SINASE estipula um máximo de 20 vagas, com limite de 4 adolescentes por dormitórios. Essa condição determina um número mínimo de 5 dormitórios. Além dos dormitórios, deve haver espaços para atendimentos técnicos aos adolescentes, tanto individuais quanto em grupos, também refeitório, salas de estar e de estudos, além de salas para os técnicos e administração da Unidade.

A equipe técnica é composta por profissionais das áreas do direito, psicologia, serviço social e pedagogia. Também compõem o quadro um número mínimo de 8 socioeducadores, que serão divididos em plantões, pois a Unidade tem funcionamento ininterrupto.

Mesmo tendo que respeitar a premissa de caráter residencial, a edificação deve

³ Considere-se que a maioria dos Centros de Atendimento de Semiliberdade existentes são casas alugadas, não se tratando de sedes próprias e não havendo muitos projetos executados especificamente para esse programa.

ser adaptada às normas arquitetônicas de um prédio público, pois é isso exatamente o que ele é. Nesse sentido, deve atender a legislação de incêndio, de acessibilidade universal, as necessidades programáticas dos espaços administrativos, além de ampliada capacidade de transmissão de dados (Projeto de Telefonia e Lógica) e rede elétrica. Se da inexistência de rede de esgoto cloacal, o prédio deve ser adaptado para atender a quantidade de usuários na sua capacidade máxima.

Na relação da edificação com sua vizinhança torna-se importante também vislumbrar que não se trata de uma residência onde os limites de privacidade são os convencionados a famílias que habitam casas. Existem momentos em que a privacidade deve ser reforçada, para garantir que não haja conflitos entre os adolescentes internados e os moradores do bairro. Mesmo sendo uma medida de internação, ela tem por princípio a garantia do adolescente de transitar do prédio para o meio urbano. A edificação deve representar os níveis de segurança de uma edificação residencial, sem a necessidade de demonstrar um aporte maior de vigilância e segurança, causando impacto visual ao ambiente do bairro.

Diferentemente da medida socioeducativa de internação, a realização de atividades externas é a principal característica da medida socioeducativa de semiliberdade, tendo em vista que será oferecido ao adolescente, com uma vigilância mínima, o direito de ir e vir, avaliando-se sua responsabilidade na inserção comunitária. (PEREIRA, 2014, p. 242)

Já a medida socioeducativa de internação implica restrição de liberdade, mas cumpre papéis de reinserção do adolescente na sociedade⁴. Em maior ou menor grau, para cada caso, isso implica ações de educação, acompanhamento de saúde clínica e de dependência química, profissionalização e fortalecimento de vínculos familiares. Percebe-se que a realidade desses adolescentes é determinada por situações de vulnerabilidade social. Para tanto, é necessário um equipamento urbano de alta complexidade: parte moradia, parte escola, parte oficinas profissionalizantes, parte saúde e parte convívio social. A parte de logística, apoio, setor técnico e administração também compõe o conjunto de funções.

Cabe aqui abordar a temática das chamadas *instituições totais*. Erving Goffman, em seu livro *Manicômios, Prisões e Conventos*, coloca que o ser humano, na sociedade moderna possui diferentes lugares para dormir, brincar e trabalhar e que uma instituição total é quando as barreiras que separam essas três funções se rompem, unificando a edificação. Partindo dessa premissa, um CASE, por mais moderno que seja, ainda funciona sob a lógica programática de uma instituição total.

Mais próximo de nossa abordagem, o programa arquitetônico socioeducativo foi

4 No Rio Grande do Sul, existe ainda uma subdivisão da medida de internação: a Internação Sem Possibilidade de Atividade Externa (ISPAE) e a Internação Com Possibilidade de Atividade Externa (ICPAE). A segunda é mais branda que a primeira. A IPCAE difere da Semiliberdade por ter o acompanhamento de um agente socioeducador na atividade externa, em geral, o cumprimento de um estágio, curso profissionalizante ou frequência à escola regular, além de permitir a ida para casa nos finais de semana – cada situação avaliada de perto pela equipe técnica.

dividido em partes funcionais, podendo assim ser melhor compreendido e levando a estratégias projetuais que serão abordadas nos capítulos seguintes. Essa estratégia vai ao encontro do que postula Michel Foucault, em ordenar o espaço destinado à privação de liberdade, seguindo a técnica das localizações funcionais, onde os espaços possuem propósitos além do vigiar:

Lugares determinados se definem para satisfazer não só à necessidade de vigiar, de romper as comunicações perigosas, mas também de criar um espaço útil. (FOUCAULT, 1987, p. 123)

Passaremos a um breve relato de cada grupo de funções.

1. SAÚDE: muitos adolescentes ingressam no sistema de internação com problemas de dependência química ou mesmo doentes. Não se trata de promover tratamentos ou intervenções cirúrgicas. Não é esse o papel de um CASE. Deve-se dotar a Unidade de compartimentos para observações clínicas e psiquiátricas de curta duração (24 horas). Tratamentos que impliquem posologias medicamentosas, avaliações clínicas e psiquiátricas são o limite de atuação do CASE. Fora isso, deve-se procurar a rede pública de saúde, onde os recursos são mais profundos e diversificados. Fica claro que cada caso deve ser avaliado nas suas particularidades e verificada a aplicabilidade do exposto acima, cujo objetivo final é garantir a saúde do adolescente. Aparentemente a ação em saúde parece pouco, frente à fragilidade que alguns casos se apresentam, mas a mera presença de espaços especificamente destinados e profissionais qualificados traz segurança e conforto, contribuindo para distensionar o ambiente.

2. SERVIÇOS: todo o CASE necessita de áreas de apoio para as atividades desenvolvidas, que podem variar entre lavanderia, refeitório coletivo e almoxarifado, entre outros. Para os funcionários, é necessário haver vestiário, copa e área de descanso.

3. RECEPÇÃO AOS VISITANTES: apesar de não estar detalhado nos Parâmetros Arquitetônicos, cabe dar uma atenção adicional a essa função. Não é de hoje o entendimento que a ação e apoio dos familiares na ressocialização dos adolescentes internados se faz presente. Muitos familiares e amigos que vêm visitar os adolescentes estão tão fragilizados e perdidos que precisam inicialmente sentirem-se acolhidos. As figuras maternas e paternas (que nem sempre são os pais biológicos) às vezes têm dificuldade de entender como as coisas chegaram a esse ponto e mesmo como podem ajudar. Quem melhor explica isso é Ariane Oliveira e Bruna Diehl Dutra da Silva:

[...] tal período é uma fase de muitas angústias e dúvidas sobre o processo e a situação do adolescente, tanto para este como para sua família. Há pouca ou nenhuma orientação quanto aos procedimentos adotados no desenvolvimento do processo de ato infracional. Nesse momento, as pessoas não sabem ao cer-

to qual o motivo de terem seus filhos, irmãos, namorados afastados de casa e ainda são alvos da atuação preconceituosa de juízes e promotores. Nenhuma explicação lhes é dada, uma vez que a defesa, na maioria dos casos, cumpre um papel estritamente formal. A única coisa que sabem é que tudo aquilo pelo que estão passando não pode estar certo, sendo comum às famílias um sentimento de indignação, que é de inúmeras formas silenciado. (OLIVEIRA e SILVA, 2014, p. 137)⁵

Esse setor deve conter sanitários e fraldário para atender os visitantes antes da abertura dos portões, com área de descanso, considerando que uma parcela desses indivíduos vem de pontos afastados do CASE e mesmo de outros municípios - esses espaços podem configurar um Abrigo de Visitas. Para acessar o CASE, a área de revista se faz necessária, bem como espaço de guarda-volumes. O ambiente de encontro com os adolescentes pode ocorrer nas áreas mais internas do CASE, desde que estejam preparadas para essa função, que sejam calmas, silenciosas e que transmitam tranquilidade para que a conversa possa ocorrer sem interrupções, propiciando o constante resgate do vínculo familiar. O amor e o carinho entre os envolvidos devem ser cultivados e estimulados. Aconselha-se que a Unidade organize mais de um espaço, tanto para atender diferentes condições climáticas quanto para se fazer entender aos envolvidos que as situações são dinâmicas e cada momento difere do outro – que existem mudanças e nem todo o processo de internação é uma longa ação monótona, que carrega o sentimento punitivo.

A revista de familiares é um dos momentos mais delicados da rotina de um CASE, pois não se pode abrir exceções em nenhum caso crianças e bebês em visita também são revistados. O trabalho deve ser o mais humanizado possível, mas criterioso, evitando que ingressem na Unidade objetos que possam causar situações de risco aos adolescentes, funcionários e demais visitantes. O uso de detectores de metais, por exemplo, para a revista corporal, assim como a revista de objetos devem ser planejados e discutidos entre os técnicos, agentes socioeducadores e gestores para manter os níveis de segurança esperados sem causar constrangimentos e humilhações aos familiares.

4. CONVIVÊNCIA PROTETORA: recebe esse nome pelo SINASE, mas no Rio Grande do Sul ainda se denomina Atendimento Especial. Até há pouco tempo chamava-se Isolamento. Para muitos ainda é atrelado ao significado do "castigo". Os casos de adolescentes destinados a esse setor podem não estar distantes disso, mas também servem para aqueles que estão com dificuldade de relacionamento com os demais e podem vir a sofrer agressões ou abusos por um indivíduo ou grupo rival. Em geral, adolescentes que estão com dificuldades de relacionamentos na Ala, ou aumentando o risco de ocorrer um motim ou rebelião, são conduzidos a esse setor, onde em dormitórios individuais passam períodos que podem variar de tempo de uso (às vezes até um dia somente). Ali, privados de algumas ativida-

⁵ Ainda que o texto foi construído para definir a internação provisória, os sentimentos envolvidos estão constantemente presentes em todas as etapas da internação.

des que eram elaboradas coletivamente, são convidados a refletir sobre atitudes e comportamentos mais imediatos. Esse "isolamento" dos demais internos não significa, no entanto, privação dos seus direitos básicos e de um ambiente confortável, higiênico e assistido pelos funcionários da Unidade.

5. ADMINISTRAÇÃO: É o local onde toda a estrutura funcional da Unidade se processa, incluindo a montagem, organização e operacionalização do histórico de cada adolescente internado, através do chamado Plano Individual de Atendimento (PIA), que depois se consolida no seu prontuário. As ordenações imediatas dos funcionários e da infraestrutura do CASE também ocorrem nesses ambientes, para depois serem repassadas aos setores de atuação direta. Nesses ambientes trabalham a equipe técnica e administrativa.

6. SEGURANÇA: os espaços destinados à segurança variam conforme os sistemas de segurança empregados. O perfil de cada Unidade auxilia em estabelecer os sistemas de segurança. Por perfil da Unidade entenda-se o perfil dos adolescentes: se de gênero masculino ou feminino; se possuem maior índice de problemas de dependência química; se são jovens-adultos; se são reincidentes (já não é a primeira medida de internação) e outras variantes que não cabem aqui esmiuçar. Nos sistemas de segurança, outros elementos arquitetônicos compõem com espaços físicos, o que implica cercamentos (barreiras) que variam de grau entre contenção e proteção (o que será melhor abordado no capítulo Estética da Segurança) e compartimentos onde fique uma central de monitoramento e vigilância, de atuação pública ou privada. Se houver atuação de vigilância parte pública, parte privada, as duas nunca podem dividir espaços e equipamentos. A recomendação é que se localizem fora da condição intramuros, ainda que não seja uma norma preestabelecida e que espelhem como a instituição costuma abordar essa questão.

7. INTERNAÇÃO: é a parte do programa que tem os dormitórios como cerne, mas outros compartimentos de uso mais imediato dos adolescentes podem existir, como áreas de refeitório e lazer, salas de atendimento individual e em grupo e controle para funcionários socioeducadores. Pensem esses espaços onde os adolescentes irão passar no mínimo 12 horas por dia (incluindo sono, higiene e lazer básico). Apesar de todo o cuidado que o arquiteto deve ter com os enfoques funcionais, de segurança e econômicos⁶, ele deve preocupar-se em tornar esses ambientes:

- acolhedores, que transmitam segurança, paz e tranquilidade. No dormitório, quando não for individual, mas dividido com um ou mais internos, que se estabeleça uma relação de confiança entre eles. Se nós alimentamos medos e receios com outros que praticaram atos infracionais, imaginem ter que conviver e dormir no mesmo quarto com eles. Se faz necessário que as portas dos dormitórios permitam visão e contato com o corredor onde circulam os agentes socioeducadores constantemente.

6 Vide o capítulo *Dimensionamento e Conforto Ambiental*.

- que sejam silenciosos para as horas de dormir e descanso. Não há nada mais reparador para a saúde que uma boa noite de sono. Na ausência dessa, todo o ser humano tem seu humor afetado negativamente, o que contribui para a proliferação de conflitos. Daí a importância de ser trabalhada a acústica, se possível.
- que nesse bloco, quando não dentro do dormitório, possa haver espaço para que cada adolescente encontre um canal de expressão individual, seja escrevendo uma carta, organizando seus pertences pessoais como lhe aprouver, dispondo cartazes e fotos na parede (nos moldes e espaços predeterminados pela direção da Unidade), etc. O objetivo é que haja um mínimo de vinculação ao espaço físico, o que irá garantir um maior cuidado e zelo do adolescente para com a infraestrutura que está disponível.
- que as aberturas (portas e janelas) possam oferecer visuais que não sejam monótonas e propiciem conforto ambiental adequado⁷.

8. ESCOLA: tanto para se falar sobre uma das atividades mais nobres da nossa sociedade e que tão relegada a planos inferiores ela se encontra, introduzo o tema, citando uma reflexão do arquiteto Louis Khan (2010, p. 9 e 10):

Eu penso em escola como um ambiente de espaços onde se é bom aprender. As escolas começaram com um homem, que não sabia que era um professor, discutindo suas percepções debaixo de uma árvore com uns poucos que não sabiam que eram alunos. Os estudantes refletiram sobre a troca de conhecimentos e sobre como era bom estar na presença desse homem.

E Kahn (2010) segue propondo que se retorne ao princípio das coisas para se proceder a melhor arquitetura, mais alinhada aos anseios dos seres humanos e que algumas instituições que se tornaram as escolas hoje são funcionais, mas vazias desse princípio. A Escola no ambiente de internação socioeducativa deve ser repensada constantemente, pois não é exatamente a mesma Escola do ambiente público cotidiano. Os adolescentes vêm de realidades escolares distintas, nos mais diversos anos de formação, com muitas defasagens que parecem insuperáveis em alguns casos. Os horários de ensino são entrecortados pelas demais rotinas da Unidade e inclusive desmobilizadas sempre que há uma alteração dessa rotina, como ausências para tratamentos de saúde, passagens pela Convivência Protetora, visitas familiares e audiências judiciais. Não sobra muito espaço para uma rotina de ensino, mas deve-se buscar abordagens para uma rotina de aprendizagem. E o que dizer da arquitetura para tais ambientes? O programa prevê uma visão mais convencional, com espaços de áreas certas e predestinadas, mas, quando possível, permitir que se rompa com o formalismo e criem-se espaços mais dinâmicos e instigantes.

Ainda importa destacar a diferente necessidade da escola entre Internação Provisória (IP) e Internação, da planilha acima, postulada pelo SINASE. A justificativa subentendida é que o tempo máximo em IP de um adolescente seria de 45 dias, o

⁷ Também vide o capítulo Dimensionamento e Conforto Ambiental.

que tornaria desnecessária a atuação escolar. Na prática ocorre que por vezes os 45 dias – tempo previsto para as avaliações técnicas ao adolescente e deliberações judiciais do ato infracional que direcionam a MSE a ser cumprida – são extrapolados. Somam-se o entendimento que a escola, ainda por um curto período, é ambiente positivo na ação socioeducativa. Assim, deve-se considerar espaços de sala de aula e biblioteca ao programa arquitetônico no atendimento de todos os adolescentes internados, independente da MSE em vigor.

9. OFICINAS: na mesma linha da Escola, mas mais sensível à realidade cultural de cada Unidade, está se migrando de uma atuação de oficinas ocupacionais para oficinas profissionalizantes. Esse é um caminho que tenta reverter uma lógica perversa de reincidência dos adolescentes nos atos infracionais, tendo em vista que uma boa parcela é vinculada ao tráfico de drogas. Os espaços para oficinas devem ser o mais diversificado possível, com pontos elétricos para equipamentos pesados, pontos de água e esgoto, possibilidade de iluminação mais concentrada em zonas de trabalho (bancadas), ponto de gás GLP, sistema de insuflamento e exaustão de ar, rede de wireless, etc. As oficinas podem ser transitórias, mas idealmente a Unidade deve conduzir estudos para promover que elas se tornem perenes. Há de se olhar para a realidade cultural de cada população atendida pelo CASE e verificar o que pode render melhores frutos.

10. ESPORTES: inegáveis são os benefícios dos exercícios físicos para a mente e o corpo nos dias de hoje. Existem argumentos depreciativos e irreais que seriam como "treinar" os adolescentes para seguirem na promoção dos atos infracionais após concluída a medida de internação. O fato é que quem participa das atividades esportivas no CASE (que podem incluir os funcionários) termina por extravasar tensões e revisitar conceitos como disciplina e respeito às regras e aos adversários. Em geral uma quadra esportiva resolve tudo, mas outras atividades podem ser incorporadas, como salas de atendimento em grupo, oficinas e mesmo áreas de arquibancadas. Os parâmetros arquitetônicos do SINASE não preveem a participação dos visitantes em encontros esportivos especiais⁸, mas são temas que merecem reflexão pela Instituição, caso a caso. No mesmo viés reflexivo, sabe-se que existem Unidades em outros Estados que implantaram piscinas, para práticas esportivas e de lazer. Em todo caso, há de se cuidar sobre o significado cultural que um equipamento esportivo pode suscitar para a comunidade local e zelar pelo seu uso⁹. Existe muito preconceito envolvendo adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. e deve-se estar atento em gerar mais repúdio por parte da opinião pública.

11. ENCONTROS ÍNTIMOS: é certamente uma das partes mais controversas do programa de atendimento. Trata-se de disponibilizar, para casos muito específicos de internação, a visita íntima de cônjuge do adolescente à Unidade. Por casos

⁸ A quadra esportiva, com espaço de arquibancada pode não ser para eventos esportivos em si, mas atividades coletivas entre adolescentes e familiares, como festas de fim de ano, por exemplo. Pode-se incorporar a função de auditório, ou então prever-se estas funções em outros espaços consolidados.

⁹ A piscina ainda é muito vista pela nossa sociedade como um lazer elitista.

específicos, significam jovens-adultos¹⁰, casados ou em união estável e que estão cumprindo a medida socioeducativa com "bom comportamento". Faz-se necessário que o quarto do encontro possua banheiro exclusivo (modelo suíte) e mantenha uma certa reserva e distanciamento do restante dos prédios de internação, para não prejudicar a intimidade do casal.

12. CÍRCULO RESTAURATIVO: por último, não menos importante, trata-se da parcela da MSE de internação mais particular do sistema. Simplisticamente, podemos entender o programa arquitetônico do CASE como parte alojamento (sem ser um alojamento), parte escola (sem ser escola), parte posto de saúde (muito longe de ser um posto de saúde), parte área esportiva (sem ser um clube esportivo) e tudo envolvido em muros e sistemas de vigilância para privação de liberdade (sem ser uma prisão). Os espaços destinados aos chamados Círculos Restaurativos não se encontram em nenhum outro programa arquitetônico convencional. Talvez o mais singular de todos os procedimentos seja o de Justiça Restaurativa, que, quanto ao seu conceito, posso citar definição de membros do Grupo de Assessoria a Adolescentes Selecionados pelo Sistema Juvenil, o G10, vinculados à Faculdade de Direito da UFRGS:

A Justiça Restaurativa pretende recriar um conceito de responsabilização criminal a partir de uma ótica que coloca a vítima e o ofensor no centro do sistema, e não o Estado, como é feito no sistema tradicional. [...] O processo, na Justiça Restaurativa, portanto, está nas mãos da vítima e do ofensor, havendo ainda espaço para o envolvimento com a comunidade. A partir disso, deve ser trabalhado o relacionamento vítima-ofensor, contribuindo para uma troca de informações e de necessidades entre os sujeitos. Outro conceito que deve ser repensado a partir do olhar da Justiça Restaurativa é o de crime, que já não deve mais ser visto como uma simples transgressão à norma, mas como um evento causador de prejuízos e consequências, entendido dentro de um contexto mais amplo. (BARROS e GERMANO, 2014, p. 150 e 151)

Não se trata simplesmente de proceder uma acariação entre vítima e agressor. Não se pretende uma confrontação no evento. O que se pretende é trabalhar a questão da responsabilização dos atos. Fatores, como perfil dos envolvidos, ato infracional em si, contexto familiar das partes, determinam se o procedimento deve ser aplicado ou não. Os procedimentos restaurativos são mais complexos e sensíveis que podem aparentemente parecer e devem ser executados sobre supervisão de equipes técnicas especializadas em direitos humanos.

Como existem mais de um tipo de círculo restaurativo, alguns podem nem ser passíveis de ocorrer no interior de Unidades, mas em "campo neutro", como nas se-

¹⁰ Adolescentes internados entre os 18 anos completos até atingirem os 21 anos de idade. Situação que vem sendo revista no sistema socioeducativo através de propostas de alteração da lei quanto à redução da maioridade penal.

des das instituições. Ao arquiteto, cabe oferecer um ambiente acolhedor, em que se busca atender os princípios da participação e da horizontalidade. Uma sala, sanitários próximos, facilidade de acesso é o que basta em termos de Justiça Restaurativa. Não se reforçam hierarquias nesses espaços (por isso também chamam-se círculos). Oferece-se isolamento acústico, quando necessário, além de atender aos demais itens de conforto térmico.

Ainda não é um processo de atendimento amplamente empregado, muito pelo contrário. No entanto, muitos profissionais vêm apostando nele como uma alternativa do sistema judiciário para resolução de conflitos. Como não leva a ser um investimento pesado em construção civil, vale a pena os espaços serem incorporados no Projeto Arquitetônico, se esse for o entendimento da instituição.

CIRCULAÇÃO

Mesmo dentro do complexo, os adolescentes passam por critérios de conduta para circular entre os espaços de diferentes atividades. Se as atividades forem separadas por módulos construtivos, o deslocamento dos adolescentes implica corredores e espaços abertos¹¹. Já a saída da Unidade somente se dá com acompanhamento de funcionários preparados para tal tarefa – chamada de custódia.

As circulações desempenham papel primordial no funcionamento cotidiano do CASE, pois são muitas as atividades que os adolescentes se envolvem diariamente. Dormir, higiene pessoal, refeições, lazer, atividades físicas, escola, oficinas e atendimento dos técnicos (podendo incluir o religioso), apenas para falar dos mais diárias. Se formos considerar que pelo menos metade se encontra no mesmo prédio, podemos estimar uma média de circulações entre os prédios no mínimo 3 vezes ao dia, o que ainda parece pouco. Essas pequenas incursões no exterior oferecem um benefício inigualável ao bem-estar, como é imaginar. Apesar de muitos de nós acharmos ótimo passarmos aquele dia especial "dentro de casa", "sem ter que se arrumar para sair", "só descansando...", é bom lembrar que não estamos falando de situações corriqueiras, mas de adolescentes privados de liberdade, sem o poder de determinar seu ir-e-vir. Assim os deslocamentos externos são importantes, devem ser estimulados, mas necessitam ser bem planejados, para não causar muitos conflitos. Existem situações como a circulação de adolescentes próxima dos dormitórios de Convivência Protetora, do dormitório de Encontros Íntimos, da sala dos Círculos Restaurativos, ou mesmo de salas de atendimento técnico não devem ocorrer para poupar e preservar os que eventualmente ali estão¹². Também algumas funções específicas dos funcionários, como a copa e a área de descanso, sala de manutenção e maquinários (grupo-gerador, transformadores, reservatórios, casa de bombas) e o prédio da Administração não podem estar nos percursos mais usuais dos adolescentes.

11 O que será melhor abordado no capítulo de *Tipologias Arquitetônicas*.

12 Diante da impossibilidade de tal cumprimento, a privacidade e distanciamento podem ser substituídas por barreiras físicas.

Lembrando que os adolescentes são divididos em Alas, pois cada grupo de dormitórios não pode ultrapassar 15 vagas – e o máximo de vagas por cada CASE é de 90 – atenta-se com os fluxos das Alas entre si, quando forem circular para as outras atividades. Essa logística deve ser discutida em conjunto com a (futura) direção da Unidade.

O CASE deve ter seus espaços como um: "[...] elemento promotor do desenvolvimento pessoal, relacional, afetivo e social do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa." (BRASIL, 2006, p. 79)

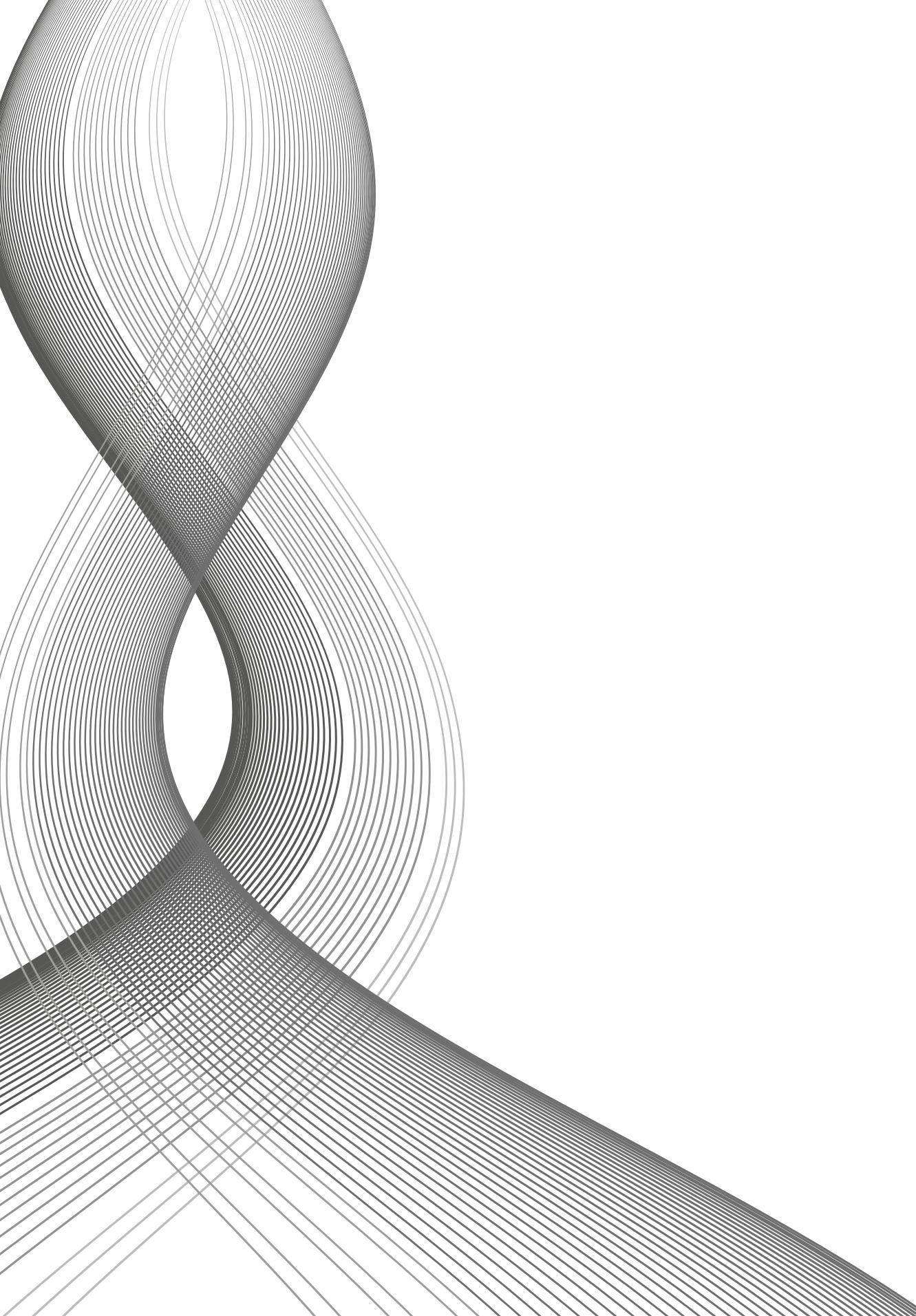
CONCLUSÕES

Uma das reflexões mais importantes para concluir o capítulo, é que devemos nos despir de preconceitos quanto ao programa e ao projeto. Estamos tratando de seres humanos que cometem atos, algumas vezes bárbaros e cruéis, mas ainda assim seres humanos. Não nos esqueçamos dos demais envolvidos junto aos adolescentes que estão cumprindo medidas de internação: familiares, vítimas e mesmo os funcionários. É curioso perceber como cada um deles deve lidar com as dificuldades e o negativismo que os adolescentes carregam e ajudá-los a eliminar essa carga, purgarem suas piores emoções no processo e recebê-los novamente no seio familiar, na comunidade e na sociedade.

Se partes do programa ainda não podem ser implantadas por falta de equipe técnica preparada, falta de receptividade da instituição, do poder judiciário envolvido ou mesmo por pressão da mídia e da sociedade, verifique se esses fatores são mais fortes que estabelecer um Projeto Arquitetônico completo. O contrário significa dividir a obra em etapas, o que, inevitavelmente leva a onerar os recursos humanos e financeiros do Estado. Digo isso porque pode ocorrer que setores como a Justiça Restaurativa, Encontros Íntimos ou Oficinas não sejam inicialmente executados (para poupar recursos ou falta de maturidade no Programa de Atendimento ou de experiência das equipes técnicas). No entanto, sua ausência pode tornar-se um problema após a implantação do CASE.

As diretrizes arquitetônicas lançadas pelo CONANDA surgiram em 2006 e isso é muito recente para um entendimento consolidado do que é importante em termos de arquitetura socioeducativa. As próprias equipes de trabalho ainda trazem alguns vícios que antecedem o SINASE. Sem falar no pensamento da sociedade anterior ao ECA, em que os adolescentes ainda são menores, os atos infracionais ainda são crimes e as medidas socioeducativas ainda são punições.

O amplo diálogo com as equipes técnicas, com as equipes de trabalho direto (agentes socioeducadores), com os poderes envolvidos (Executivo e Judiciário) são a garantia para o sucesso do Projeto Arquitetônico.



IMPLEMENTAÇÕES DE CASE's: ACEITAÇÃO DE OCUPAÇÃO TERRITORIAL E DESAFIOS

Na cidade, o CASE enquadra-se como um equipamento urbano de ampla função social (socioeducativa), considerando equipamento urbano como aquela edificação que vai prover funções de utilidade pública, necessárias ao funcionamento da comunidade. Um CASE trabalha com a aplicação de funções socioeducativas, visando à recuperação de jovens que cometem atos infracionais, o que indiretamente repercutem em suas famílias¹.

Uma das primeiras indagações que as pessoas fazem é da proximidade do CASE de centros urbanos. As diretrizes do SINASE orientam que:

[...] tanto as medidas socioeducativas quanto o atendimento inicial ao adolescente em conflito com a lei devem ser executados no limite geográfico do município, de modo a fortalecer o contato e o protagonismo da comunidade e da família dos adolescentes atendidos. (BRASIL, 2006, p. 29)

É na participação da comunidade, no reforço do suporte familiar que o trabalho do corpo técnico se mostra com maiores resultados. Ou seja, tratar as fragilidades e incoerências de cada adolescente passa por um apoio afetivo da família e um aporte de ofertas educacionais e profissionalizantes oferecidas pela sociedade. Essa estratégia objetiva a reinserção do adolescente no meio social.

A proximidade da família, sob a ótica urbana, não significa necessariamente uma proximidade física, no mesmo bairro, mas também garantir acesso por transporte público. É na participação e acompanhamento constantes da família que o adolescente pode refletir sobre suas ações, conscientizar-se dos atos realizados e que o levaram à internação e formular caminhos para sua vida. É no restabelecimento dos vínculos emocionais que se faz possível o trabalho socioeducativo. Afinal, nenhum indivíduo fragilizado pode recuperar-se sem apoio de outros, principalmente do seu círculo mais próximo, em geral, a família.

¹ Há de se considerar ainda que um CASE pode atender adolescentes de diversas comunidades e cidades vizinhas. Assim sua atuação e repercussão ultrapassa os limites municipais, levando ao âmbito regional.

A presença da comunidade se faz necessária em ações conjuntas dos poderes público e privado. A reintegração do adolescente passa pela esfera comunitária, na aceitação da vizinhança e na oferta de empregos e oportunidades, tanto por pessoas físicas quanto por empresas. A comunidade é convidada a participar do processo de ressocialização do indivíduo.

Na sociedade também se processam ações socioeducativas. E os diversos níveis de reintegração social são permeados pela aceitação da comunidade e estimulados por ações do Estado. Assim, o princípio basilar de qualquer CASE é tê-lo integrado e constituído na cidade, em terreno de infraestruturas estabelecidas – água, esgoto, energia elétrica e telecomunicações. A facilidade de acessos e transporte público também torna-se prerrogativa, tanto para deslocamentos de adolescentes em audiências nos Juizados, quanto para visitas dos familiares e acesso dos funcionários.

Sustento que também seria pertinente que o CASE ficasse próximo de uma comunidade constituída, afinal de contas, devemos lutar contra a extratificação dos espaços urbanos e buscar a miscigenação, o espaço democrático. É na aproximação das pessoas, por sua diversidade, que se torna possível diminuir os conflitos urbanos e não o contrário.

[...] no momento em que as pessoas se aproximam mais da vida de sua cidade e percebem que é possível contribuir para a diminuição dos conflitos urbanos, altera-se a percepção do problema criminal, gerador do sentimento de insegurança [e] uma medida importante para prevenir efetivamente a criminalidade de rua deve ser destacada: o incentivo à criação de vínculos e espaços de sociabilidade, raros em uma cidade como a nossa [...] (ZACKESKI, Cristina Apud NYGAARD, 2010, p. 150).

Mas como isso se processa na prática urbanística? Quais os erros e os acertos que se sucedem em CASE's já implantados? Podemos traçar alguns paralelos entre as implantações dos CASE's em cidades-pólo do Rio Grande do Sul, que é minha experiência, tendo a certeza de que em outros Estados podem ocorrer processos similares ou contribuir com experiências únicas e valiosas.

Para melhor entender esse processo, vamos ter que olhar um pouco mais atrás, começando nos primórdios da cidade de Porto Alegre. Historicamente, edificações que reuniam pessoas em vulnerabilidade social eram implantadas em zonas afastadas dos centros urbanos ou, pelo menos, posicionados na periferia da área urbanizada. Assim temos, já no século XIX, o Sanatório Partenon (hospital psiquiátrico) e o Colégio de Santa Teresa (escola e orfanato de meninas) implantados em zona rural. A Cadeia e a Santa Casa inseriam-se na área urbanizada, mas perifericamente, em pontos opostos do tecido urbano. O paradigma estabelecido é da autoproteção da sociedade.

Já mais próximo do nosso objeto de reflexão, temos que os prédios utilizados para internação de crianças e adolescentes seguiram por dois caminhos no Rio Grande

do Sul. Na capital, foram aqueles construídos na gleba original do Colégio de Santa Teresa (no morro que mais tarde levou o mesmo nome). Posteriormente chamado de Asilo Santa Teresa, tendo ao seu lado o Asilo de Mendigos (Figura 1). No interior, localizavam-se em chácaras, nas zonas rurais dos municípios. Ambas as situações reforçavam o princípio do segregacionismo urbano. Esses centros rurais, ainda nas décadas de 70 e 80 funcionaram também como captadores de recursos alternativos, sendo levados a "[...] uma intensificação da produção, especialmente na área agrícola e de criação de gado e aves, que acabou até suprindo parte das necessidades das unidades próprias [...]" (RIO GRANDE DO SUL, 2002, p. 45) da antiga FEBEM (Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor).

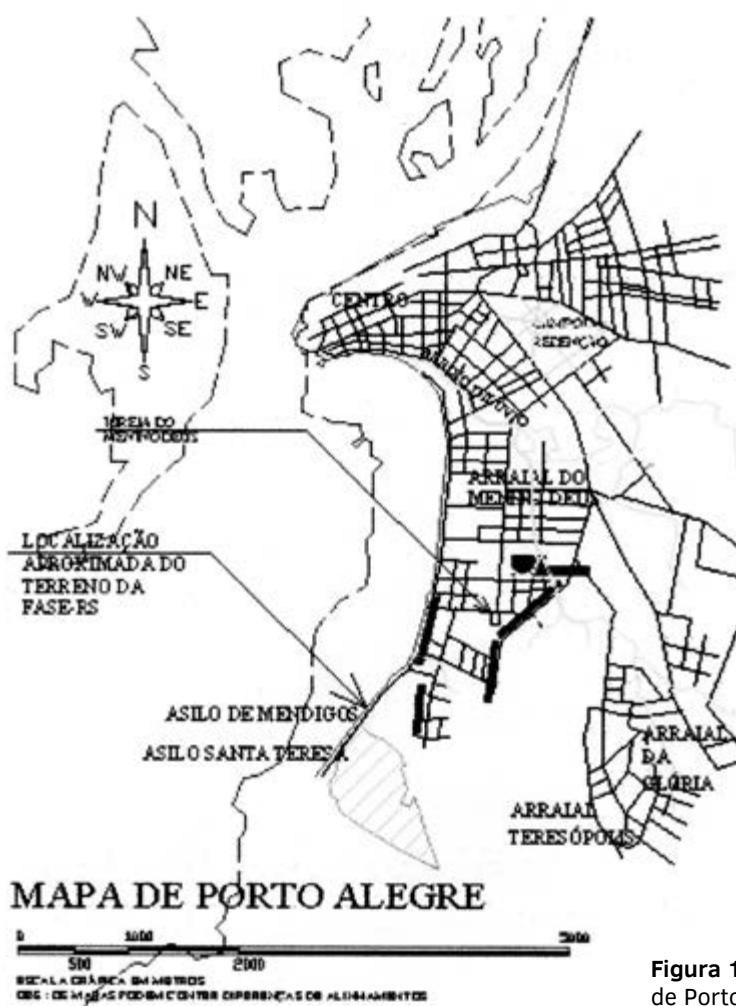


Figura 1 - Desenho esquemático do mapa de Porto Alegre em 1906.

No caso do Morro Santa Teresa em Porto Alegre, os prédios implantados para tal fim tinham um entorno menos densificado, mas com o passar dos anos, o tecido urbano envolveu o terreno a tal ponto que se tornou impossível pensar esses equipamentos urbanos como situações mais isoladas. Parte da gleba encontra-se com área invadida, de vilas já constituídas, o que só torna os conflitos urbanos mais acirrados.

Já no interior do Estado, os CASE's foram implantados na política de descentralização – antes todos os adolescentes concentravam-se em Porto Alegre – começando por cidades como Caxias do Sul, Santo Ângelo, Santa Maria, Uruguaiana e Pelotas, todas inauguradas em 1998. Esses podem ser hoje considerados prédios de segunda geração e eram chamados de Centros da Juventude (CJ) – sendo os de primeira geração aqueles antes do advento do ECA.

A descentralização do atendimento socioeducativo está atrelada à regionalização dos Juizados de Infância e Juventude (JIJ), pela Lei Estadual Nº 9.896, de 09 de Junho de 1993, pela qual foram criados os Juizados Regionais da Infância e Juventude. O CEDICA, na sua Resolução Nº01/94, dispõe sobre a definição da política de atendimento ao adolescente privado de liberdade, também abordando a descentralização do atendimento na Capital.

Os CJ's do interior tinham suas localizações em áreas afastadas dos centros urbanos. O CASE Pelotas é o que foi implantado mais próximo do tecido urbano, em zona industrial. Similarmente o CASE Santa Maria, está localizado com acesso pela BR 158, também em zona industrial, mas com área residencial muito próxima, separada pela mesma rodovia federal. Os CASE's Caxias do Sul e Santo Ângelo eram em zonas mais afastadas, com pouca urbanização, mas hoje já envolvidas pelo crescimento das cidades. O CASE Uruguaiana é o único que mantém uma característica mais rural, ainda muito afastado do centro urbano e de construções vizinhas, na BR 472.

Os prédios de terceira geração, já em consonância com o SINASE, foram construídos em Novo Hamburgo, zona industrial, limite do município (divisa com o município de Campo Bom) e Passo Fundo, zona urbanizada e residencial, ainda que seu terreno faça divisa lateral com uma linha ferroviária.

Todas as unidades, de uma forma ou outra, mantêm a característica de localizarem-se em áreas distantes do centro municipal e de baixa densidade populacional. Esse afastamento, que parece ser uma condicionante, na verdade é muito mais uma consequência. Um novo CASE, modelo de terceira geração, ocupa área de aproximadamente 2,5 hectares. Isso leva, inevitavelmente, que ele vá se localizar em vazios urbanos ou em áreas afastadas das cidades consolidadas.

Se pensarmos em vazios urbanos, há o empecilho da valorização do mercado imobiliário sobre esses terrenos, devido à proximidade de outros serviços, em bairros mais consolidados. A situação leva a uma pressão natural para que o uso dessas glebas não se concretize.

Se restarem áreas afastadas para sua implantação, surge a condicionante de estarem distantes de núcleos urbanos constituídos, para poderem usufruir das infraestruturas já executadas (água, luz, esgoto, comunicações e transporte público).

Processo similar ocorre em bairros de menor densidade populacional da capital, quando se fala em descentralização do atendimento socioeducativo. Hoje em dia, esses bairros, que ainda contêm um número expressivo de terrenos de maior extensão, têm sido muito valorizados no mercado imobiliário. Nygaard (2010) explana

que os terrenos mais valorizados são aqueles que agregam condições de acesso, investimentos em infraestrutura e serviços, características físico-ambientais e suas possibilidades legais de construção – as mesmas características necessárias a um CASE. A perspectiva de condomínios horizontais de alto padrão serem vizinhos de um CASE, ainda que distantes, gera polêmica e promove movimentos políticos nos quais estão expressos (ou não) esses preconceitos.

Nygaard (2010, p. 85) traz um alerta sobre a disputa de terrenos de melhores qualidades, como acima expostos, e melhor localização, onde:

(...) sempre vencem os demandantes com mais dinheiro e maior poder relativo, empurrando os demais, população mais pobre e atividades menos lucrativas, para as partes da cidade menos qualificadas e com custos locacionais mais elevados.

Esses fatores terminam por limitar mais ainda as possibilidades de terrenos disponíveis, mesmo que tenham uma topografia e dimensionamento aceitáveis para as futuras implantações. Mas não é só isso que compele a lentidão de novas implantações. Somam-se movimentos das comunidades que variam entre a aceitação e a repulsa. É o jogo de forças políticas que se estabelece. As comunidades mais próximas – e independe de perfil socioeconômico, podendo ser vilas populares ou condomínios fechados de luxo – renegam a implantação de um CASE². Às vezes municipalidades inteiras posicionam-se nas instâncias oficiais e extra-oficiais contra a implantação de um CASE, valendo-se das mais diversas alegações. Começa a se estabelecer uma série de mitos que se refletem e são reflexo de todo o trabalho da rede socioeducativa – todos eles tendo como pano de fundo a criminalidade violenta.

O mais pungente dos mitos é a repulsa à presença de adolescentes em conflito com a lei – ainda que internados em um CASE – próximo das suas residências. Eles são vistos como criminosos, todos nivelados como da pior espécie, agentes de crimes hediondos. Recentemente pude acompanhar uma manifestação de uma comunidade contrária à implantação de um CASE em município sede de uma regional. Por trás de cada reação particular, havia a certeza da impunidade que cada vez mais tomamos como lugar comum.

“São todos uns criminosos!”

“Por que vocês não vão pra bem longe daqui?”

“Não conheço um único guri que tenha se recuperado!”³

Também traziam o medo do desconhecido e a conscientização de que todos estamos sujeitos a sermos vítimas de atos criminosos.

“A gente sabe que eles fogem, porque eles conseguem pular a cerca. E aí? Como a gente vai se proteger?”

2 Um Centro de Atendimento de Semiliberdade passa por pressões similares, às vezes em proporções muito maiores.

3 Manifestações colhidas na ocasião por participantes do protesto.

“Eu moro aqui nessa casa, sozinha com duas filhas pequenas. Que garantias vocês nos dão de que esses guris não vão entrar na minha casa e pegar minhas filhas?”

O desconhecimento no caso começa pela falta de informação sobre os aparatos de contenção e privação de liberdade que são estipulados para todas as unidades. Mas a problemática da criminalidade violenta parece se acirrar quando achamos que somente seremos vítimas da violência quando nos aproximamos dos causadores da violência. Ou que, por estarmos afastados dos locais “irradiadores” de violência, estaremos seguros – o que é uma enorme ilusão. Encontrar um lugar com ausência de tragédias é uma ilusão.

“E como fica nosso bairro agora? Comprei aqui esse terreno e agora vocês vão botar eles [adolescentes] aqui? A gente não merece isso!”

“Vocês tinham que construir é escola!”

“Vocês vão acabar com o bairro!”

Existem aqui duas preocupações de mesma raiz, mas que terminam por serem divergentes. A primeira revela um sentimento de que o bairro não é valorizado⁴ e o poder público impõe um equipamento urbano que, em primeiro lugar, não traz benefício direto aos moradores do entorno imediato. Não é uma escola, um posto de saúde, uma delegacia. A comunidade sente-se desvalorizada. No CASE, a máquina institucional está trabalhando em prol de uma melhora da sociedade em um nível mais macro e à médio prazo. Isso não ajuda à comunidade do entorno imediato, a qual tem que lidar com o novo empreendimento na microescala e a curto prazo. É necessário que o Estado promova contrapartidas para haver um mínimo de aceitação ao CASE estarei sugerindo como ao final desse capítulo.

Mas a baixa autoestima revela a segunda problemática, da desvalorização do bairro pelo mercado imobiliário. Mais uma vez, é a “presença de criminosos” na proximidade que fará com que os valores de compra e venda dos terrenos do entorno baixem de preço. Além disso, o receio é que um aporte maior de pessoas de uma classe de renda inferior à original venha a se estabelecer no bairro, levando a uma redução do perfil socioeconômico e a uma maior possibilidade de aumento da criminalidade.

Parece que essa revolta popular não é exposta se, em outra situação, um lote fosse ocupado por um criminoso de verdade, digamos, a residência de um traficante. Por medo de uma retaliação – motivo óbvio – todos os vizinhos silenciariam. Mas curiosamente isso não causaria uma queda dos valores do mercado imobiliário...

⁴ E arrisco generalizar essa situação pelo exposto anteriormente, de que os bairros com possibilidades de receberem CASE's são aqueles que têm baixa densidade demográfica e consequentemente baixo investimento na infraestrutura pela municipalidade.

Afirmar que a implantação de um CASE em uma cidade traz mais insegurança à população, pois contribui com a violência urbana, parece uma afirmação dotada de exagero. Comparativamente seria como afirmar que a implantação de um hospital psiquiátrico em um município iria aumentar os problemas em saúde mental da localidade.

O objetivo do CASE é fornecer uma condição de resgate e ressocialização dos adolescentes em cumprimento de MSE, atuando diretamente sobre os casos mais graves, ou seja, aqueles que por força de determinação judicial implicavam em internação. A internação ocorrerá, independente da localidade e do cumprimento da medida socioeducativa, mesmo que não haja o equipamento adequado na regional judiciária.

Em não havendo condições de internação do adolescente no seu JIJ de origem, o padrão é encaminhar o adolescente à Unidade de Internação mais próxima. Lá ele passa a cumprir a medida socioeducativa. No entanto os fluxos da jurisprudência se mantêm na comarca de origem e a cada audiência, o adolescente deve ser movimentado pelas estradas. De maneira similar, mas no sentido inverso, as visitas de familiares – importantes para o processo socioeducativo acontecer – implicam em deslocamentos dos familiares das suas cidades de origem para a capital e, em regra, tratam-se de famílias com poucos recursos, ampliando desgastes e dificuldades desnecessárias.

Despendem-se recursos humanos e financeiros do Estado, sem falar do desgaste emocional para os familiares dos adolescentes⁵. Já as equipes técnicas, que acompanham a medida socioeducativa de cada adolescente, entendem como fundamental a aproximação da família na busca da ressocialização do adolescente.

Vemos que, além de fatores técnicos e financeiros, a implantação de novos Centros de Atendimento devem considerar os fatores de ordem traumática, de estigmas e preconceitos ainda arraigados nas comunidades do país.

Muitos não desejam CASE's em suas cidades por acharem que a imagem – a “fama” do município – pode ser associada à função da edificação. Pensam e verbalizam que podem ser denominados como “cidade-presídio”, “cidade-cadeia” ou outros apelidos. Existem duas maneiras dessa condição se proceder.

A primeira, seria quando uma quantidade de unidades com essas características estabelece e domina muitos dos movimentos e fluxos urbanos, comparativamente ao universo de outras forças urbanas que atuam na cidade. Vicente Del Rio (1990, p. 118) alerta que um “[...] processo de desenvolvimento pode, facilmente, comprometer a imagem das cidades já constante no repertório coletivo, na sua identidade e no imaginário da população.”

⁵ Em muitos casos, os familiares não têm ligação direta com os atos infracionais cometidos pelos adolescentes. O ir e vir deles é angustiante, desgastante e transforma-se em injusta punição.

Outro viés seria supor que, diante da implantação de um CASE em uma cidade, seus habitantes venham a alterar sua percepção ambiental do lugar. Isso decorre diante do fato de que as qualidades do dado espaço do CASE se tornariam mais significativas e valoradas que outras qualidades dos demais espaços daquela cidade.

Ambas as maneiras apontam situações em que estamos tratando de cidades de pequeno porte e pouco expressivas no cenário estadual (ou mesmo regional), onde a quantidade de outros eventos sociais, políticos e/ou econômicos vão ter um peso maior. Ou são casos em que a imagem e a percepção do lugar ainda não amadureceram naquela população com força suficiente para fazer frente a novos valores que novas edificações trazem.

Já Lineu Castello (2007, p. 31) explica que “[...] estímulos projetados, via de regra, buscam reforçar a imagem de urbanidade que um lugar deve conter e poder transmitir às pessoas, seja de forma visual, sensorial ou informacional.” Assim é possível, ainda que pouco provável, que uma nova edificação altere a percepção de lugar de uma comunidade.

No Rio Grande do Sul, por exemplo, imaginar que a implantação de um CASE em Osório, a classificaria como “cidade-presídio”, ao invés de “cidade dos ventos”, o que seria igualmente um exagero – tendo em vista a implantação e funcionamento de um parque eólico, o qual trouxe geração extra de renda para o município, alterou e marcou positivamente a sua paisagem rural, associando-a aos conceitos de sustentabilidade e preservação ecológica.

Importante é não desconsiderar as auto-imagens que uma comunidade faz de si, ou mesmo da fragilidade de sua construção. Nesse sentido o CASE pode ser visto como uma ameaça a tal imagem. Na visão dos membros da comunidade, traz “má-fama” ao lugar, associando os moradores como “criminosos”. É conceito mais que veiculado e divulgado que morador de favela não é criminoso. Apenas uma parcela muito pequena segue a linha do crime, frente a uma maioria de pessoas que vivem e trabalham dignamente.

Uma solução para resolver o impasse é buscar o reforço e qualificação da imagem de um município. Isso poderia ser parte do planejamento estratégico dos gestores públicos para acolher um CASE em um dado município.

Às vezes ocorre um caso em que um adolescente comete ato infracional espelhado em crime hediondo. Nesse momento, a ação da mídia e a comoção popular, levam a um movimento de “repulsa” daquele indivíduo e, muitas vezes, esse sentimento se expande para todos os adolescentes que estão cumprindo medida socioeducativa. Esse sentimento termina por “punir” um grupo inteiro, promovendo um sentimento de repulsa coletiva aos adolescentes e, consequentemente, ao equipamento urbano. Assim, a construção de Unidades nas comarcas de Osório e Santa Cruz do Sul, as quais concluiriam a regionalização rio-grandense, bem como novas Unidades na região metropolitana da capital enfrentam uma “blindagem” de suas comunidades por conta dessas generalizações.

Abrindo bem o jogo, vemos que o que está por trás de cada manifestação, pessoal e coletiva, de repulsa e revolta diante da presença de um CASE na sua vizinhança, no seu bairro e mesmo na cidade, é um clamor por punição, por vingança mesmo. Também aparece o preconceito de querer generalizar todos os atos infracionais de maneira simplista sem atentar para o contexto de cada caso.

Um CASE é um equipamento urbano como outro qualquer. Traz no seu simbolismo a incapacidade que a sociedade tem de lidar com situações adversas nos ambientes mais amplos, assim como os hospitais psiquiátricos, os cemitérios, as delegacias de polícia e tantos outros equipamentos urbanos. Negar a implantação de uma edificação com essas funções configura um processo coletivo de negação de um problema. E é sabido que negar um problema não leva à solução do problema em si.

Talvez a condição básica mais importante na implantação de um CASE, para a localidade que irá recebê-lo seja a segurança. Nenhum cidadão gostaria de ver seu bairro tornar-se mais inseguro e violento por conta de alterações urbanas. Faz-se necessário esclarecer que a preocupação é a mesma, inclusive no sentido inverso, pelos agentes públicos do Sistema Socioeducativo.

Esse respaldo de seguridade inicia-se pelo próprio Estado. O mesmo Estado que deve garantir a segurança do adolescente que cumpre medida socioeducativa de internação, como é expresso nas diretrizes do SINASE (BRASIL, 2006, p. 28):

A figura central na garantia do direito à segurança e à integralidade física e mental do adolescente privado de liberdade é o Poder Público, que tem a responsabilidade de adotar todas as medidas para que de fato tais garantias sejam respeitadas. Esse dever do Poder Público decorre, também da própria responsabilidade objetiva do Estado, isto é, o dever de reparar qualquer dano causado ao adolescente sob sua custódia. (...) Para a segurança da Unidade de internação é fundamental o maior investimento em segurança externa, diminuindo os riscos de invasões e evasões e assegurando tranquilidade para o trabalho socioeducativo.

Algumas situações devem ser evitadas, como a proximidade de áreas urbanas degradadas por conta de subabitações e áreas invadidas, mas nem sempre isso é possível de ocorrer.

No Rio Grande do Sul, das oito regionais com CASE's, somente duas enfrentam essa problemática: o CASE Caxias do Sul e os CASE's do Morro Santa Teresa, na capital. No caso de Caxias do Sul, a região onde a Unidade foi implantada (em abril de 1998) era em área afastada do centro urbano e posteriormente foi sendo ocupada de modo irregular por invasões, próximas ao Rio Tega, chegando ao ponto de constituir bairro de habitações de baixa renda, atualmente melhor estruturado por conta de outras ações municipais, ou seja, solução executada pelo poder público. Foi essa situação que fez crescer a insegurança na região, não a presença do CASE. O processo é bem descrito por Nygaard (2010, p. 128):

[...] a periferia urbana vai acolhendo cada vez mais a população de menor renda, impedida de se localizar em áreas da cidade com mais qualidade e melhores serviços. Crescendo e se expandido, essas periferias vão ampliando a ilegalidade e a informalidade, abrindo caminho para a criminalidade.

Já o caso do Morro Santa Teresa na capital, a situação atual é mais crítica, pois não somente o terreno foi cercado pela cidade regular, mas também foi invadido por habitações irregulares (vide Figura 2). Estima-se que hoje o terreno esteja comprometido com áreas invadidas em 17% do seu total (de aproximadamente 73 hectares), sendo algumas dessas habitações muito próximas dos prédios de internação. É nesse momento em que a análise da malha viária, com mapas, fotos de satélite e levantamentos planialtimétricos de diversos períodos históricos trazem informações para serem geoprocessadas, transformadas em análise de evolução urbana para então formular diagnósticos.



Figura 2 - Terreno da FASE em Porto Alegre mostrando em hachuras pretas as áreas invadidas. As manchas contínuas (ou sólidas) de cinza claro são as áreas remanescentes de mata.

No caso desse terreno, pode-se afirmar uma estimativa do avanço das ocupações irregulares em 2,2 hectares a cada 4 anos (o tempo de uma gestão governamental). Ao arquiteto acostumado ao trabalho no setor privado, essa frase pode parecer estranha, mas cada vez mais se consagra que muitas ações devam acontecer no período de uma gestão governamental – lembrando que estamos tratando de um equipamento urbano de responsabilidade da esfera estadual – e talvez isso seja um dos maiores erros: achar que situações que às vezes interferem na macroescala da cidade possam ser resolvidas e efetivadas em 4 anos. Ao se tratar esse porte de obra pública, deve haver a clareza (e a tranquilidade por parte dos gestores) de que o planejamento e sua execução podem muito bem extrapolar esse tempo.

Não estamos lidando apenas com um (único) objeto de uma licitação, mas são ações agregadas que começam unitariamente (no equipamento em si) e se desdobram em uma série de atuações, que vão desde o relacionamento com a vizinhança imediata até as interferências nas estruturas urbanas (viária, abastecimento de luz, água, esgoto, vigilância pública, transporte coletivo, serviços de recolhimento de lixo e manutenção dos espaços públicos, etc) e passando por criações de grupos de trabalho de esferas públicas, comissões, conselhos consultivos. Cada terreno possui um conjunto de características que leva a uma problematização que deve ser respondida.

A gestão de terrenos complexos, quando não recebem atenção do poder público, levam a um incremento da imagem negativa associada a esse equipamento urbano. É inevitável as pessoas pensarem que tais programas atraem e consolidam áreas degradadas ou contribuem para a desqualificação do espaço urbano. A inoperância do poder público na área urbana não é a resposta que a população espera.

Ingerências e falta de planejamento (e mesmo diálogo) entre as esferas Estadual e Municipal também atrapalham encaminhamentos para soluções. Posturas dos gestores estaduais (incluem-se os das fundações socioeducativas) os quais pensam que “se resolve do terreno para dentro, da calçada em diante é responsabilidade do município” e não poderiam estar mais equivocadas para diminuir os conflitos que surgirão com o passar do tempo – e eles virão! Mais adiante (não muito distante) terão que lidar com assentamentos irregulares nas divisas do CASE, uso indevido das redes de infraestrutura urbana (“gatos” nas redes de água e luz) e interações indevidas e indesejadas entre adolescentes e moradores vizinhos, comprometendo o princípio de proteção integral, que é fundamental à ação socioeducativa. A rua não é um espaço desprovido de participação, onde cabe uma mera manutenção pública, mas é o: “[...] espaço de manifestação da vida urbana, das relações interpessoais, da convivência.” (NYGAARD, 2010, p. 110)

No Seminário Nacional sobre Violência Urbana e Segurança Pública, realizado em Brasília, no ano de 2001, um dos produtos, conhecido como a Carta de Brasília, já trazia o pensar a cidade como processo integrador, em especial nas políticas de habitações de interesse social e suas implicações na questão da violência urbana. Tal situação deve ser abordada com tenacidade pelos gestores públicos, focando na urbanização e não somente na regularização da posse de propriedade.

As estatísticas revelam também que não há correlação direta entre pobreza e violência, mas, podemos dizer que os maiores índices estão nas populações desenraizadas. Os assentamentos humanos feitos sem respeito às relações entre as pessoas geram violência e criminalidade⁶.

Torna-se difícil tratar sobre segurança pública quando não ocorre antes disso um tratamento respeitoso com as comunidades de assentamentos irregulares. Todos nós precisamos estar morando em um bairro consolidado. A precariedade que enfrentamos no nosso cotidiano dá início ao sentimento de insegurança. A ausência de uma calçada com meio-fio constituído, o lixo jogado no chão pela falta de lixeiras públicas, a insuficiência da iluminação pública e tantos outros fatores são antes de mais nada um desrespeito a todo o cidadão. Somos levados a sermos desrespeitosos e descuidados com o vizinho, que também sofre com o desrespeito público. Reside aí a base de cobranças que a população deveria promover nas manifestações para uma cidade melhor.

A pior atuação da população local frente à possibilidade da implantação de um CASE é pressionar os entes públicos para que não o façam. Claro, podem obter sucesso no jogo de forças e provocar o arroxo populacional de adolescentes em instituições com poucas vagas e quem paga o preço é a sociedade, no fim das contas. Mas se o poder público estiver determinado pode implantar a Unidade do mesmo jeito, no entanto sem nenhuma integração, sem uma correta transparência, por receio mesmo de enfrentar a complexidade da prática urbana. A consequência da não-política integrada (que deveria ser gerenciada pelas esferas públicas) à população local é justamente a concretização de seu maior medo.

Com a desmobilização de inserções e adaptações, o CASE passa a ser um entrave no tecido urbano. Irregularidades como os conflitos descritos acima passam a ser a regra, não a exceção. E, nesse ponto, não existe mais ação governamental que dê conta da segurança pública, pois a ordem pública já foi desarticulada e os cidadãos da localidade estão destituídos de seu poder.

A primeira coisa que deve ficar clara é que a ordem pública – a paz nas calçadas e nas ruas – não é mantida basicamente pela polícia, sem com isso negar sua necessidade. É mantida fundamentalmente pela rede intrincada, quase inconsciente, de controles e padrões de comportamento espontâneos presentes em meio ao próprio povo e por ele aplicados. [...] Força policial alguma consegue manter a civilidade onde o cumprimento normal e corriqueiro da lei foi rompido. (JACOBS, 2011, p. 32).

Arquitetos, urbanistas e gestores públicos devem estar também sempre olhando para as características locais e delas retirar proveito. Deve-se apropriar do *Genius*

⁶ Carta de Brasília. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/textos/jus_seguranca/carta_brasilia.htm
Acesso em: 26/11/2014. Grifo do autor.

*Loci*⁷. Nos exemplos do Rio Grande do Sul, temos implantações que mostram ações positivas quando se percebe uma interação do entorno e o CASE. O CASE Novo Hamburgo, localizado em zona de caráter industrial, estimula a participação em projetos de profissionalização dos adolescentes. No CASE Uruguaiana, o entorno fortemente rural levou a implementação de políticas públicas voltadas à lida do campo, à agricultura de subsistência e ao cuidado com animais de pequeno porte. O reconhecimento das características do entorno, do bairro em que foram implantados os CASE's contribui para a implementação de políticas socioeducativas e de integração com a sociedade.

Ainda falando um pouco de Planos Diretores, cabe salientar que os gestores urbanos devem estar atentos e evitar uma transferência de preconceitos, negações e segregacionismos nos instrumentos de planejamento urbano. Edificações com funções socioeducativas fazem parte da cidade, devem estar consideradas nos seus Planos Diretores, em locais condizentes com as descrições e características de lotes elencadas no corpo deste texto. As ações segregacionistas dos Planos Diretores se dão por entendimentos preconceituosos motivados pela demanda da segurança pública. Essa condição alterada dá margem ao poder privado de atender suas próprias demandas, dentro de uma ótica muitas vezes antissocial.

A recente preocupação com a segurança resulta, por um lado, da pressão cada vez maior que a sociedade vem exercendo sobre a classe política, insistindo em soluções para a crescente violência urbana, pressão ainda embalada e insuflada pelos meios de comunicação. Por um lado, resulta de inúmeras iniciativas privadas que, agindo a reboque da crescente insegurança urbana, vêm, a partir dos anos 1970, reconfigurando e reestruturando, ao seu bel-prazer, inúmeras parcelas da cidade, com reflexos negativos para o todo. (NYGAARD, 2010, p. 135).

Aos projetistas e técnicos em arquitetura e urbanismo, há de se considerar um trabalho redobrado sobre a estética do CASE, em especial nos seus limites externos e linhas de barreiras de segurança – descritas anteriormente como fundamentais. A sequência de cercamentos, muros e guaritas em si tendem a transmitir um caráter similar dos equipamentos do sistema prisional.

Diversos autores (JACOBS, 2011; CASTELLO, 2007; DEL RIO, 1990) sustentam que é na diversidade de funções agregadas a um espaço que o mesmo se qualifica e se revitaliza constantemente. É o que Nygaard (2010, p. 87) destaca como “[...] o espetáculo da vida urbana.”

Uma estratégia possível de integrar o CASE ao meio urbano é de ampliar o recuo frontal da área restrita e ali adicionar outros equipamentos urbanos de menor porte,

⁷ O Espírito do Lugar. Teoria que versa sobre o fato de que cada local possui um “espírito”, um ente de características próprias e singulares que favorece e amplia as ações humanas que ali se estabelecerem, se houver uma coerência e harmonia entre elas.

de uso da comunidade do bairro, como praças, playgrounds, canchas esportivas. Para mascarar os muros altos e suas guaritas, quando vistas da calçada, utilizam-se áreas arborizadas. O incremento da iluminação pública também é bem-vindo. Módulos de uso dos agentes de segurança pública (polícia militar) já são realidades nos projetos dos CASE's e estão localizados nessas áreas frontais, promovendo apoio logístico ao bairro e melhorando o sentimento de segurança do local.

Passa a ser estratégico pensar a frente do CASE como um generoso “recuo de jardim”, uma ampliação do passeio, tornando-o espaço público que possa ser apropriado pela comunidade. É no desenho urbano, com direito a ampliações visuais do espaço público, que vai ser fornecido aos moradores do entorno, não “problemas de segurança”, mas uma qualificação do lugar onde moram.

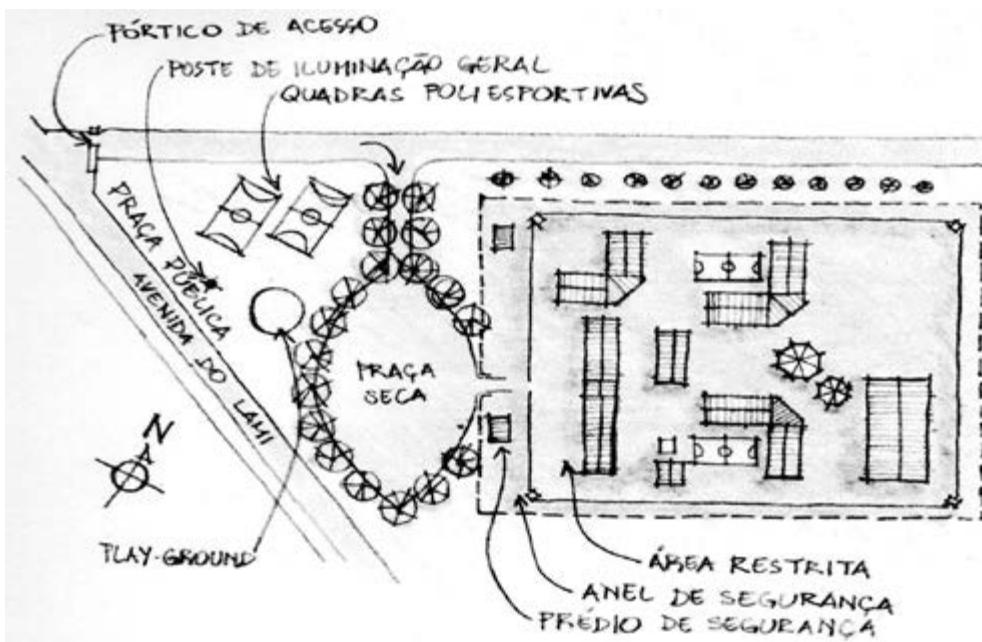


Figura 3 - Estudo de Implantação de CASE em Porto Alegre, destacando os elementos de valorização pública.

Por fim, mas não menos importante, aos indivíduos e cidadãos em geral, é considerar que a aceitação da proximidade de um CASE da sua área de convívio não leva a uma condição trágica no viver, mas a uma compreensão da capacidade de recuperação e reintegração social do adolescente que cumpre medida socioeducativa. Essa condição é fundamental para a recuperação de um segmento da sociedade que significa um incremento de recuperação da própria cidade. Na nossa comunidade existem indivíduos que têm dificuldade em compreender a importância do convívio humano. Ao reconhecermos isso, entendemos que nosso papel enquanto sociedade é prestar o auxílio necessário. Todos somos humanos e imperfeitos. Nossas comunidades são imperfeitas. O primeiro passo para uma sociedade mais humana passa pelo reconhecimento interior (individual e coletivo) dessa realidade.

TIPOLOGIAS ARQUITETÔNICAS

A criação e a implantação do PEMSEIS (Programa de Medidas Socioeducativas de Internação e de Semiliberdade) no Estado do Rio Grande do Sul, em 2002, alterou definitivamente a atuação dos profissionais responsáveis pela arquitetura da FASE/RS.

No ambiente com função socioeducativa, as regras de condutas institucionais são definidas e socializadas, estimulando a participação dos adolescentes. O adolescente em cumprimento de medida socioeducativa possui uma definição de limites fragilizada. Estar nesse ambiente implica perceber a existência de limites externos e de normas de convivência social. Nesse sentido de falta de noções de limites e de convívio social por parte dos adolescentes, há de se considerar a importância do aspecto segurança como algo do cotidiano institucional (PEMSEIS, 2002).

A Lei do SINASE também orienta quanto aos princípios para execução das medidas socioeducativas, visando a fortalecer os vínculos familiares e comunitários no processo socioeducativo. Vem ao encontro do Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitário, que faz alusão aos espaços das instituições sociais como mediadores das relações que os adolescentes estabelecem entre as partes (CONANDA, 2013).

Assim, quando se fala em espaços apropriados aos vínculos comunitários, refere-se ao conceito de tipologia das edificações e não só por sua associação à morfologia urbana, como entendem alguns arquitetos. Aqui restrinjo tipologia como sendo os padrões de composição volumétrica-espacial, ou seja, diferentes formatos de prédios (exemplo: prédios de tipologia barra, tipologia pátio-interno, tipologia radial, etc.).

Diferentes tipologias implicam no melhor desempenho de algumas funções frente a outras. Diante das atividades socioeducativas, são necessárias soluções arquitetônicas diferenciadas, tendo em vista que essas edificações e seus espaços trabalham com medidas que possuem dimensões jurídico-sancionatória e ético-pedagógica.

O uso de prédios construídos em período anterior aos conceitos socioeducativos vigentes gera conflitos e deve ser encarado de maneira a promover as melhores readequações.

O desafio é grande, pois os Parâmetros Arquitetônicos do SINASE implicam grandes recursos financeiros em construções, enquanto os valores disponibilizados pelos órgãos fazendários, nos últimos anos, não faz frente à demanda de obras necessárias.

Com base na análise das informações acima, pode-se afirmar que o partido arquitetônico (a volumetria inicial e geral de uma edificação) da maioria das unidades de internação da FASE-RS está completamente ultrapassado. Para melhor entender a importância da tipologia no projeto arquitetônico socioeducativo, faço uma análise morfológica das edificações dessa instituição em que trabalho.

Os prédios, vistos à longa distância, podem ser classificados em dois tipos.

As primeiras construções configuram-se como blocos retangulares agrupados e unidos de tal maneira que são percebidos como uma grande massa construída. O mais antigo deles é o CASE (Centro de Atendimento Socioeducativo) Padre Cacique cujos blocos de múltiplos pavimentos são agrupados em formato de “T” (ver Figura 4).

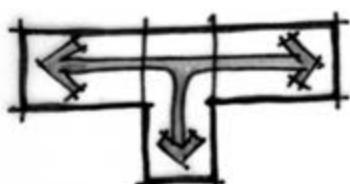


Figura 4 – Planta baixa esquemática do CASE PC. As setas indicam os principais fluxos internos, coincidindo com os corredores principais.

Seguem o CASE POA II (Centro de Atendimento Socioeducativo Porto Alegre II) e a CSE (Comunidade Socioeducativa), ambos em tipologia bloco central conectado a dois blocos em formato “barra”. Blocos secundários e pátios murados, bem como os espaços criados entre um bloco e outro, concluem essa tipologia. Também se enquadra nessa tipologia o CASE Feminino, o único destinado ao gênero feminino no Estado (ver Figura 5).

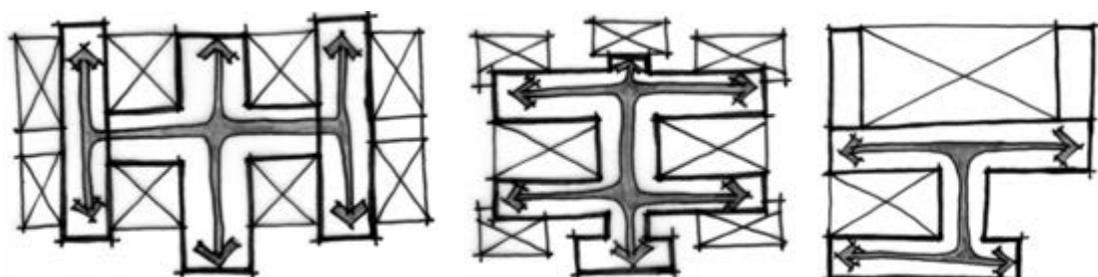


Figura 5 – Da esquerda para a direita, plantas esquemáticas dos prédios CASE POA II, CSE e CASE Feminino. Tipologia de barras agrupadas – modelo centrífugo.

A disposição dos blocos, assim como sua interligação, dá-se por corredores que seguem o sentido principal das barras, fazendo com que os deslocamentos dos usuários ocorram sempre por eles. O ir e vir das pessoas está representado por setas nas figuras 4 e 5, por isso as maiores preocupações quanto à segurança ocorrem nesses percursos. As linhas configuram o controle, mas, ao mesmo tempo, a concentração dessas “forças” pode gerar maiores conflitos. Esse modelo de fluxo pode ser também chamado de Modelo Centrífugo e é importante observar que essas edificações são as mais antigas da Fundação.

A segunda tipologia caracteriza-se por um grande bloco retangular e achatado, contendo um pátio central que pode ser coberto ou não. O CIPCS (Centro de Internação Provisória Carlos Santos) foi o primeiro construído, na década de oitenta, para ser o modelo de “ contenção máxima”. O que diferencia o seu partido, da geração de edificações que vieram em seguida, é o pátio central coberto, mantendo a função de quadra de esportes. Na época, foram chamados “Centro da Juventude”. Seguindo esse modelo foram construídos o CASE POA I e os CASEs regionais de Santa Maria, Caxias do Sul, Pelotas, Santo Ângelo e Uruguaiana (ver Figura 6).

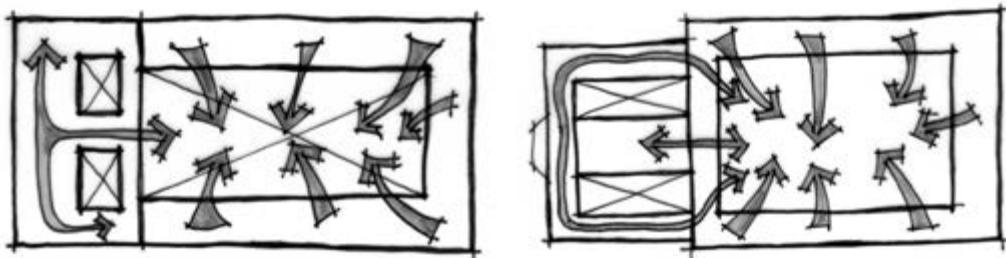


Figura 6 – Plantas esquemáticas dos prédios CIPCS (esquerda) e CASE POA I (direita). Tipologia de pátio interno – modelo centrípeto.

Por esse modelo, o foco da volumetria não está nas barras, mas no pátio central ou quadra de esportes, o vazio maior. Para ela todos os olhares se voltam. O fluxo deixa de ser central, tornando-se perimetral, circundando-o. Favorece a situação de “todos vigiam todos”. Ainda restam fluxos lineares de circulação, principalmente na parcela do prédio que abriga a função administrativa que antecede o acesso ao pátio central.

Da proposta de máxima contenção para uma que busca ampliar a interação entre os usuários, essa tipologia é centralizadora por natureza. Ainda que não seja a questão do fluxo, mas a questão visual que opera nesse tipo de projeto, podemos chamá-lo de Modelo Centrípeto.

Ambas as tipologias partem de princípios de composição (forma) arquitetônica em que os espaços centrais desempenham papel fundamental no funcionamento das atividades. Elas não somente regulam os fluxos, mas também ordenam o controle e segurança dos demais espaços (dormitórios, escola, setores técnicos, saúde, etc.). A Unidade opera obrigatoriamente com o corpo central. Sem esse espaço, o prédio não serviria ao fim proposto.

Em relação a qualquer tipologia, percebem-se claros sinais de tensão, divergências de rotinas e falhas na comunicação entre os agentes do sistema com relação aos ambientes físicos. Os ambientes sofrem uma degradação acelerada quando comparados a outros edifícios públicos. Não só a falta de apropriação e cuidado com os espaços é uma das causas, mas também existe uma revolta por parte dos adolescentes manifestada em depredação de equipamentos e de elementos arquitetônicos. Soma-se a isso o uso ininterrupto, muitas vezes com lotação acima do previsto.

Os funcionários sofrem com problemas de saúde diversos. GRECO (2011) relata, na sua dissertação de mestrado, uma prevalência global de suspeição para DPM (Distúrbios Psíquicos Menores) em 50,1% e uma associação à suspeição de DPM em 61,7% por não estar satisfeito com o local de trabalho.

Especificamente dos modelos Centro da Juventude, prédios do interior e da capital, a insatisfação sobre o ambiente físico parece ser generalizada, mas curiosamente difere nos adolescentes da capital:

[...] já nas casas da capital – mesmo que a maioria se sinta insatisfeita – existem alguns que defendem o ambiente institucional como um local melhor para morar do que as suas próprias residências. (FONSECA e BARCELLOS, 2001, p. 61)

Isso acontece porque a qualidade de vida das residências dos internos do interior é melhor que das residências da capital, muitos vivendo ainda em subabitações, em assentamentos humanos irregulares, onde predomina a miséria.

Conflitos de funções entre compartimentos, circulações que não possuem relações diretas e falta de zoneamentos claros entre setores são comuns nos prédios mais antigos, por não conseguirem acompanhar a organização de funções e grupos de compartimentos propostos no SINASE – vide capítulo do Programa arquitetônico socioeducativo.

Somente outros dois CASE's regionais – Passo Fundo e Novo Hamburgo – seguem outra tipologia, próximas aos Parâmetros Arquitetônicos do SINASE, que trazem uma nova abordagem na gestão pedagógica, ressaltando que as ações socioeducativas sejam propostas para promover a formação do adolescente em um cidadão autônomo, solidário, evitando a reincidência na prática de atos infracionais. A cidadania passa a ser um ponto que deve ser perseguido e estimulado.

O SINASE reconhece que o espaço físico e sua organização interferem na forma e no modo que as pessoas circulam no ambiente, nos processos de convivência e interação dos usuários. Enfatiza que, se o prédio não for construído em consonância com o projeto pedagógico, pode levar a inviabilizar o ideal atendimento socioeducativo.

Ainda que os CASE's de Passo Fundo (2002) e Novo Hamburgo (2004) tenham sido construídos antes da publicação dos Parâmetros do SINASE (CONANDA, 2006), sua concepção arquitetônica segue uma tipologia que antecipa seus conceitos teóricos.

O que diferencia os CASE's mais antigos dos construídos no século XXI – Passo Fundo e Novo Hamburgo – e o CASE Modelo, projeto arquitetônico revisado em 2009 – é o tipo arquitetônico adotado. Enquanto os modelos centrífugo e centrípeto possuem tipologias centralizadoras e estruturas compactas, os modelos de projetos mais recentes baseiam-se em “Módulos Independentes Associados”.

Os módulos podem ser distribuídos no terreno conforme suas características físicas principais (forma do terreno disponível, acidentes de relevo, vegetação existente, etc.). Os prédios são construídos com afastamentos de segurança, conforto ambiental, havendo um muro com passarela e guaritas circundando a maioria dos mesmos (figura 7).

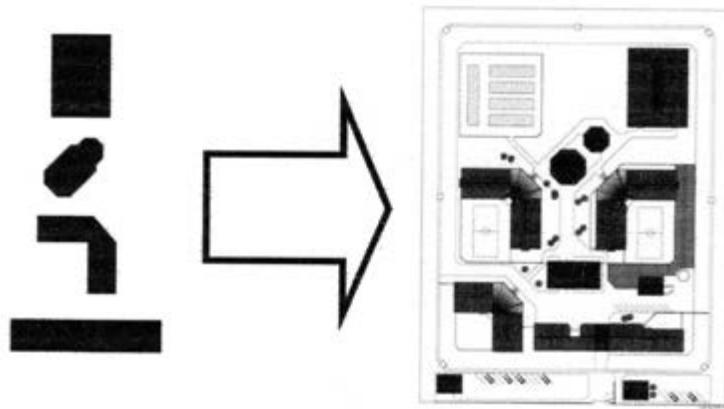


Figura 7 – Esquema compositivo dos módulos do CASE Modelo – a mesma tipologia utilizada nos CASE's Passo Fundo e Novo Hamburgo. Assim os módulos podem ser combinados de diversas maneiras para terrenos diferentes.

Essa estratégia flexibiliza a implantação, pois possibilita utilizar uma gama maior de terrenos e promover uma melhor inserção no contexto urbano, diminuindo os impactos visuais e de *domínio público X semipúblico*, o que tem uma repercussão indireta na aceitação desse tipo de equipamento urbano pela vizinhança.

No entanto, o maior ganho com a tipologia de módulos, agora se aproximando da morfologia urbana, é a possibilidade que se apresenta frente à proposta pedagógica. Em considerando os módulos agrupados como um organismo urbano em pequena escala, pode o adolescente fazer uma leitura de que se está vivenciando uma pequena cidade – de fato ele está envolvido em um conjunto arquitetônico estruturado – o que em geral não diz respeito à sua realidade cotidiana.



Figura 8 – Na realidade de muitos adolescentes em atendimento socioeducativo, a desestruturação física reflete a desestruturação social.

Não está se afirmando que espaços corretamente edificados transformam pessoas em cidadãos corretos, mas há de se considerar que podem vir a estimular os vínculos comunitários, servindo como modelos socioeducativos para seu retorno à sociedade. Como ROLNIK (1988) explica, ser um habitante de uma cidade significa participar, de alguma forma, da vida pública, ainda que essa participação seja apenas o respeito e a submissão a regras e regulamentos. Assim, os espaços construídos auxiliam a definir papéis e a organizar uma coletividade.

Outro diferencial do CASE Modelo é sua proteção perimetral. No CASE Modelo, a maioria dos módulos é cercada por muros, garnecidos por torres de guaritas nas quinas, conectadas por passarelas no alto dos mesmos. A altura total chega a 6,5 metros do nível do chão (vide Figura 9). Essa característica traz a vantagem que os funcionários chamam de “distensionamento” do CASE, enquanto que em outros CASE's sem muradas robustas nas suas divisas, o adolescente encontra-se em ambientes fechados, restando muito pouco tempo para atividades ao ar livre. Já no CASE Modelo, o mero deslocamento de um espaço para o outro, para exercer as diversas atividades cotidianas, requer sair das edificações (ainda que não sair do intramuros) e vivenciar os espaços abertos.

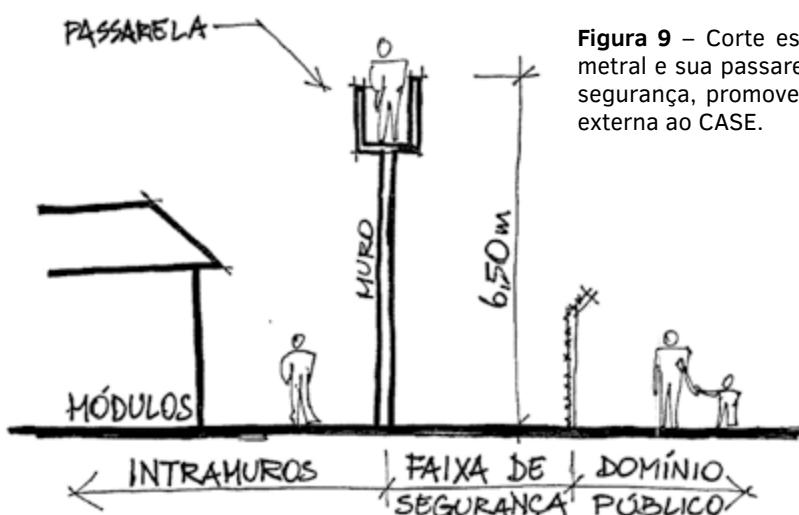


Figura 9 – Corte esquemático do muro perimetral e sua passarela no alto e uma cerca de segurança, promovendo a transição interna e externa ao CASE.

O significado de que, mesmo por breves instantes, é possível respirar ar puro, sentir a temperatura natural e perceber sons de ambiente aberto sem reverberações, conduz o ser humano a um novo posicionamento da situação vivida, colocando-o no presente e trazendo uma nova oportunidade de reflexão. Nos CASE's Novo Hamburgo e Passo Fundo, isso já é uma realidade. Testemunhos diversos de funcionários que trabalharam em mais de uma Unidade de Internação comprovam que esse diferencial confere uma postura mais pacificadora frente aos conflitos cotidianos que se estabelecem entre os diversos agentes do sistema. O setor de recursos humanos da FASE traz a referência de que o absenteísmo e a emissão de licenças-saúde reduzem-se quase a zero nessas duas Unidades.

Apesar dos conceitos ideais do CASE Modelo apresentarem-se como o futuro padrão para prédios socioeducativos de internação, a questão econômica é um grande desafio. Um CASE Modelo tem um custo financeiro muito maior do que uma unidade, de mesma área construída, nos moldes dos prédios da geração anterior. Isso ocorre porque outros índices de custos entram no cálculo, como maiores áreas de fachadas, maior terreno exigido, etc.

A realidade brasileira comprova, nos últimos anos, que, frente à carência de recursos, a substituição de todos os CASEs considerados inadequados, frente ao SINAISE/CONANDA, por novos prédios significa um montante financeiro por demais oneroso. Propostas que visam à demolição e novas construções significam um gasto aos cofres públicos maior, ainda que indireto, por ocorrerem em momentos e locais diferentes.

O resultado é que a esperada evolução das estruturas físicas não consegue acompanhar a evolução das práticas socioeducativas e pedagógicas, gerando muitos dos conflitos e desgastes explicados anteriormente. Exemplificando: a construção de um novo CASE com 60 vagas possui um custo estimado de R\$ 14.000.000,00¹.

A alternativa que se apresenta, no momento, é o planejamento das novas construções paulatinamente, sem descuidar das reformas dos prédios existentes que por um período considerável ainda permanecerão ocupados.

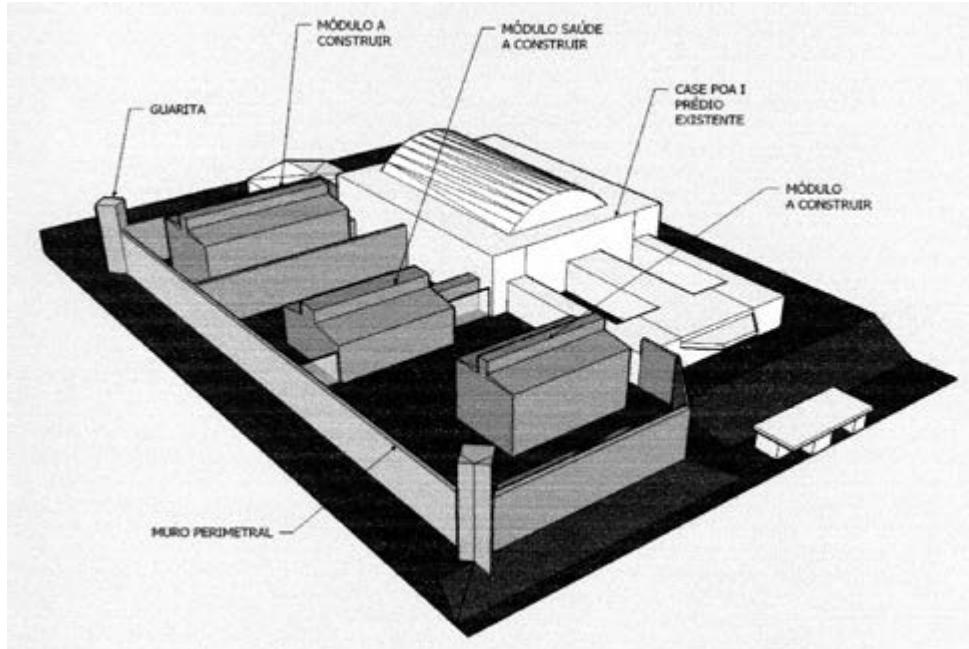


Figura 10 – Estudo preliminar de revitalização tipológica para um modelo centrípeto (CASE POA I). Os volumes mais claros são os existentes, enquanto o muro perimetral, as guaritas e os módulos, em cinza mais escuro, são propostas de construção.

¹ Conforme orçamento do segundo semestre de 2013 de obra para a FASE-RS, desconsiderando custo de compra do terreno.

Nesses casos, a estratégia proposta é a de que os prédios passem por reestruturações em que as reformas se traduzam em ampliações que se manifestem por módulos anexados, podendo ser cercados por muros, oferecendo condições similares à tipologia de módulos (ver Figura 10). Uma revitalização desse porte é estimada entre R\$ 1.500.000,00 e R\$ 5.000.000,00, dependendo do tipo de muro perimetral e módulos a construir. Passa-se, assim, de um modelo centrípeto/centrífugo para um sistema mais atual, em consonância com as diretrizes nacionais vigentes.

Ainda considerando as condições físicas de conservação e conforto ambiental dos prédios existentes, bem como a evolução das normas técnicas da construção civil, entende-se que reformas são necessárias, mesmo que impliquem recursos de certo porte, garantindo a qualidade da atividade socioeducativa. Atrelar a essas reformas uma estratégia de revitalização com alteração tipológica tornaria todo o investimento mais econômico.

Essa estratégia vai ao encontro de princípios de sustentabilidade, por promover o uso mais racional de recursos energéticos de construção civil os quais já foram aplicados em edificações preexistentes.

PATRIMÔNIO HISTÓRICO E SOCIOEDUCAÇÃO

Todo Estado do país é responsável pelas execuções socioeducativas e utiliza-se de instalações físicas para tanto. Muitas dessas instalações são prédios que não foram inicialmente construídos para exercer a função socioeducativa, mas tiveram outros usos.

Sugiro que se promova em cada órgão estadual socioeducativo o seguinte exercício:

1. Liste todos os prédios do seu estado que estão em uso socioeducativo.
2. Marque quais são de propriedade pública ou não.
3. Anote duas datas; a de construção (se o prédio ganhou ampliações, a data da primeira construção) e a que passou a abrigar o uso socioeducativo (pode também ter uma data de uso na área da assistência social ou de internação, mas discrimine este uso específico, se for um orfanato, por exemplo).
4. Agora como arquiteto, verifique qual o partido geral que o projeto original segue. Faça um croqui volumétrico e esquemático de cada um.
5. De cada prédio, liste as características arquitetônicas mais marcantes dele; tipo de telhado, modelos de portas e janelas, sistema estrutural, espessura das paredes, adornos e detalhes de fachada.
6. Procure identificar algum estilo arquitetônico pelas anotações técnicas acima.
7. Verifique se as datas que você anotou fecham com o estilo arquitetônico que você identificou.
8. Proceda observações de cada prédio e tente encontrar relações entre um e outro, na sua linha cronológica.

O foco de atuação dos órgãos de execução socioeducativa recai nos adolescentes em conflito com a lei. Mas antes de estar em conflito com a lei, o ser adolescente se coloca na sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. Neste viés, buscar a formação humana seria um ideal que permearia toda a Fundação.

É importante que os executores das medidas atentem para a importância de seus papéis em um objetivo que visa oportunizar aos adolescentes em conflito com a lei, uma experiência positiva de relações humanas, propondo uma visão de vida e integração de forma harmoniosa com a sociedade. (SANTANA, 2014, p. 25)

Sob o foco das experiências humanas positivas, pode-se pensar uma atenção ao ser humano e seus patrimônios – cultural, histórico, ambiental e seus recursos em geral. É na valorização desses fatores que o indivíduo se valoriza. E, no resgate de seus valores, ele torna a se inserir saudavelmente na sociedade.

A preservação do Patrimônio Histórico reforça e concretiza as histórias individuais através da história coletiva. É a nossa inserção em um todo maior que nos traz o sentimento de pertencimento a um lugar. No entendimento de que a história é um processo dinâmico, deve-se preservar e zelar pela constante releitura desse passado, que é muito brutal e entristecido, se visto na ótica das ações dos adolescentes (dos menores, se como visto no passado)¹. No entanto é nas ações de resgate e “cura” que ele se torna belo – e essa visão só se atinge a longo prazo.

Em se considerando que muitas edificações de internação, ainda em uso, foram construídas muito antes da existência dos preceitos socioeducativos, implica saber que estão defasadas – em termos arquitetônicos. Quando encaramos essa realidade, reconhecemos as discrepâncias que separam passado do futuro e daí podemos seguir por um caminho mais humano e em sintonia com o que se propõe no SINASE.

Como ensinar valores de história pessoal aos indivíduos, se não valorizamos a história coletiva? Como ensinar às novas gerações a importância do que foi construída até então (ainda que ultrapassada) para poder haver a clareza de como agir no futuro? Essa seria a maior lição a se tirar do nosso Patrimônio Histórico e Cultural.

Agora volte à lista que você montou e verifique quais edificações poderiam guardar valores históricos, tanto em arquitetura quanto em ações humanas. Quantas abrigaram orfanatos? Quantas foram centros profissionalizantes ou escolas? É impossível que ações socioeducativas não consigam servir-se dessas histórias para contar a nova história e os rumos que a socioeducação toma no nosso país.

Não preservamos apenas para nós, preservamos para impulsionar nossa identidade no inconsciente coletivo, para que o além de nós reafirme a personalidade cultural daqueles que nos antecederam. (CURTIS, 2003, p. 254)

Passou da hora de começarmos a olhar para nossas cidades e nosso patrimônio construído para percebermos que muitos prédios abrigam mais que o valor de mercado de área construída, mas abrigam histórias de nossos antepassados e, por consequência, nossas próprias histórias.

¹ Refiro-me a que, em geral, as instituições socioeducativas surgiram de instituições de assistência social, sob a legislação da Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor (FUNABEM), ou ainda mais antigo.

Agora pense em utilizar esse patrimônio histórico com verbas públicas de incentivo à preservação, em unir esforços com as áreas de turismo histórico, podendo envolver cursos e atividades socioeducativas.

Não é por estarmos tratando de histórias tristes que não se faz necessário o valor histórico de preservação. No centro histórico de Ouro Preto, a Casa de Câmara e Cadeia foi restaurada e passou a abrigar um dos museus da cidade. Em Alcântara, no Maranhão, o pelourinho é preservado para mostrar a todos mais um exemplo da história da escravatura no nosso país monárquico. São exemplos classificados como negativos, mas nem por isso devem ser sumariamente destruídos. A sua obliteração pode ser vista como uma tentativa de mascarar ou minimizar fatos. O significado de haver incentivos em programas oficiais como os acima citados era condição fundamental para elevar o estado de um povoado à vila e eram assim estimulados pela Coroa, em alguns casos, tais construções, erguidas em espaços urbanos que foram consolidados e criaram a ambientação de muitas cidades tradicionais.

Assim, as histórias dos espaços urbanos históricos contam as histórias das cidades e de nossos antepassados, como eles viviam e quais eram suas crenças e valores. Com esse olhar, conseguimos ver o quanto avançamos em termos de cidadania e diante da nossa condição humana.

Para além da edificação, alguns casos de preservação da pré-história da socioeducação (refiro-me aos prédios destinados ao assistencialismo) foram implantados em sítios afastados dos núcleos urbanos e há de se considerar que ao tombamento da edificação não foi vinculado a preservação do entorno.

Por entorno de edificação histórica entenda-se o “cenário” onde o prédio-objeto se encontra. De nada adianta um investimento de preservação do prédio, para mostrar como acontecia antigamente se outros objetos surgem na paisagem “desertoando” do cenário histórico. Intervenções criteriosas no entorno são plenamente possíveis, mas implicam Projetos de Paisagismo e estudos volumétricos para obras novas e ampliações, serviços da alçada dos arquitetos.



Figura 11 – Se antigamente o entorno do exemplar histórico era assim...

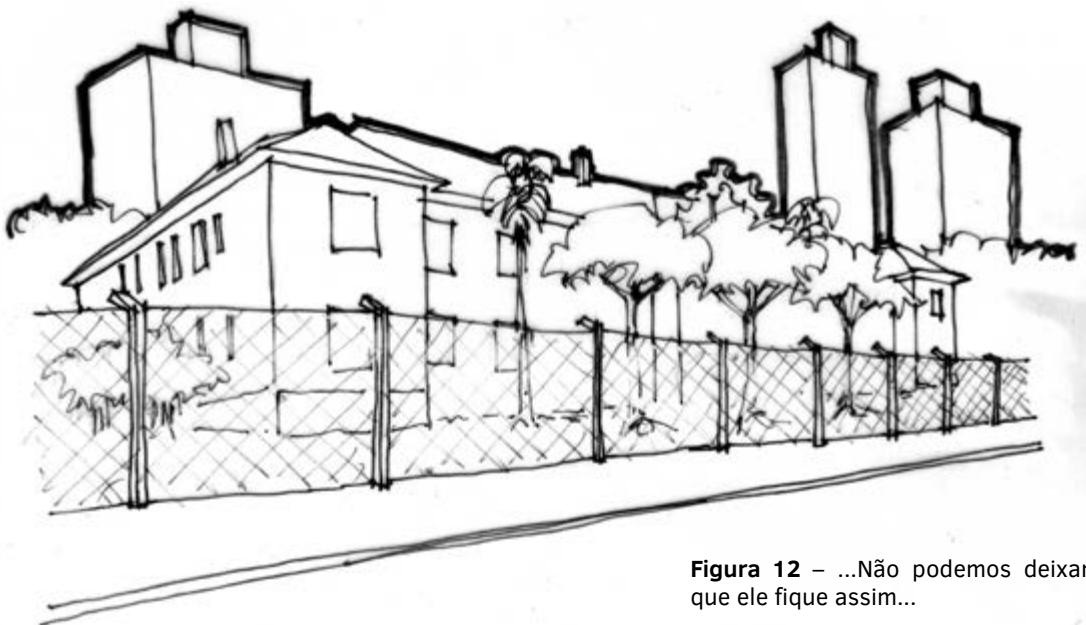


Figura 12 – ...Não podemos deixar que ele fique assim...

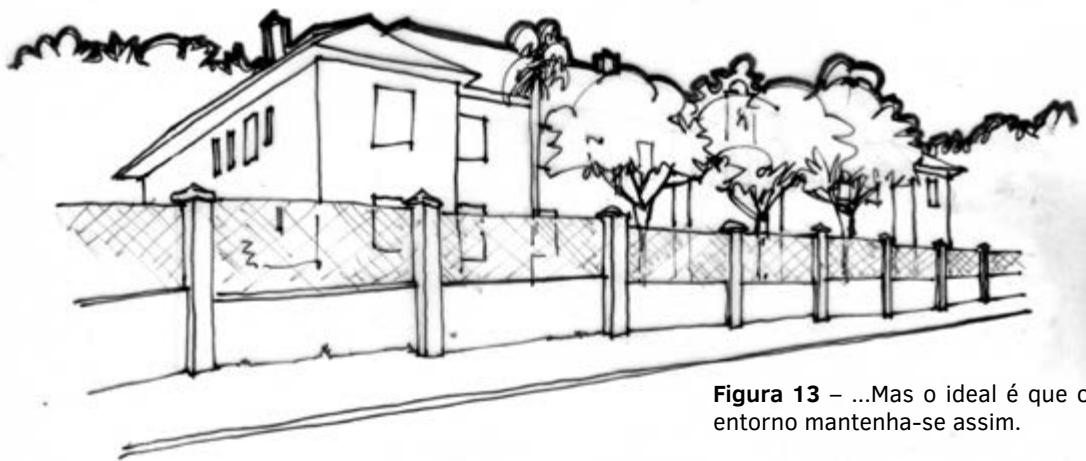


Figura 13 – ...Mas o ideal é que entorno mantenha-se assim.

Logo, se houver condições de que algum prédio possa ser enquadrado nas leis de preservação do patrimônio histórico, seria interessante ponderar se isso não pode ser visto como um investimento a longo prazo pelos órgãos envolvidos.

Argumentar que prédios históricos tombados são um entrave intransponível para reformas e adaptações, visando a melhores condições de uso, é desconsiderar o potencial técnico de engenheiros e arquitetos em promover o restauro e upgrade de uso. Existem níveis diversos de tombamento, assim como diferentes níveis de intervenções sobre obras tombadas. E, consequentemente, diversos níveis de investimentos necessários. Sendo assim os gestores, ao consultarem sua equipe técnica, conseguirão extrair a melhor solução para cada caso.

O restauro de edifícios públicos tombados que estão em uso por órgãos de execução de medidas socioeducativas pode inclusive adquirir recursos de leis de incentivo à cultura, além dos convencionais recursos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Não existe limitação financeira, mas sim sua ampliação.

É importante salientar que existem limitações quanto ao uso para medidas de internação, pois prédios históricos devem ter um olhar mais criterioso para reformas emergenciais. Se uma edificação tombada sofrer um sinistro, por mais urgente que seja sua recuperação, deve haver estudo prévio quanto às alterações que forem necessárias. Talvez os usos a que se propõem prédios com essas características não sejam diretamente de dormitórios ou permanência constante dos adolescentes, mas sim de atividades outras como áreas de educação, lazer, profissionalização, administrativo ou serviços da Unidade de Internação.

Já o uso de edificações tombadas para Unidades de Semiliberdade é plenamente factível, ainda mais em se tratando de sítios históricos urbanos, pois a Semiliberdade deve estar inserida no bairro plenamente, promovendo a integração dos adolescentes à comunidade. As adaptações de segurança que são necessárias em Unidades de Semiliberdade são de caráter menos agressivo e as adaptações mais flexíveis.

Também a valorização histórico-cultural de um determinado lugar pode vir a incrementar a segurança pública do local. No seu livro *Espaço da cidade, segurança urbana e participação popular*, Nygaard (2010) ressalta que além de um espaço e suas edificações que demandam incremento de segurança patrimonial, aplicando ações e estratégias diferenciadas pelo poder público, o incremento de relações afetivas contribui para o vínculo da sociedade com o lugar em si, levando ao cuidado e zelo coletivos.

Aconselha-se que cada órgão tenha uma noção clara de sua realidade quanto à infraestrutura predial e possa dela fazer uso da melhor forma possível. Os investimentos necessários para obras de restauro devem ser analisados criteriosamente na relação custo X benefício de cada caso. Essas condições levam ao bom planejamento que, em se tratando de prédios que serão conservados historicamente, são de longo prazo.

Cabe ressaltar ainda alguns aspectos do que se entende por Restauro. O Restauro aplica-se a uma preexistência. Como postulado na Carta de Veneza (1964), baseia-se em elementos construtivos e documentos autênticos, desconsiderando situações baseadas em hipóteses que não podem ser comprovadas. Nesse sentido, uma obra de restauro que invista em *reconstrução* sem a certeza do objeto original... não é uma reconstrução, mas uma livre interpretação – coisa que é permitida a qualquer um de nós, sem comprovações históricas de que assim o era.

Nesses casos, inserções arquitetônicas podem acontecer, desde que se deixe bem claro o que é original e o que é novo enxerto (ver figura 14). O objetivo é não confundir os dois ao observador comum. Se no restauro não cabe a invenção do passado, ao arquiteto cabe a criatividade consciente de complementar sem adulterar uma obra histórica.

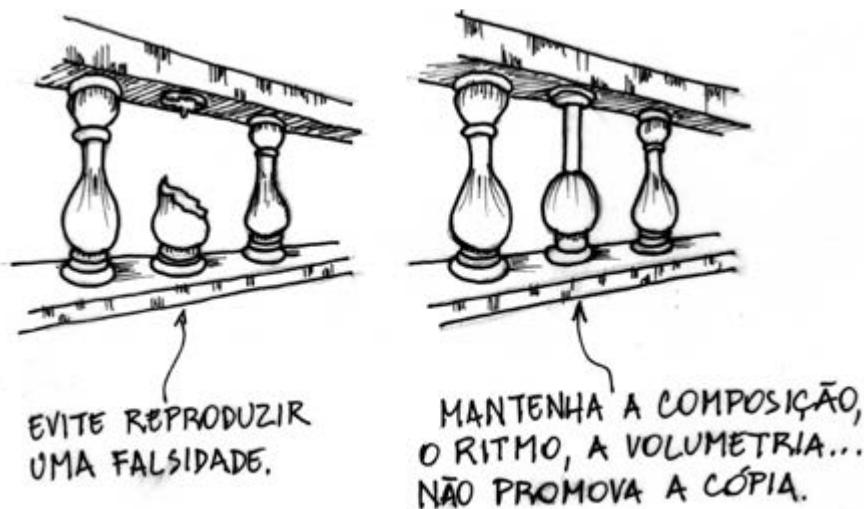


Figura 14 – Hipótese de inserção de elemento arquitetônico em obra de restauro.

Outro aspecto relevante é considerar situações de demolição plena, situação usual em se tratando de edificações que tinham por uso a internação, a contenção e prisão de seres humanos. Uma parte de nossas almas toma por vezes a atitude de esconder, mascarar, apagar e mesmo obliterar o que considera errado e não condiz com nossa própria interpretação de verdade interior. Agimos da mesma forma socialmente, quando achamos por vezes melhor destruir edificações que contam capítulos tristes de nossa história prisional.

Foi assim que ocorreu com Centro do Jovem Adulto, prédio construído em 1962² e no ano de 2002 seu fechamento estava praticamente consolidado. A tentativa de investimentos para reforma e readequação do prédio aos preceitos da FASE, que nascia naquele mesmo ano, foram frustradas por negação de reserva financeira por parte do Governo Federal³. O Estado vinha lentamente esvaziando o prédio para adequá-lo à nova visão da Fundação, mas a pá de cal veio com a inação do Governo Federal e, daí por diante, não houve nenhum auxílio de custo de manutenção. Assim o prédio, que foi conhecido como “a casa dos horrores” na década de 90, foi abandonado e entregue à sua própria sorte, sendo hoje somente ruínas no alto do Morro Santa Tereza.

Muitas vezes, deixa-se claro no atual discurso socioeducativo os erros cometidos no passado, em termos de internação. Não faz 40 anos que o sistema pautava-se por “remover os menores abandonados das ruas”, atitude em si de negação da cidadania dessas crianças e jovens. A sociedade de agora escorrega sobre o mesmo erro de negar que se agia assim ao estimular a destruição dos espaços como eram constituídos. Cada época com sua realidade – e mantendo o olhar corajoso e honesto para como éramos – para podermos ter a clareza de para aonde caminhamos.

2 Na época foi inaugurado como Instituto Central de Menores.

3 Comenta-se que o motivo por não se permitir a readequação da Unidade aos novos parâmetros arquitetônicos, que já se delineavam aos atuais, foi a má fama da edificação.

Na Alemanha restauraram-se campos de concentração, para não se esquecer do que ali aconteceu. Em Nova Iorque as Torres Gêmeas não serão reconstruídas, em respeito aos que ali perderam suas vidas.

Na demolição não se aplicam mais reconstruções “conforme o original”. Não é autêntico. Uma reprodução da Santa Ceia de Leonardo da Vinci é uma reprodução, não tem o valor da original. Um prédio que se destrói e se reergue (idêntico) é meramente similar. Não são os mesmos materiais, não são as mesmas técnicas construtivas empregadas, não é o mesmo suor dos mesmos operários. É outro momento, outro contexto, outra realidade.

Por isso, tenhamos muita cautela nos rompantes de demolir “prédios ruins”, “pôr fim em capítulos tristes da nossa história”, em “sermos marcos da nova sociedade” - discursos empregados por alguns gestores públicos e empreendedores. Somos quem *podemos* ser e quem *poderemos* ser. Não há volta ao que foi perdido. Nossos erros são parte da nossa história, com eles temos que conviver e é isso que se deve ensinar aos adolescentes que cometem atos infracionais.



MEIO AMBIENTE E A SOCIOEDUCAÇÃO

Seguindo a mesma linha de raciocínio do capítulo anterior, toda edificação socioeducativa insere-se em um meio ambiente. Se casas de semiliberdade estão inseridas no meio urbano, em bairros consolidados, o mesmo pode não se aplicar para as casas de internação, para as quais são necessárias áreas construídas mais robustas e, consequentemente, áreas abertas maiores.

Estima-se que para cada 1,00 m² de área construída, necessita-se de 5,50 m² de área de terreno. Essa condição se deve às seguintes prerrogativas:

1. os prédios são projetados para ter somente um pavimento térreo. O uso de mais de um pavimento não é a regra. O motivo é garantir um melhor desempenho funcional e de segurança física das pessoas.

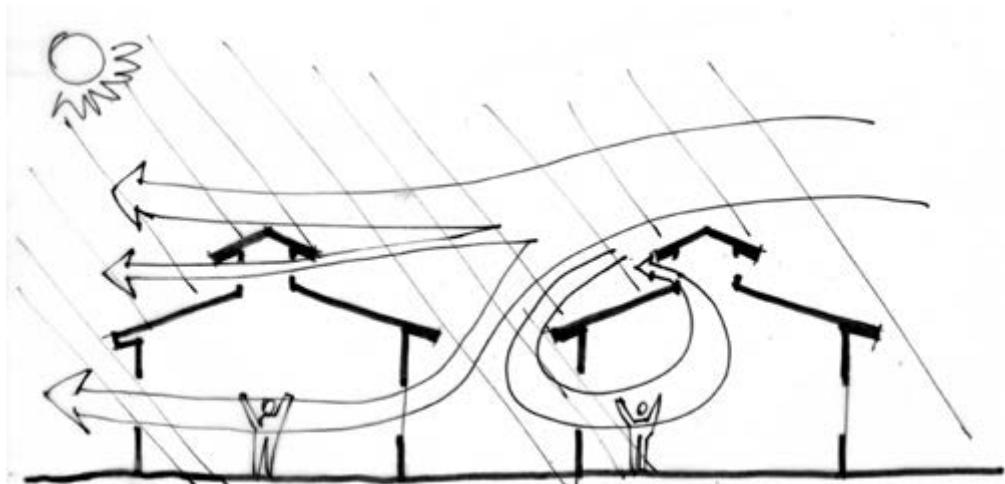


Figura 15 – Posições e aberturas diferenciadas também auxiliam na ventilação e iluminação natural dos ambientes, além dos afastamentos.

2. cada prédio necessita distanciamento entre si e distanciamento das barreiras físicas em no mínimo 5,00 metros, também por motivos de segurança¹. O que

¹ Nos Parâmetros Arquitetônicos para Unidades de Atendimento Socioeducativo, mas para haver trânsito de veículos de grande porte, como caminhões de bombeiros, e melhor insolação e ventilação natural entre os prédios, recomenda-se extrapolar esse mínimo.

não se deve promover é a possibilidade dos telhados das edificações serem usadas como "trampolim" para transpor outras barreiras. Maiores afastamentos entre os diversos prédios também contribuem para uma melhor insolação e ventilação natural (vide Figura 15).

3. os afastamentos entre edificações garantem a passagem de veículos de grande porte (que se apresentam no CASE em situações especiais). Assim, devem ser garantidos os raios de curvas e passagens mínimas para caminhões de bombeiros e veículos de uso das forças policiais.

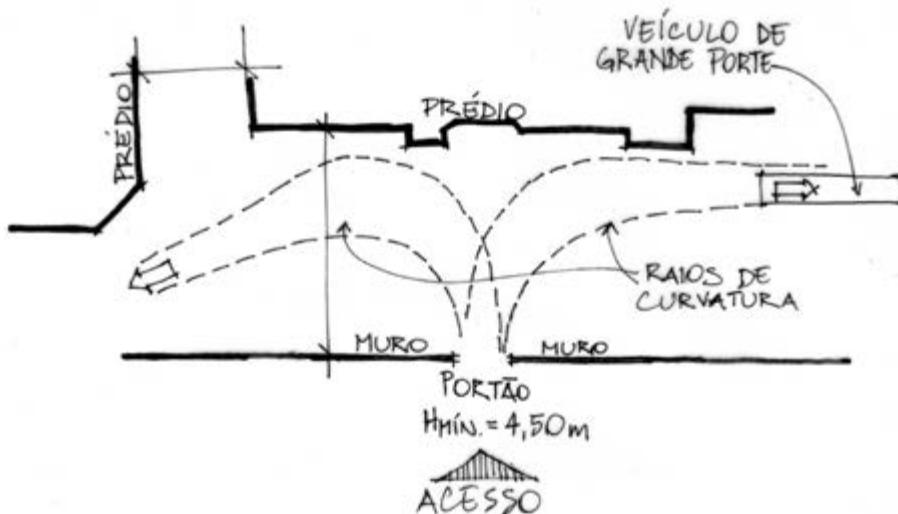


Figura 16 – Os veículos de grande porte devem ter acesso e aproximação de todos os prédios.

4. dos muros e cercamentos externos, é recomendável faixas não-edificáveis para garantir melhor visualizações por quem faz a vigilância do local. Novamente é o fator de segurança que fala mais alto.
5. como em geral os muros perimetrais e seus elementos (guaritas, passarelas) são de caráter mais agressivo, um afastamento, o recuo frontal, é recomendado, garantindo uma amortização do impacto visual que esses elementos causam ao entorno imediato. Recomenda-se que esse recuo frontal do alinhamento seja no mínimo de 50,00 metros.

Não é à toa que uma área construída de um CASE, estimada em 4.700,00 m², necessite de um terreno com 2,5 hectares, no mínimo. Não se trata de uma pequena inserção arquitetônica no espaço urbanizado, mas sim um equipamento urbano de grande porte. E terrenos desse porte, nas cidades onde as comarcas do poder judiciário estão estabelecidas, são encontrados, via de regra, em áreas mais afastadas dos centros urbanos.

É claro o cuidado que se deve ter ao implantar uma obra desse porte com o meio ambiente. Suas implantações serão sempre objeto de Estudo de Impacto Ambiental

(EIA) e Relatório de Impacto do Meio Ambiente (RIMA), realizados por técnico qualificado.

Não é sempre que tais áreas estarão livres de elementos naturais, como arroios, matas, vegetação nativa, etc. O Projeto Arquitetônico deve oferecer uma resposta adequada à preservação dos elementos naturais, que estão previamente garantidos por lei, já em todo o território nacional.

Mais uma vez, assim como na preservação do patrimônio histórico, pode haver muita resistência, por parte de gestores públicos, à preservação do patrimônio natural. Muito alimenta-se a visão de que o meio ambiente é um obstáculo ao desenvolvimento. Duas facetas do mesmo valor final – o meio ambiente habitado por seres humanos – sua preservação garante uma diversidade de riqueza cultural que ainda hoje é pouco reconhecida. Devemos estar mais atentos ao entendimento que a preservação do meio ambiente natural é garantia da biodiversidade.

Ainda que em áreas já degradadas (e esse é argumento muito utilizado quando interessa) cabe aos gestores buscar mecanismos legais ao resgate da biodiversidade que ali se instalava antes da intervenção humana.

A implantação de um CASE deve considerar as preexistências naturais e delas tirar partido. Um conjunto arbóreo, ou um exemplar nativo da flora necessariamente não provocarão situações de risco à segurança. Podem sim contribuir com a pacificação de sentimentos e a tomada de consciência de que estamos aqui de passagem. Como mesmo dizem alguns ambientalistas, não somos donos do planeta e devemos garantir às gerações futuras que ele continue a nos fornecer alimento e suporte à vida.



Figura 17 – Elementos do ambiente natural...

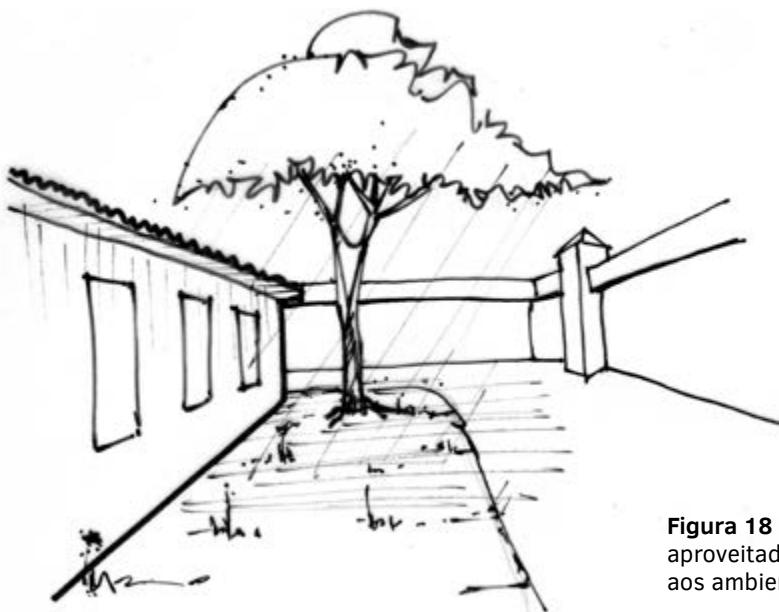


Figura 18 – ...Podem ser perfeitamente aproveitados e dar qualidade de vida aos ambientes...

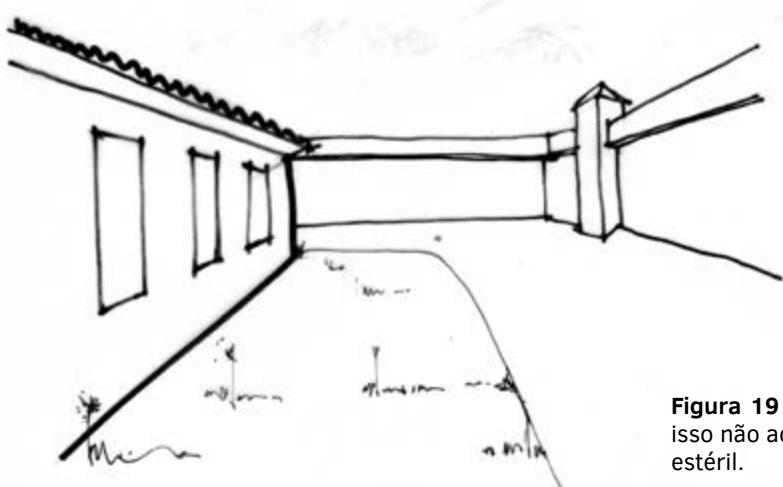


Figura 19 – ...E muitas vezes, quando isso não acontece, o ambiente torna-se estéril.

Ao arquiteto cabe um olhar mais sensível aos elementos presentes e preexistentes do terreno e seu entorno, garantindo um cenário mais humano. A mera lembrança e conscientização de uma estética natural podem despertar nos adolescentes internados a tranquilidade e a certeza de que um mundo “fora dos muros” os espera. Os vínculos estimulados com o meio ambiente natural seriam um alento para aqueles que se encontram em privação de liberdade.

A presença de elementos vegetais nas proximidades das edificações trazem melhorias à condição térmica e acústica dos espaços. Promovem sombreamento nas estações quentes e barreiras aos ventos nos regimes frios. A vegetação atrai a fauna local e auxilia o espírito a conectar-se a uma outra realidade além da condição de privação da liberdade.

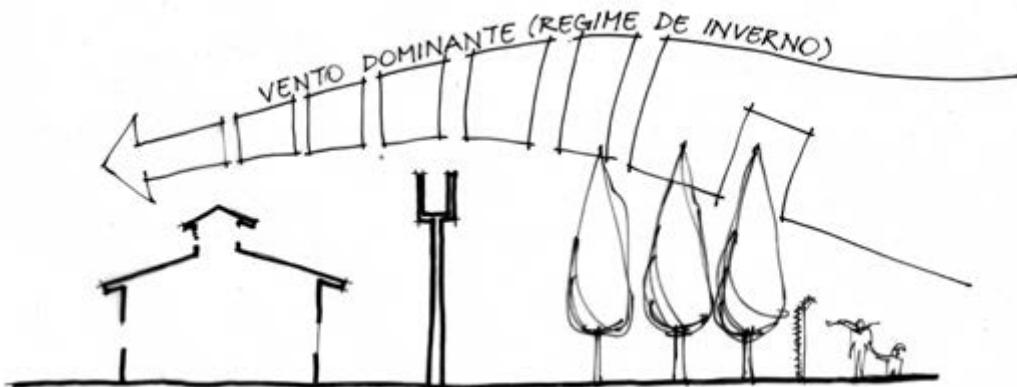


Figura 20 – Barreiras vegetais podem ser aliadas tanto na garantia de um bom conforto térmico como suavizar na estética de um conjunto de elementos mais agressivos, como cercas e muros.

Argumentos contrários a esse pensamento ganham força se estiver a instituição centrada na questão da segurança. Pisos gramados e demais forrações podem esconder facilmente objetos ilícitos ou perfuro-cortantes. Vegetação arbustiva ocasiona pontos cegos para a vigilância e árvores de maior porte eventualmente se tornam rotas de fuga (ou acesso indesejado) para os adolescentes.

Tais condições devem ser consideradas no desenvolvimento do Projeto Arquitetônico e os especialistas nas áreas de segurança precisam ser consultados, mas utilizar esses argumentos para omitir todos os elementos naturais torna o ambiente ermo e inóspito, nada convidativo, o que invariavelmente só amplia o desejo de não permanecer ali, estimulando assim os eventos de fuga dos adolescentes e a natural revolta da situação.

Analizando um suposto cenário em que um terreno de grande porte for de interesse da implantação de um CASE, e o mesmo conter recursos naturais de interesse de preservação, pode-se pensar na adoção de políticas integradas de vigilância patrimonial e ambiental para a área como um todo. Uma das maiores dificuldades dos órgãos de fiscalização ambiental é o provimento de recursos humanos em número suficiente para as vastas áreas das Unidades de Conservação² e as múltiplas Áreas de Preservação Permanentes (APP's). A implantação de um CASE em zona limítrofe a uma área de preservação natural contribui para inexistir futuros vizinhos que porventura trariam conflitos de segurança pessoal e patrimonial. Barreiras vegetais podem servir como medidas preventivas aos impactos de vizinhança – porque não serem áreas de APP's a cumprir esse papel?

Assim como nas áreas e edificações de patrimônio histórico, pode-se também promover cursos e capacitações dos adolescentes visando à preservação do meio ambiente natural e ao turismo ecológico. O desencadeamento de estímulos profissionalizantes só é limitado pelas limitações de criatividade dos gestores públicos e das entidades civis envolvidas com a questão socioeducativa. Faz-se necessário uma

² Vide a Lei Federal Nº 9.985/2000 do Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

nova visão de que o meio ambiente deva estar integrado ao desenvolvimento e não seja antagônico ao mesmo.

Diante das presentes leis de preservação ambiental e havendo terreno com aporte ambiental, a melhor estratégia que cabe ao gestor público seria a criação da área protegida, destacando suas características naturais. Sempre deve-se classificar a área como de uso sustentável, o que irá garantir a exploração do ambiente e garantir os recursos naturais.

A elaboração de um Plano de Manejo é o próximo passo. Ele é o documento que gestará a área e orientará o uso como um todo. Em sua abordagem, o mesmo integra as etapas de (1)Planejamento, (2)Construção, (3)Manutenção, (4)Monitoramento e (5)Avaliação.

A etapa subsequente é o Projeto Urbanístico de Execução, integrando as definições dos equipamentos urbanos a serem implantados. Nesse momento, o Projeto Arquitetônico do CASE é integrado.

SUSTENTABILIDADE: EXEMPLO DE VÍNCULO SOCIAL

Muito se fala em sustentabilidade sob enfoque ecológico. Mas sustentabilidade pode ser muito mais que isso. É papel dos envolvidos com socioeducação entenderem que a todo o momento são exemplos de vida e postura aos adolescentes em questão. Apesar do conceito de exemplaridade ser melhor aplicado aos agentes socioeducadores, aos arquitetos e engenheiros envolvidos nos projetos técnicos, a oportunidade de serem exemplos com seu trabalho não pode ser desconsiderada.

Nesse sentido, a exemplaridade é aspecto fundamental. Educar - particularmente no caso de adolescentes, - consiste em ensinar aquilo que se é. Portanto, a forma como o programa de atendimento socioeducativo organiza suas ações, a postura dos profissionais, construída em bases éticas, frente às situações do dia-a-dia, contribuirá para uma atitude cidadã do adolescente. (BRASIL, 2006, p. 47)

Todo o conhecimento que envolve sustentabilidade ainda é muito recente. Algumas ações abordadas por entes públicos (e mesmo parte de suas equipes técnicas) falam em projetos sustentáveis sem ter uma clareza da profundidade que implicam tais palavras. Não basta agregar aos projetos técnicos cisternas, filtros de água, aquecedores solares e captadores de energia eólica. Esses equipamentos são fundamentais para economias diversas, mas não é a mera instalação deles que garante classificar o prédio como “sustentável”. Seria o mesmo que dizer que um carro onde foi incorporado air-bag é classificado como um carro que diminui o risco de acidentes.

Ao pensar em uso de cisternas, o que se quer dizer é sistema de coleta e uso da água da chuva, mas antes de implantar a cisterna é fundamental definir qual o uso, consumo litragem/dia ou litragem/evento e número de eventos por mês, como se dará a captação e a distribuição ao consumo.

Vamos exemplificar na prática: cria-se um projeto para utilizar a água da chuva para lavar os veículos oficiais da Unidade, sendo que os adolescentes acompanharão todo o processo de coleta, armazenamento, filtragem e uso da água das chuvas ao fim proposto. Aprenderão com isso o valor do uso consciente e da economia de água.

Será que o volume de água coletada (e é necessário verificar o índice pluviométrico do município) dará conta de um número mínimo de eventos do CASE que não invabilizem a ação dos adolescentes envolvidos no projeto e não haja frustrações? Será que a Unidade dará conta da manutenção do sistema (limpeza dos filtros, da cisterna), evitando o sucateamento do mesmo? Será que o número pequeno de veículos oficiais justifica um investimento desse porte em termos de infraestrutura ou pode o sistema ser utilizado para outros fins (lavagem de pisos externos, rega de jardins, etc)? Diante de um provável incremento de valores na execução do sistema, quantos eventos (lavagens de veículos) precisam ocorrer para que haja retorno do investimento (economia de água tratada)? Dependendo do nível de altura da cisterna e seu local, não será necessário sistema de bombeamento próprio, com o qual seu custo de consumo energético ultrapassa o valor de economia no uso de água tratada da concessionária? São perguntas pertinentes que serão respondidas se houver estudo técnico e planejamento sobre essa ação.

Percebe-se que a resposta ao último questionamento do nosso exemplo pode estar atrelado a outro sistema de captação de energia (coletor eólico ou fotovoltaico), para os quais se desdobram outros questionamentos e outro planejamento. Ainda, cabe revisar e incorporar todos esses sistemas aos projetos complementares tradicionais: estrutural, elétrico, hidrossanitário...

Por isso é fundamental compreender que para qualquer processo projetual é necessário definir parâmetros de referência, que orientarão a construção de ambientes mais sustentáveis. Os parâmetros são definidos dentro de cada área estratégica em sustentabilidade. Em artigo apresentado no Encontro Latino-americano de Edificações e Comunidades Sustentáveis de 2013, NERBAS e ANDRADE (2013) reconhecem as principais:

1. Paisagem natural e construída: o entendimento sensível e a apropriação dos

espaços conduz à harmonia que deve ocorrer entre os espaços abertos e os internos. Passamos tão pouco tempo nos espaços abertos, e tão confinados nos ambientes fechados que são nos momentos de integração entre ambos que conquistamos qualidade de vida. O projeto sustentável passa por fazer uma leitura dos elementos naturais disponíveis e incorporá-los ao projeto de cada CASE.

2. Gestão de águas, com aproveitamento de água da chuva e sistemas de drenagem natural: como foi disposto no exemplo hipotético acima, podemos afirmar

que existem uma série de definições prévias a se tomar, como qual exatamente o uso, volume e vazão das águas disponíveis. A ideia central é de economicidade no consumo de água tratada, mas também deve-se atentar para a capacidade de absorção das águas pluviais pelo solo, evitando a sobrecarga do sistema público.

3. Eficiência energética e conforto ambiental: foco em sistemas de proteções

solares e ventilação natural. Estima-se que as edificações são responsáveis por 30% do consumo mundial de energia e por 30% das emissões de gases de efeito estufa (nas quais os sistemas de ar condicionado são os grandes vilões). Em condições de preservação energética, frente à escassez de recursos naturais, enten-

de-se que o consumo desenfreado de energia por equipamentos artificiais pode ser mitigado se incorporados elementos arquitetônicos simples ao prédio, atentando a uma estética coerente com os usos específicos de um CASE.

4. Sistemas e materiais: ao selecionar sistemas construtivos e materiais de menor impacto ambiental, está-se trabalhando a sustentabilidade. Os sistemas construtivos devem ser pensados se mecânicos ou não, que aproveitem a mão-de-obra da localidade, sem promover o desemprego. O consumo energético nas etapas de construção são de importante avaliação. Se os materiais são da região, não há envolvimento de custos em transporte de longas distâncias. Também há de se considerar o uso dos materiais e os possíveis riscos à saúde humana, bem como o conforto que cada material oferece nos quesitos térmico, visual e acústico. Enfim, toda uma linha argumentativa e de comprovação por análises mercadológicas e de desempenho de materiais pode ser ordenada e o projeto passar a ser especificado de modo sustentável. O trabalho adquire um foco muito mais de pesquisa e demonstrativo de memórias de cálculo que formal-compositivo.

5. Mobilidade e acessibilidade: a integração dos diversos meios de transporte (públicos e privados) termina por se estabelecer às portas do CASE, e em diversas circunstâncias, ao seu interior, como a presença eventual de veículos de combate a incêndios, ambulâncias, de forças policiais e viaturas oficiais, mas também por veículos de menor impacto ambiental, como bicicletas, por exemplo. Lidar com todos esses elementos na elaboração do projeto arquitetônico é condição de segurança, de qualidade de vida e *garantia de preservação* da vida. A isso entendemos mobilidade. Já a acessibilidade universal versa pela qualidade de deslocamentos dos pedestres, também fator que agrega qualidade sustentável ao projeto. Não resta dúvida de que as edificações devam procurar evitar os conflitos entre os percursos de pedestres e veículos, auxiliando os pedestres portadores de alguma deficiência física. O uso de rampas e corrimões para deficientes físicos e pisos táteis para deficientes visuais são os mais comuns. Mas lombadas para redução de velocidade de veículos, percursos secos para dias de chuva, proteções como marquises, pergolados e toldos garantem o conforto dos deslocamentos.

As mesmas autoras também apontam que fundamentos teóricos como a miscigenação de usos e vitalidade dos espaços públicos¹, a racionalização construtiva e a coordenação modular já são matérias comuns e usuais há décadas no ensino de arquitetura e que elas também podem ser vistas como estratégias em sustentabilidade.

Qual a modalidade a ser empregada? Nenhuma das estratégias acima exclui as demais. Cabem aos profissionais envolvidos perceberem o contexto em que o projeto será desenvolvido e a partir daí propor os melhores caminhos. Com efeito considera-se o lugar, a região, as características e demandas do contexto ambiental. Mas também deve-se atentar o contexto sociocultural.

Nada do que for proposto como nova tecnologia pode ser agregada se não houver

¹ Esse tema foi mais aprofundado no capítulo Implantações de CASE's: Aceitação de ocupação territorial e desafios.

um aprofundamento sobre as reações dos indivíduos que atuarão no espaço projetado. Um projeto de uso de água da chuva para lavagem dos veículos não surtirá efeito sem um entendimento de todos os envolvidos (adolescentes e agentes socioeducadores) da importância do feito para a conjuntura social e ambiental (planetária, mesmo).

As mudanças de um mundo que apresenta alto impacto ambiental, para uma sociedade que minimiza e mitiga seus impactos ambientais, só poderá ocorrer com uma transformação cultural, no campo do imaginário social, de valores e de organização política e econômica. (NERBAS e ANDRADE, 2013, p. 8)

Uma abordagem interdisciplinar em sustentabilidade apresenta-se como a melhor solução. Assim é necessário pensar sustentabilidade nos aspectos ambiental, social, econômico, cultural e espacial. Se todos os aspectos forem abordados no projetos, pode-se esperar uma complementaridade entre eles, garantindo qualidade.

Ainda assim, essa abordagem é restrita ao âmbito do projeto técnico e há de se considerar que abordar sustentabilidade é mais do que pensar a ação projetual, mas a certificação técnica em sustentabilidade, através de sistemas de avaliação parametrizados, como o LEED (Leadership in Energy and Environmental Design), apenas para exemplificar.

DIMENSIONAMENTO E CONFORTO AMBIENTAL: A CONTRIBUIÇÃO DO ARQUITETO

Não existem princípios e não existem fins. O universo é um só e ele está em nós. Quando estamos em sintonia, fluímos com ele. Quando agimos contra ele, criamos dificuldades.¹

Poucos princípios arquitetônicos são tão importantes e fundamentais quanto a iluminação e a ventilação dos ambientes, talvez perdendo somente para o espaço, cerne do ofício do arquiteto.

Louis Kahn (2010) afirma que o ar e a luz seriam presenças simples e duradouras na arquitetura, tão importantes quanto as considerações estéticas que se devem ter sobre arquitetura.

Aqui, iluminação e ventilação natural não são meramente elementos da física universal indispesáveis à vida, mas elementos que auxiliam a construção da cura da alma.

A iluminação natural dos espaços garante a higienização dos ambientes internos, eliminando ácaros, mofos, fungos e outros agentes patógenos. Nas estações de inverno, é fundamental para a regulação térmica e para a sensação de conforto. Quanto ao corpo humano, cabe lembrar que a produção hormonal das glândulas pituitária, pineal e o hipotálamo são estimulados pela luz natural. A produção de vitamina D se dá somente na presença da luz solar. A iluminação natural contribui não só na qualidade espacial, mas também na qualidade da saúde humana. A presença da luz natural nos dá a clara sensação de vida, de sentir-se vivo.

É na alma que o complemento de saúde mais fundamental ocorre. A percepção do correr do dia, da alteração do sol nas estações do ano apresenta ao ser humano a noção de que o mundo segue um curso maior do que ele mesmo pode controlar. O que parece banal para nós, acostumados a olhar o céu todos os dias, diferente daqueles que perderam as referências do cotidiano, a lembrança do sol, dos seus

¹ Pensamento zen-budista.

efeitos de sombras das janelas e das alterações de tons das cores das paredes com o passar das horas, pode levar a uma reflexão sobre a vida, a rever o passado e a prospectar o futuro, assim como o passar do dia e as mudanças cromáticas do céu, tendo a certeza de que haverá outro dia amanhã.

A sociedade adaptou-se rapidamente a seu novo ambiente urbano fechado. Há apenas cem anos, a grande maioria dos norte-americanos vivia no campo, ao passo que hoje boa parte se aglomera nas áreas metropolitanas. Como outros seres vivos, no entanto, nossa espécie desenvolveu-se durante milhares de anos para responder aos ciclos da terra e do sol com mudanças bioquímicas e de comportamento. (GALLAGHER, 19--, p.15 e 16)².

São diversos os benefícios da circulação de ar nos ambientes internos das edificações. O primeiro deles é o controle e regulação higrotérmicos. É sabido que nosso organismo responde melhor e mais eficientemente em condições determinadas de temperatura e umidade relativa do ar. Esses dois elementos, quando em equilíbrio, nos oferecem conforto térmico. Quanto mais elevamos ou baixamos a temperatura, afastando-nos da faixa dos 21º C a 24º C, mais desconforto térmico sentimos (frio ou calor), mas agregando a condicionante de umidade relativa do ar, acima de 50%, a sensação térmica piora – nosso mecanismo de termorregulação é prejudicado. A umidade relativa do ar (UR) não pode ser muito elevada, mas também não deve ser muito baixa (menor que 40%), pois o efeito inverso, de ar seco, faz-se presente e sofremos com desidratação e problemas respiratórios.

Da mesma maneira que a luz, a temperatura externa muda do dia para a noite, ajudando-nos a entrar em sincronia com o ciclo do sol. E, assim como nossas respostas internas às mudanças de luz, as flutuações térmicas provavelmente têm suas raízes lá atrás, nos dias e noites de nosso passado evolucionário. (GALLAGHER, 19--, p. 76)

Foi com a evolução do homem que nosso organismo adquiriu a capacidade de "ler" e "sintonizar" com o passar das horas do dia e com a mudança das estações. Aprendemos a nos harmonizar com esses ciclos, através dos ritmos circadianos, e chamamos isso de relógio biológico. Por aí podemos traçar paralelos com nossas mudanças fisiológicas e nossas alterações de comportamento. Nada mais natural que, com as bruscas alterações de rotinas em termos de condições de luz e sobrepujamento das sazonalidade climática, tenhamos nos distanciado de uma vida mais saudável, estando sujeitos a distúrbios que vão da insônia, depressão, cansaço, melancolia e desordens do sistema endócrino. Muitos traduzem esses problemas por meio de emoções como impotência e desesperança.

² Apesar da citação ser referente à evento estadunidense, os mesmos eventos geográficos ocorreram no Brasil.

O ser humano possui um mecanismo de regulação térmica que se relaciona com estes fatores (temperatura e umidade), mas também com os ventos. O segundo benefício da ventilação é exatamente aquela que passa pelo nosso corpo. Como sabido, esse sistema de regulação térmica se manifesta por diversos efeitos³ no nosso organismo, como a perda de calor por remoção de água do nosso corpo, ou seja, o suor. Quando o corpo remove calor por suor, é necessário que a umidade seja removida do contato entre o corpo e as roupas, para poder haver o prosseguimento da regulação térmica. Nesse sentido, o excesso de umidade relativa do ar seria prejudicial ao processo, o que causaria grande desconforto térmico. A presença do vento, contribui para a remoção do calor junto ao corpo, calor esse que foi removido em primeira instância do interior do corpo, tendo a água como seu condutor.

O terceiro benefício é remover do ar do ambiente qualquer concentração de agentes patógenos e de gases prejudiciais à vida, como o próprio gás carbônico. Pode ser surpreendente saber a gama de gases, microorganismos e poeira que encontramos em alguns ambientes de longa permanência de seres humanos. Esse é o princípio do Sick Building Syndrom⁴, o qual se baseia principalmente em prédios de escritórios que trabalhavam em ambientes herméticos com ar condicionado e não favorecendo a troca do ar (bem como farta iluminação artificial). Doenças respiratórias, dores de cabeça e enxaquecas eram os principais problemas levantados por empresas em que seus funcionários passavam 8 horas por dia nesses ambientes.

Considerando o exposto até aqui, podemos trazer algumas reflexões sobre nossos prédios e ambientes dedicados à socioeducação, em especial, às medidas de internação, a começar pela permanência excessiva no interior das edificações.

Pelas noções ambientais passadas até aqui, tem-se claro que, quanto mais atividades em ambientes abertos, mais próximo de uma condição de saúde estaremos oferecendo aos adolescentes. Também, nesse sentido, o CASE que for ordenado em prédios modulares independentes é benéfico, pois o translado de um prédio ao outro, para exercer as diferentes atividades, propicia uma reciclagem do ar e um reequilíbrio da regulação térmica corporal de cada um.

Quanto às trocas de ar dos ambientes internos, elas devem se concentrar naqueles de maior permanência tanto de adolescentes quanto de funcionários, bem como naqueles ambientes onde se concentra em excesso a umidade do ar, como os banheiros. O uso de banheiros coletivos vem caindo em desuso nas tipologias socioeducativas, mas, como estamos sempre esbarrando na questão orçamentária, uma reciclagem plena dos prédios mais antigos ainda é estratégia recorrente e a maioria deles possui banheiros assim. Os banheiros coletivos, devido à concentração intensa de vapor d'água, precisa de ventilação constante para manter os níveis de umidade relativa do ar aceitáveis.

³ Um dos outros efeitos seria a vasodilatação, o que significa uma maior concentração do sangue no interior do corpo, quando muito frio e uma maior circulação do sangue para as extremidades do corpo, quando muito quente. Também o surgimento de tremores no corpo, em temperaturas baixas, tem por objetivo queimar energia acumulada e produzir calor.

⁴ Síndrome do Edifício Doente.

Sempre aconselho promover a ventilação natural dos ambientes, por motivos de economia de energia, dispensando ventiladores e aparelhos de ar condicionado. É necessário lembrar que muitos equipamentos, em eventos de motim, podem ser usados como armas ou meramente depredados. Abordarei esse assunto com mais atenção no capítulo Durabilidade e manutenção. A ventilação natural trabalha com a forma, composição e disposição das aberturas. Com esses elementos, a obra arquitetônica consegue ganhar força.

No entanto, em alguns casos, pode vir a ser fundamental o uso de equipamentos mecânicos para a remoção do excesso de umidade do ar, como no caso dos banheiros coletivos. Lavanderias e cozinhas também precisam forçar a ventilação com o uso de exaustores. Há de se considerar que os banheiros coletivos enfrentam três turnos de banhos dos adolescentes (às vezes mais). Sem exaustores, não existem esquadrias metálicas que resistam muito tempo, nem pinturas ou mesmo luminárias. A umidade no interior da edificação é o pior inimigo da conservação dos materiais. Se somarmos uma UR do exterior muito elevada, ou paredes de materiais que não permitam a transpiração, teremos situações muito difíceis de lidar com relação ao conforto ambiental.

Um banheiro coletivo mal ventilado (sem ventilação natural cruzada e sem exaustores mecânicos) pode começar a conduzir a umidade para os compartimentos vizinhos, elevando os problemas de corrosão dos metais e proliferação de mofo e outros agentes patógenos.

Solução simples para esses casos seria buscar a possibilidade de promover ventilações cruzadas nos ambientes. Por motivos econômicos, utilizamos somente uma fachada com janelas por compartimento, mas, sempre que possível, utilize duas, ou programe aberturas em paredes internas, desde que haja imediata remoção de ar desse compartimento anexo. O importante é promover a troca do ar interior.

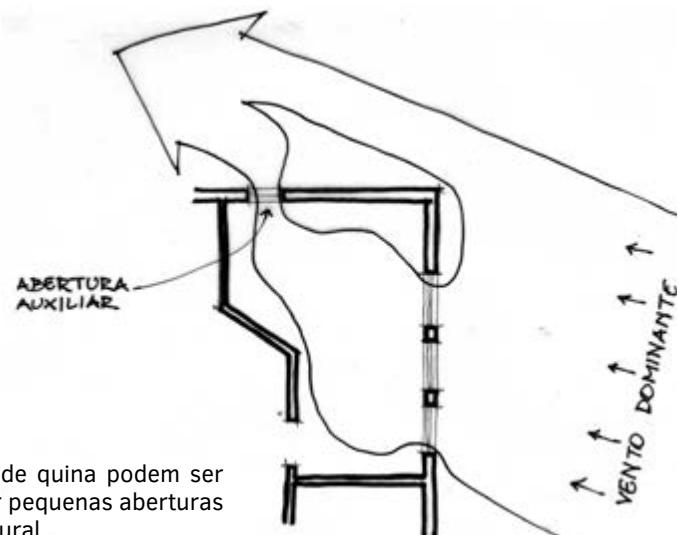


Figura 21 – Compartimentos de quina podem ser oportunidades para posicionar pequenas aberturas e incrementar a ventilação natural.



Figura 22 – Em situações com corredores e compartimentos que necessitam ser ventilados plenamente, pode-se abrir vãos internos.



Figura 23 – E, na impossibilidade de promover visuais, pode-se complementar com ventilação mecânica.

Se a troca do ar interior for dada por ventilação por diferença de temperatura (ou zenital), certifique-se de que as aberturas de entrada serão mantidas em pleno constante. Exemplos de edificações que foram sendo reformadas e perderam suas aberturas de entradas, inevitavelmente levaram à ineficácia da ventilação natural como um todo. Também manter em constante manutenção a eficiência das aberturas de saída (que por vezes são exaustores eólicos ou janelas venezianas) auxilia em manter atuante a ventilação natural.

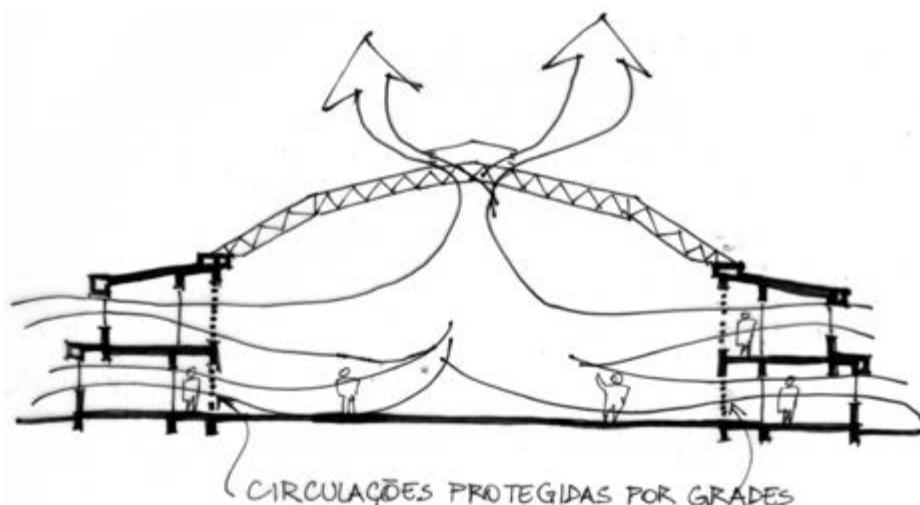


Figura 24 – Na construção original do CASE POA I os ambientes plenamente ventilados...

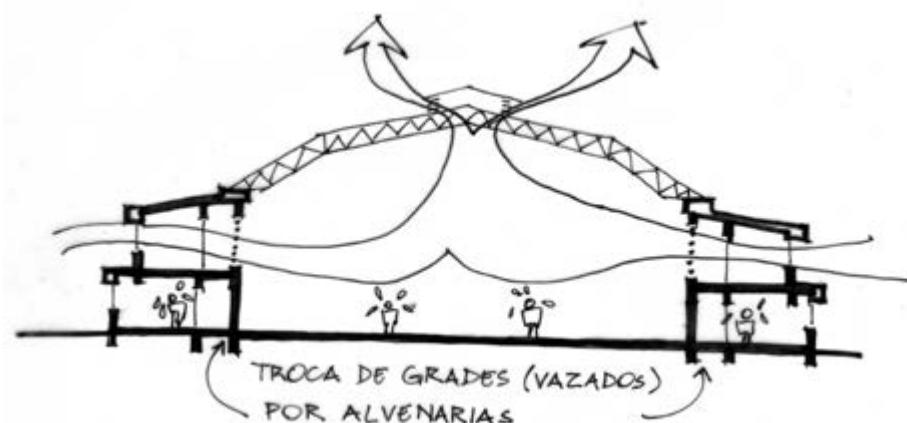


Figura 25 – ... Por alterações do programa, os vãos internos foram sendo lacrados, prejudicando a ventilação por diferença de temperatura.

Também aproveitar o sentido dos ventos dominantes em cada situação é aconselhável. No entanto, há de se cuidar de alguns detalhes. Se houver um muro alto que circunde todo o CASE, um muro de contenção e proteção, deve-se calcular as zonas de calmaria e projetar as edificações de forma a que os ventos naturais possam sobrepujá-las (se for regime de verão). Se os ventos forem de inverno, estabelecer os muros e demais barreiras complementares para que eles não adentrem as edificações, ou ainda criem situações desagradáveis em áreas de permanência.



Figura 26 – Situações de proximidade de barreiras e edificações podem gerar desconforto...

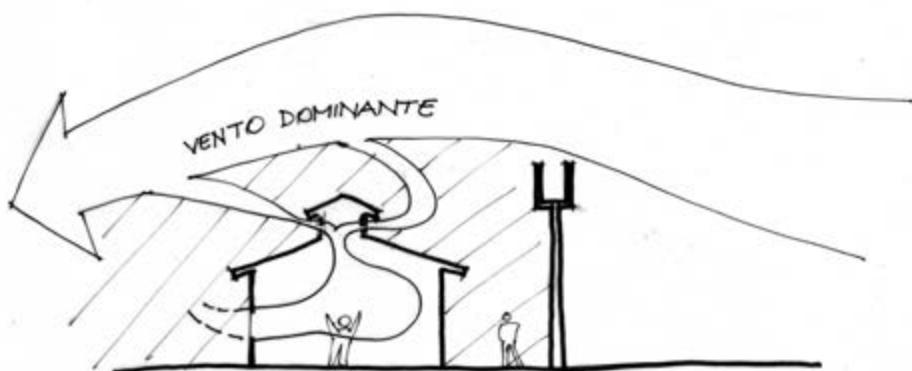


Figura 27 – ... Que podem ser trabalhadas com elementos arquitetônicos na edificação.

As soluções compositivas e formais das edificações são tão relevantes para o conforto ambiental, quanto para o dimensionamento de compartimentos e aberturas. Antes do advento da energia elétrica (e o uso de equipamentos de conforto) nossos prédios eram regidos por proporções de área, pé-direito (e a combinação desses dois resultava no volume de cada compartimento) e tamanho das aberturas (portas e janelas). Em casos que impossibilitem o uso de equipamentos, a abordagem também deve ser por dimensionamentos mais generosos.

Cabe ressaltar que os Parâmetros Arquitetônicos para Unidades de Atendimento Socioeducativo determinam um pé-direito mínimo de 3,00 metros para os dormitórios dos adolescentes. Em princípio parece um exagero, visto que muitos códigos de obras obrigam o mínimo de pé-direito a 2,60 metros, mas considerando muitas vezes a impossibilidade da instalação de equipamentos de ventilação (por motivos de segurança), um maior volume de ar por peça e usuário é condição determinante de conforto. A título de contribuir com exemplos mais próximos da nossa realidade socioeducativa, trago estudos que realizei com as mesmas edificações que abordei no capítulo de Tipologias Arquitetônicas.

Em primeiro lugar, é curioso ver a evolução proporcional entre a área dos dormitórios de cada CASE e a área de cada uma de suas Alas, lembrando que a Ala é o conjunto de compartimentos conectados aos dormitórios e isolados dos demais compartimentos onde os adolescentes não possuem livre (ou direto) acesso. Estamos nos referindo às circulações, áreas de refeitório e lazer, banheiros coletivos, salas de atendimento individual e em grupo e controle dos funcionários socioeducadores⁵.

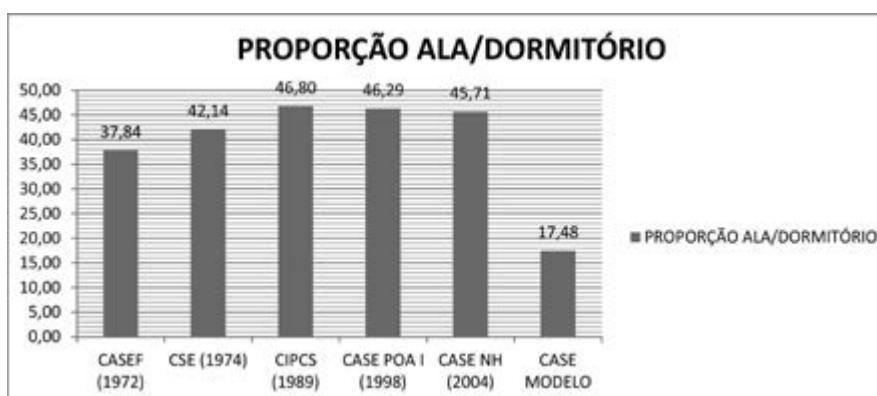


Gráfico 1 – Relação entre a área de cada dormitório e a área das suas respectivas alas.

A começar pelos prédios mais antigos, da década de 1970, até o CASE POA I⁶, de 1998, nota-se um tênuo crescimento. Os CASE's seguiam princípios funcionais ao incorporarem o maior número e área de compartimentos nas alas, deixando poucas oportunidades de deslocamento dos adolescentes para outras áreas da edificação para exercerem outras atividades. Também buscavam enxugar as áreas dos dormi-

5 Essas funções variam conforme cada CASE existente, pois foram construídos quando não havia uma padronização. Os compartimentos mencionados compõem o programa básico de alas dos Parâmetros Arquitetônicos do SINASE.

6 O CASE POA I foi denominado inicialmente Centro da Juventude e foi implantado em outras regionais, como Caxias do Sul, Santa Maria, Santo Ângelo, Pelotas e Uruguaiana.

tórios ao mínimo possível. Essas medidas iam ao encontro da maior contenção e das estruturas totais da época. Não haviam muitas possibilidades de atividades fora das edificações, exceto às previstas no ECA, como as duas horas de sol obrigatórias. O depoimento posto em relatório elaborado pelo Núcleo de Antropologia e Cidadania (NACI) da UFRGS, de 2001 expressa a inapropriação a que esse modelo arquitetônico chegou:

O espaço, principalmente a arquitetura dos Centros da Juventude, é visto como um entrave ao desenvolvimento de atividades integradoras. O ambiente é escuro, pouco arejado, os pátios são minúsculos cercados de paredes, a arquitetura leva a uma acústica desastrosa que amplia o mínimo som transformando-o em algo ensurdecedor. Se os internos estão sob o efeito estressante desse espaço, técnicos também o estão e são afetados. (FONSECA e BARCELLOS, 2001, p. 23)

Já o mais recente construído, o CASE Novo Hamburgo (CASE NH), com os olhos nos Parâmetros Arquitetônicos do SINASE, tratou de pulverizar atividades dos adolescentes, como ter salas de aula e de atendimento foras das alas, no entanto, manteve a diretriz de dormitório mínimo, o que não provocou grande alteração na proporção Ala/Dormitório.

É com o CASE Modelo, que adota plenamente os parâmetros arquitetônicos do SINASE, que virá a mudança mais radical, pois estabelece uma redução de compartimentos de domínio da Ala (obrigando que o adolescente se desloque mais para cumprir suas rotinas) e um aumento da área de cada dormitório. Cada dormitório, que tinha em média 5,63 m², passa a ter 15,00 m², obviamente, considerando que também aumenta o número de vagas (leitos) por dormitório, onde os anteriores foram projetados para serem dormitórios individuais, o CASE Modelo conta 3 vagas por dormitório. No fim das contas, cada dormitório não difere muito em termos de área por adolescente (que fica até mesmo abaixo da média, com 5,00 m²), mas é na redução do número de dormitórios e nas áreas absolutas das Alas que se percebe o “enxugamento” de áreas construídas (o que é relativo, pois as áreas do CASE Modelo aumentam sobremaneira, como foi discutido no capítulo do Programa Arquitetônico Socioeducativo).

A relação de número de adolescentes por dormitório também se faz importante. Na construção das primeiras instituições totais do Brasil, os dormitórios eram coletivos⁷, na década de 70 passaram os prédios de internação a ter dormitórios individuais e agora, por uma questão de otimização de área privativa construída por adolescente, foi adotado o número de 3 vagas no CASE Modelo. Se por um lado, é questão de economia da construção o uso de dormitório coletivo, por outro, esse número não deve ser extrapolado, pois pode trazer prejuízos aos próprios internos.

⁷ Ainda hoje, o prédio mais antigo de internação da FASE-RS pode abrigar até 8 adolescentes, devido a grande área de cada dormitório. E ainda que existam documentados alguns testemunhos de adolescentes que prefiram esses dormitórios, por serem de maior dimensão, no planejamento estratégico da instituição, aponta-se que esse seria o primeiro prédio a ser desativado quando novos CASE's forem construídos.

Goffman (2010) sinaliza que diante do contato mútuo e exposição entre os internados, ocorre mais um passo na aniquilação do indivíduo. Também é importante salientar que se o dormitório for individual, para o adolescente, há uma dificuldade em classificar seu tempo de permanência nesse cômodo, sozinho, e o possível período de permanência em dormitório da Convivência Protetora – ambos podem parecer momentos de “castigo”⁸.

À conclusão que se chega é que, mais importante que aumento de custos da obra devido ao aumento das áreas construídas, é a diminuição de áreas das Alas que faz com que os adolescentes se desloquem mais de um prédio ao outro, para suas diferentes atividades, o que traz benefícios indiretos de bem-estar. Ao promover-se o deslocamento entre os prédios, o sair e entrar de um ambiente noutro reduz a sensação de confinamento constante, diminuindo tensões entre os usuários, como já foi explanado no capítulo das Tipologias Socioeducativas.

E não podemos deixar de lado o enfoque orçamentário do processo. No gráfico abaixo, também se percebe um aumento da proporção da área das Alas pelo número de vagas da respectiva Ala (não do CASE como um todo), com o passar dos anos. A evolução do Projeto Arquitetônico e do programa de atividades demonstra que existe uma intenção de otimizar áreas e assim reduzir custos da construção.

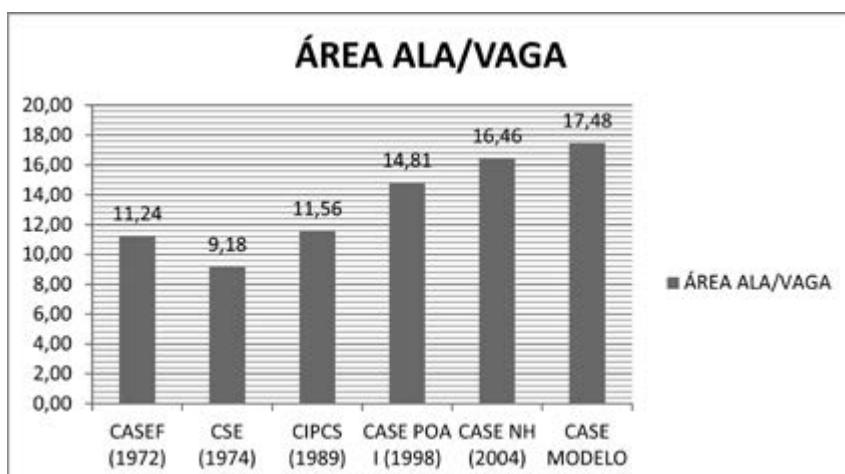


Gráfico 2 – Relação da área da ala pelo número de vagas.

Para se ter o sucesso da relação custo X benefício, é importante ter a confirmação das duas relações de áreas aqui apresentadas. No projetar um equipamento urbano de grandes áreas construídas, com recursos públicos, esse deve ser um dos cuidados do arquiteto.

E como seriam as áreas de aberturas de janela em relação às áreas construídas? Uma estratégia simplificada para se seguir seria pegar a área de piso de um dado

⁸ A problemática da Convivência Protetora é melhor analisada no Capítulo de *Significados na arquitetura socioeducativa*.

compartimento e dividir por um fator, resultando na área da abertura de janela – e deve-se considerar que essa área é de abertura para iluminação, sendo que muitas janelas contam com metade da área para ventilação, como esquadrias de correr, por exemplo. Para a função de cada compartimento adotam-se fatores diferentes: salas de estar, jantar e dormitórios utilizam fator 6,0; cozinhas e áreas de serviço usam fator 8,0 e banheiros usam fator 12,0; circulações dispensam janelas. Assim adotam a maioria dos códigos de obras municipais.

Percebe-se que, quanto menor a importância e permanência humana no compartimento, maior é o fator empregado. O próximo gráfico mostra os fatores empregados nos diversos CASE's do Rio Grande do Sul, tanto para o dormitório, quanto considerando a Ala como um todo. A última dupla de barras é do fator 6,0 , empregado pela Prefeitura de Porto Alegre para os compartimentos de grande permanência (salas de estar e dormitórios), para se ter um comparativo⁹.

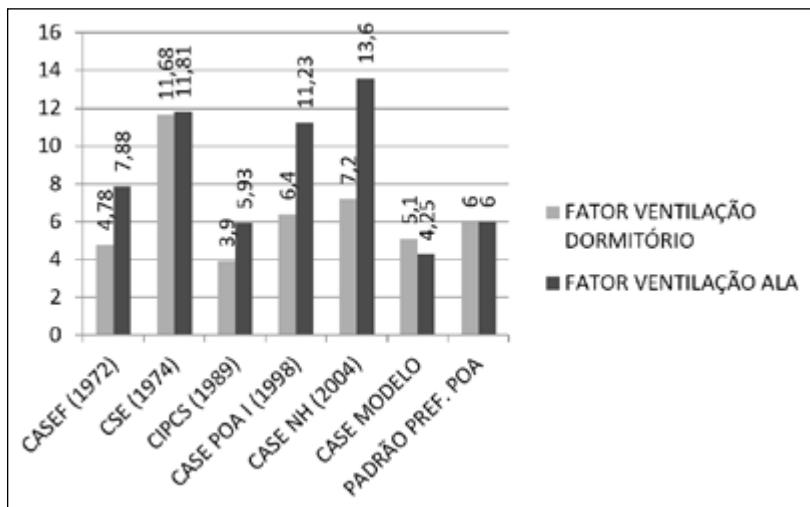


Gráfico 3 – A primeira coluna (cinza claro) de cada par estabelece a relação entre a área do dormitório e a área da janela. A segunda coluna (cinza escuro) de cada par soma as áreas de todos os compartimentos de uma ala pelo somatório das janelas da mesma ala.

Chama a atenção a carência de áreas de ventilação e iluminação natural para as Alas como um todo, mais que nos dormitórios em si. Quanto maior o valor disposto, menos eficiente em ventilação ele é. No CASE Modelo, a proposta arquitetônica baseava-se em adotar nos compartimentos mais internos da edificação (sem paredes externas) o uso de aberturas zenitais. Muita luz e troca de ar procedem de pontos mais altos. Não se pode perder de vista que as trocas de ar de um compartimento ao outro se dão pelas portas, as quais devem ter a maior área gradeada possível, para que, mesmo fechadas, possam incrementar a ventilação dos ambientes.

9 Apesar do Código de Obras do Município de Porto Alegre especificar fatores de aberturas apenas para compartimentos isolados e não áreas como um todo, adotei o fator 6,0 quando me refiro à área de Alas (vários compartimentos reunidos), como referência. Uma área considerável da Ala é destinada para banheiros e circulações (fator 12,0), mas simplifiquei a uma média de maior qualidade, apenas como estudo de caso, sem nenhuma referência a diferenças de ações de ventos.

Pensar que janelas mais generosas são incrementos de conflitos humanos e risco para eventos indesejados como motins, rebeliões e fugas são um grande equívoco em termos de pensar a arquitetura dos espaços socioeducativos de internação. Quando ocorrem, são eventos isolados e eventuais. A ventilação e a iluminação de espaços ocupados por muitas horas ao dia são a constante do trabalho socioeducativo, beneficiando adolescentes e funcionários.

E, claro, não basta considerar esse fator de ventilação em si, mas elaborar o Projeto Arquitetônico, estudando a ação dos ventos em cada caso, verificando suas direções nas diversas estações do ano, intensidades e zonas de pressão e sucção frente ao conjunto edificado, como foi explanado anteriormente.

Essa consideração leva a um último assunto neste capítulo que gostaria de abordar, que é a utilização de projetos padrões para todo o país. Eventualmente, vemos o Governo Federal propor políticas para implantar modelos arquitetônicos em todo o território nacional. Nada mais falho em termos de arquitetura que desconsiderar diferenças regionais em um país de proporções continentais como o nosso. Achar que uma edificação modelada nacionalmente possa responder de igual forma qualitativa às diferenças climáticas é não perceber o óbvio de toda noção básica de sustentabilidade.

O regime de chuvas de Alegrete não é o mesmo de Manaus ou do Rio de Janeiro. A umidade relativa do ar de Pelotas opõe-se diametralmente à Brasília. O rigor de inverno dos estados do Sul do país nada significam para os estados do Nordeste. Por que insistir que tamanhos e tipos de esquadrias, formas e inclinações de telhados, composições volumétricas, usos de beirais e varandas sejam os mesmos indiscriminadamente para todos? Onde está a busca por uma arquitetura que procura entender o sítio em que será implantada e procura tirar o melhor do lugar? Ainda nos falta o entendimento de que o grau de avanço tecnológico e cultural de um povo se manifesta na sua arquitetura local. Ainda acreditamos que as “importações” indiscriminadas e impensadas detêm algum valor, enquanto que o único valor seria podermos nos deslumbrar com as diferenças e não inconscientemente torná-las nossas.

Você não pode esquecer que a luz de certo caráter tem a ver com aquela que distingue a arquitetura de uma região da de outra. (KAHN, 2010, p. 42)

Desconsiderar diferenças culturais de cada região, mesmo entre os Estados Federativos e impor uma visão arquitetônica padronizada, que mais tem por objetivo da autopromoção político-partidária, é impedir que cada ente público reforce suas características próprias e siga no desencontro de uma personalidade coletiva, ainda que não signifique perder a noção maior que nas diferenças regionais podemos respeitar e conviver com os outros.

Pertinente seria encararmos o desafio diário de repensar nossos princípios (nossa arquitetura), mais adequados e harmônicos à nossa realidade. Esse entendimento seria mais próximo da socioeducação.

DURABILIDADE E MANUTENÇÃO: DESAFIO DAS ESPECIFICAÇÕES DO PROJETO ARQUITETÔNICO

Quando comecei a trabalhar com arquitetura socioeducativa, uma das falas que mais me impressionou foi a de que o tempo entre a reforma de um espaço de uso de adolescentes e a próxima reforma do mesmo espaço seria somente de cinco anos.

Um dos principais fatores para esse curto espaço de tempo é o padrão de aprovação dos usuários. Como já colocado em outros momentos, os adolescentes, em sua condição de fragilidade social, são dados a uma relação destrutiva com o espaço. Uma das consequências da privação de liberdade é o repúdio (consciente ou não) pela edificação. As paredes, piso, tetos, portas, janelas e mobiliários são alvo de vandalismo.

Esse vandalismo pode se apresentar de forma direta e consciente, sendo as ações por meio de chutes e socos contra os elementos arquitetônicos. Também se processa de maneira indireta, na qual o fechar registros de torneiras e chuveiros ocorre de maneira intensa, quase brutal, em que o dano se dá com o tempo, diminuindo seu tempo de vida útil – a intensidade da ação é tal que chega muitas vezes a danificar a canalização que está em contato imediato ao registro, aquela embutida na parede. Muitas vezes ocorrem entupimentos propositais de pias e vasos, bem como o desgaste das peças e suas canalizações, ocasionado pela sequência constante de reparos a que as peças são sujeitas – é a redução da vida útil das peças por ação constante da própria manutenção.

Às vezes é inconsciente – ficar deitado na cama debaixo de um beliche, aplicando pequenos chutes na cama superior¹, promove um dano estrutural que aparece com o tempo. Depósitos indevidos de lixo (pedaços de papel e plástico) em beirais de janelas ou sobre telhados podem com o tempo provocar infiltrações ou entupimentos no sistema de esgoto pluvial da edificação.

Mas não só o vandalismo propriamente dito se processa em prédios de internação. Muitas vezes, não há a intenção consciente em danificar a edificação. Perma-

¹ No caso, camas de concreto armado, peças estas engastadas nas paredes.

necer parado, com o pé apoiado na parede, leva ao dano da pintura de acabamento. O abrir com intensidade uma porta até a mesma bater na parede termina por forçar o marco.

O simples mau uso das peças e mobiliário também reduz o tempo de vida útil da edificação. O mesmo abrir e fechar de registros, o abrir e fechar de portas e janelas, muitas vezes implica uma falta de cuidado, de zelo pelo bem público. E isso não é algo exclusivo dos adolescentes, os funcionários e visitantes também são partícipes desse processo de deterioração acelerada.

Também há o caso em que os danos provocados não são o fim, mas o meio para se atingir outros objetivos. Prática corriqueira em alguns prédios de internação é o chamado *pedalaço*. Os adolescentes deitam no chão, de barriga para cima, e com os pés encolhidos, vão “coiceando” as portas metálicas. O ato inicia em um dormitório e é logo seguido pelos demais dormitórios – assim fica difícil identificar quem iniciou o protesto e tomar uma contramedida. O barulho formado no corredor da ala é ensurdecedor.

Outro ato comum é o uso dos materiais disponíveis ao alcance dos adolescentes para construir estoques. A sensação de insegurança, que também atinge os adolescentes internados, leva-os a produzirem armas pérfurantes com pedaços de telas metálicas, chapas expandidas, lascas de madeira ou cerâmicas. Os pregos e parafusos mais pequenos podem ser envolvidos, a partir de suas cabeças, por retalhos de pano em sucessivas camadas até adquirirem o tamanho de uma empunhadura que dê condição de manobra da peça.

A própria disposição de elementos e equipamentos arquitetônicos não pode ser a óbvia e usual. Extintores de incêndio, placas de aviso, algumas maçanetas, luminárias e toda uma gama de peças podem tornar-se armas em momentos de motim ou meros ataques individuais – tanto entre adolescentes quanto de adolescentes a funcionários.

Para cada caso, trabalha-se com especificações do Projeto Arquitetônico que são muito exclusivas ao perfil de usuário.

Para o *pedalaço*, as portas metálicas devem ter marcos igualmente metálicos e suas folhas têm a estrutura usual de grades em barras de ferro, mas revestidas em chapas somente pela face externa ao dormitório. As barras são visíveis pela face interna. Quando o primeiro evento é contornado, a contramedida é a remoção dos calçados dos adolescentes de dentro do dormitório. Sob o risco de machucar os pés contra as barras de ferro, o *pedalaço* não se repete.

Para evitar os estoques, muitas peças são soldadas, nunca aparafusadas. Raras as especificações de madeiras nas alas. As placas cerâmicas são substituídas por revestimentos de pinturas impermeáveis, como as tintas epóxi e a base de cal. Nos pisos, evitam-se lajotas e placas em geral, investindo-se nos pisos monolíticos e moldados *in loco*, como granitinas e cimentados.

Em muitos casos, essas especificações limitam o tempo de vida útil frente ao padrão de manutenção imposto. Os pisos de granitina necessitam de aplicações complementares de resinas líquidas para sua proteção, pois devido à sua porosidade, rapidamente podem escurecer e deixar os ambientes com péssimo aspecto.

E mais uma vez, a remoção dos excessos de umidade dos ambientes internos pode contribuir para a maior durabilidade das peças metálicas presentes, postergando os efeitos da ferrugem.

As próprias grades de ferro precisam ter afastamento entre as barras e bitolas específicas, evitando as deformações provocadas intencionalmente. As chapas expandidas não podem ser de espessuras tão finas que possam ser deformadas, nem ter dimensão de células tão grandes que possam produzir pontas que se soltam.

As luminárias de alguns dormitórios são embutidas nas paredes (em suas espessuras) e protegidas de acesso. Ainda que isso possa diminuir a eficiência do objeto luminoso, deve-se então majorá-lo para poder oferecer o mínimo de luminosidade exigida por lei.

Às vedações das janelas, evita-se o vidro comum, podendo ser o aramado ou o policarbonato de espessura mínima 6mm, já a placa de acrílico se apresenta muito quebradiça. Todo e qualquer caco pode tornar-se um estoque.

E toda situação de tubulação deve ser muito bem pensada e avaliada, pois no caso de ser exposta, o que facilita o acesso e rapidez de manutenção, ela não pode estar à mão do adolescente.

Em muitas alas, vasos e pias cerâmicas esmaltadas devem ser aquelas de acesso exclusivo de funcionários, pois seus cacos são elementos extremamente afiados. Nos banheiros das alas, recomendam-se as peças em chapas metálicas inox engastadas em formas de concreto.

Existem muitas discussões sobre o uso de bacias turcas, embutidas no nível do piso ou vasos de concreto envelopados em aço inox. Alguns setores técnicos entendem a bacia turca como uma peça de mobiliário que promove a desumanização, pela posição de cócoras que o adolescente assume – posição vexatória e humilhante. A diferença de custo entre essa peça e o vaso envelopado em aço inox pode chegar a 8 vezes o custo do primeiro. Não que devamos colocar preço na humanização dos espaços arquitetônicos, mas podemos olhar além dos preconceitos que levamos no nosso íntimo e entender que cada caso precisa ser analisado no seu contexto próprio. A bacia turca é equipamento sanitário usado em ginásios esportivos, algumas escolas e quartéis – todos ambientes dignos do uso humano e, curiosamente, não carregam significado humilhante.

Aliás, quando se trata de análise de custos frente às especificações de materiais e técnicas construtivas – em edificações que são muito solicitadas pelos usuários quanto à sua durabilidade – temos que inserir o fator manutenção, que pode provocar uma alteração considerável nas definições arquitetônicas.

Um exemplo é a especificação de impermeabilizações nas edificações. Em alguns casos, onde os espaços que requerem impermeabilização são vinculados a outros elementos arquitetônicos mais sujeitos a depredações e manutenções constantes – como caixas sifonadas em banheiros de adolescentes no segundo pavimento de um prédio – há de se pensar em investimento de *custo X benefício X durabilidade*.

Nas impermeabilizações, quanto maior seu tempo de vida útil, maior seu custo. Inicialmente podemos pensar em aplicações de produtos mais duráveis, sobrepondo o ditado o barato sai caro. No entanto, como outros componentes do mesmo banheiro têm a tendência de se desgastar mais rapidamente, como exposto anteriormente, utilizar um impermeabilizante de longa durabilidade, pode ser considerado um desperdício de dinheiro público. Se uma manta impermeável tem durabilidade de 25 anos, enquanto o banheiro em que ela está instalada deve ser reformado a cada 5 anos, talvez possamos especificar um impermeabilizante que tenha um tempo de vida útil menor, digamos 10 ou 15 anos – e consequentemente saia por um preço mais compatível com a realidade dos cofres públicos, além de igualmente eficiente.

Uma das conclusões é a atenção que devemos ter ao abordar estratégias de reformas, considerando as ações que serão necessárias para a manutenção dos prédios. Ao alinharmos os tipos de reformas que somos levados a realizar, temos como incitar padrões e estratégias de manutenção dos mesmos espaços. O primeiro passo desse conceito começa em entender a distribuição das demandas. Segue exemplo com estudo realizado pelo Núcleo de Engenharia da FASE no ano de 2010, coletando dados de reformas realizadas nos prédios do Estado nos anos de 2006 a 2010².

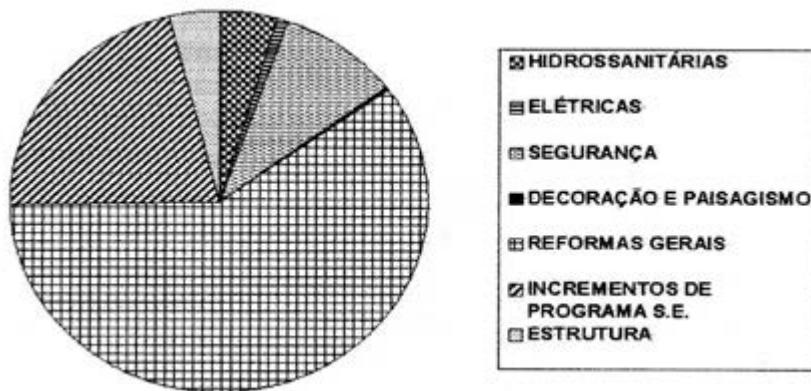


Gráfico 4 – Distribuição de investimentos por tipo de reforma entre os anos de 2006 e 2010. Cerca de 1/5 referia-se a “incrementos de programa socioeducativos (S.E.)”, ou seja, buscava dar a um antigo prédio uma aproximação aos parâmetros arquitetônicos do SINASE.

Através desse gráfico, podemos ver que as ações de manutenção devem recair muito mais sobre os elementos hidrossanitários que dos elementos elétricos – após a reforma realizada. A relevância dos sistemas elétricos para a manutenção é que

² Os valores de recursos investidos foram propositalmente subtraídos.

precisam ser executados por profissionais especializados, devido aos riscos de vida envolvidos.

O fator técnico precisa ser preponderante, ainda que por fator técnico entenda-se tanto conceitos construtivos quanto os das ciências humanas.

Um dos mais desoladores resultados desses tempos cheios de amarguras e desilusões é a indiferença com a qual governantes, homens políticos, jornalistas, numa palavra, todos aqueles que formam o elemento condutor do país, consideram os problemas técnicos e científicos. Destinam-se verbas enormes a obras públicas, esgotando as finanças nacionais, sem se perguntar se a obra e o fim corresponderão ao sacrifício feito pelo país, e se essas obras merecem realmente esse sacrifício. (BARDI, 2014)

Quanto à escolha dos materiais de acabamentos e das tecnologias construtivas, também deve-se cuidar do seu caráter específico. Em geral, quando almejamos durabilidade e alta resistência, estamos especificando materiais de maior dureza, asperza e frieza. Os concretos e os metais são os materiais que melhor atendem nesse aspecto, mas não há uma troca harmônica entre eles e o ser humano. A edificação se afasta e repele o homem. Outros elementos precisam ser agregados, promovendo o resgate entre o ser humano e os edifícios. Teríamos espaços convidativos. O paisagismo, a cor, a comunicação visual, os equipamentos de acessibilidade são mecanismos para atingir os objetivos de uma arquitetura receptiva, que agrupa e transmite as mensagens desejadas, quais sejam a busca da ressocialização.

As técnicas construtivas, os materiais empregados e os equipamentos devem ser especificados em harmonia não somente com o conjunto, mas também com os métodos e recursos de manutenção disponibilizados pelas instituições. Além disso de nada vale inserir tecnologias que estarão além dos recursos financeiros e capacidade de mão-de-obra se for necessária uma manutenção constante.

Não adianta investir em construção a seco se faltarão mão-de-obra especializada e ferramental na manutenção dos edifícios administrativos. Não é proveitoso instalar equipamentos sanitários importados e sua manutenção significar, na verdade, uma reposição por peças novas, que podem demorar a vir.

[...] você não pode somente importar dispositivos sem se importar com seu desempenho futuro. (KAHN, 2010, p. 43)

Muito tem-se falado em empregar materiais de altíssima resistência, no entanto, essa resistência não pode ser tal que, em caso de falha do edifício, seja pelo material em si, seja quando ele se vincula e solidariza-se com outras técnicas construtivas e inviabilize a equipe de manutenção de sanar o problema. Pior situação seria chegar à conclusão de que deve-se submeter o produto danificado ao descarte, restando um novo problema de reposição, logística e todo um novo aporte de recursos financeiros necessários.

Outro processo de depreciação dos materiais e elementos arquitetônicos nas edificações socioeducativas é a ocorrência de alterações pontuais de elementos arquitetônicos, acabamentos ou trechos da edificação sem o adequado acompanhamento técnico de engenheiros e arquitetos. Em geral essas obras irregulares deixam a desejar em termos de qualidade técnica, trazendo erros de construção e desenvolvendo anomalias nas relações entre os demais materiais que podem acelerar o processo de degradação da edificação como um todo. Os gestores devem ter a consciência que execuções sem o devido acompanhamento técnico podem significar mais problemas a longo prazo que as almejadas soluções de curto prazo. Muitas vezes acompanhei trocas de peças hidrossanitárias que podiam até solucionar o problema imediato, mas criavam outras incongruências, como vazamentos nos sub-ramais de água e infiltrações, que antes não existiam, em compartimentos anexos. Por vezes o conjunto de alterações irregulares e não planejadas era de tal monte que comprometiam todo o sistema de pressão e vazão do conjunto.

Essas obras irregulares, muitas vezes endossadas – quando não propostas – pelos gestores e diretores de Unidades ocorrem na tentativa de resolver os problemas, atalhando etapas de levantamento e análise técnica. Levados pela ansiedade, muitas situações são resolvidas de forma equivocada.

Deve-se avaliar a causa efetiva do problema. Muitas vezes, o mau uso de um elemento ou um espaço não precisa levar a uma alteração dos elementos arquitetônicos se o mesmo problema pode ser resolvido por uma mudança de postura, de hábito ou de rotina dos usuários. Se os adolescentes promovem o mau uso ou o vandalismo de um elemento arquitetônico qualquer, esse é um bom momento para uma ação socioeducativa, não uma ação desesperada que desconsidera as normativas da construção civil.

Esses são alguns exemplos que não encerram a diversidade de estratégias possíveis de abordagem. Há de se pensar ainda em planos de manutenção preventiva e não só na manutenção corretiva. É no planejamento de ações que pode haver uma diminuição dos impactos negativos de todo o mau uso que um prédio de internação sofre. O denominador comum para um programa de manutenção preventiva é a verificação periódica dos elementos arquitetônicos listados como mais críticos para a plena operacionalidade do prédio. A ideia é antecipar eventuais problemas que causam gastos maiores com a manutenção corretiva. Tabelas de temporalidade para limpezas e desentupimentos de caixas de inspeção dos esgotos cloacais e pluviais, revisão de centrais de disjuntores elétricos, limpeza de pisos, pinturas, etc.

Toda essa questão de especificação dos materiais, buscando a melhor relação *durabilidade X praticidade de manutenção X estética desejada*, se faz presente mesmo porque as edificações de internação não podem se dar ao luxo de permanecerem semanas (ou mesmo dias, horas...) com parciais interditadas, sem uso e funcionamento. Esses prédios teriam planos de ação emergenciais, assim como os planos de manutenção preventiva.

A resposta ao dano concretizado deve ser a rapidez entendida como necessária.

Para tanto, pode-se utilizar a ferramenta conceitual da matriz GUT (Gravidade, Urgência e Tendência), a qual contribui para as tomadas de decisão, classificando e priorizando necessidades.

NOTA	GRAVIDADE	URGÊNCIA	TENDÊNCIA ("se nada for feito...")
5	extremamente grave	precisa de ação imediata	... irá piorar rapidamente
4	muito grave	é urgente	... irá piorar em pouco tempo
3	grave	o mais rápido possível	... irá piorar
2	pouco grave	pouco urgente	... irá piorar a longo prazo
1	sem gravidade	pode esperar	... não irá mudar

Tabela 2 – Classifica as demandas com notas de 1 a 5 nos quesitos Gravidade, Urgência e Tendência.

PROBLEMA	GRAVIDADE	URGÊNCIA	TENDÊNCIA	GRAU CRÍTICO (GxUxT)	SEQUÊNCIA DE ATIVIDADES
Vazamento no banheiro	4	3	3	36	3º
Goteira no telhado	5	4	3	60	2º
Janela emperrada (sem abertura)	2	1	2	4	4º
Disjuntor em sobrecarga	5	5	4	100	1º

Tabelas 3 – Atribuição de notas GUT em exemplo de Matriz GUT hipotético. Cada quesito recebe uma nota que é multiplicada e aplicada uma sequência de atividades de execução pela equipe.

O uso da matriz GUT é um bom exemplo de como gerenciar um grande volume de demandas, mas ela não é suficiente. Existem outras ferramentas de planejamento estratégico que complementariam e melhor direcionariam as ações de manutenção. Poderia ainda haver dispositivos de controle de tempo. Isso porque, em prédios de uso socioeducativo, a tendência de surgimento de novos problemas de alto grau crítico é muito grande. Então, por exemplo, uma demanda de grau crítico baixo (que está no fim da fila de atividades) pode tornar-se prioridade máxima após um dado tempo, também para não comprometer a competência da equipe dirigente.

Uma série de problemas relativos à durabilidade e resistência seria resolvida com alguns fatores:

1. uma boa descrição técnica, com especificações de materiais e tecnologias construtivas condizentes com a realidade dos usuários;
2. um bom projeto que atenda às normas e esteja condizente ao programa de uso, ou seja, a função previamente estipulada;
3. a qualidade dos materiais empregados;
4. o apuro técnico adotado durante a obra.

Outro ponto que ainda deve ser considerado é quando a Unidade mantém-se por um certo tempo com número de internados acima do número de vagas. Essa superlotação representa uma deterioração mais acelerada, pois o mau uso do prédio é ampliado exponencialmente. De fato, não há estudos que determinem o quanto a superpopulação contribui na depreciação da edificação, o que poderia passar a ser objeto de pesquisa.

A superlotação se dá porque quem determina o ingresso de um adolescente que cometeu ato infracional na medida de internação é o Poder Judiciário e quem aplica a medida socioeducativa é o Poder Executivo de cada Estado. Como não é o mesmo ente público, é comum o não-planejamento do manejo das vagas. Cabe lembrar o disposto no capítulo de *Tipologias Arquitetônicas*, sobre os altos custos de obras novas e ampliações, e o aumento da população e dos índices de violência. Por relação inversa, somos levados a ter sempre menos vagas frente às determinações judiciais de internação.

Essa matemática perversa é sustentada pelos papéis que alguns setores da sociedade forçam a ocorrer. O primeiro é a pequena destinação de recursos financeiros para a construção de novas vagas³, afinal de contas, muitos entendem que não se deve investir em infraestrutura e espaço de qualidade para quem cometeu atos infracionais – segue-se uma lógica punitiva pela privação de liberdade sem as qualidades humanitárias condizentes. O segundo é a pressão exercida no Poder Judiciário para que tome sempre as atitudes necessárias, seja para remover determinado indivíduo da sociedade, seja para punição da prisão, como visto acima.

Esses dois fatores trabalham associados, estabelecendo o pior quadro, que seria a superlotação de espaços degradados e escassez de recurso humano de ressocialização. O processo socioeducativo fica comprometido como um todo e não há a recuperação esperada pela mesma sociedade que clama por uma queda dos índices de violência. A lógica é completamente contraditória. A mídia ainda entra no jogo e muitas vezes traz uma visão negativa dos fatos, colocando como se fosse um simples e consciente desejo dos poderes públicos oferecer condições desumanas de internação para adolescentes.

Essa lógica precisa ser repensada. A balança precisa ser reequilibrada.

³ A pequena destinação refiro-me proporcionalmente à demanda necessária.

ESTÉTICA DA SEGURANÇA

Eu não queria nada bonito; eu queria ter uma afirmação clara de um modo de vida. (KAHN, 2010, p. 50)

Um dos quesitos mais polêmicos ao abordarmos o projeto de um CASE é a segurança. É no princípio de como tratar com os adolescentes em regime de internação que se dá o tom. Existe uma relação direta entre o entendimento do grau de periculosidade dos indivíduos internados e a abordagem estratégica, tanto da vigilância quanto das ações reativas.

Os conflitos devidos a oposições hierárquicas são ampliados tremendamente pela simples tensão de estar em contato com jovens considerados violentos e explosivos. [...] além dos problemas inerentes à instituição burocrática, leva em consideração o fator segurança, fator que perpassa as relações entre todos os níveis de perturbação da ordem institucional que se traduzem através das categorias "agitação", "tumulto", "fuga" e "motim", propriamente dito, e que nos mostram graus de risco que de certa forma fazem parte do repertório institucional. [...] O "medo de motim", "risco" de violência está introjetado no sistema, tanto pelas suas consequências em si, quanto pelo uso político que é feito dessas situações. (FONSECA e BARCELLOS, 2001, p. 80)

A consequência desse pensamento é que quanto mais intenso é o investimento em segurança, mais comprometida fica a estética da arquitetura curativa, pois mais ela nos afasta do meio ambiente natural e mais nos desumaniza¹. Por isso, em geral, quem pensa com o foco na vigilância e táticas reativas de contenção se opõe a quem percebe a situação da internação sobre uma ótica dos direitos humanos. Essa polarização é reforçada muito mais por uma falta de diálogo aberto e constante entre as partes.

¹ No ambiente urbano da cidade não é diferente. Quanto mais grades nas casas, câmeras de vigilância nos prédios e outros aparelhos, existe o objetivo de aumentar a segurança, mas paradoxalmente ocorre um aumento da noção que aquele ambiente é inseguro. Esse é um tema explorado por Jane Jacobs (2011) em *Vida e morte nas grandes cidades*.

Talvez seja útil tomar algumas reflexões iniciais, a começar por uma reiteração de que um CASE ainda mantém em sua essência o conceito de uma instituição total. Goffman (2010, p. 16) também pondera que toda instituição tem tendências de "fechamento", ou seja, até certo ponto isola-se do mundo, criando regras que são somente aceitas e seguidas no seu interior. Cada instituição possui graus de fechamento diferenciados e o que caracteriza uma instituição total são suas barreiras sociais (com o mundo externo) e físicas, que proíbem a saída dos internos.

Em algum momento, as pessoas sentem-se desconfortáveis em expor essa verão, com medo infundado de associar o CASE a condições desumanas, ou mesmo o medo de mostrar que um CASE ainda guarda uma essência de instituições que existem desde o início do século XIX.

Na verdade, muitos prédios mantêm suas funções básicas desde sempre. A função que define uma biblioteca continua sendo guardar livros. Um hospital continua sendo um lugar onde as pessoas se dirigem para curar-se de doenças. Um restaurante continua sendo um lugar onde as pessoas vão para se alimentar.

O que deve ficar claro é que a essência da instituição não se alterou drasticamente, mas suas práticas diretas sim. Não o objeto e o objetivo foram alterados, mas a metodologia, seu Programa de Atendimento.

Posto isso, podemos afirmar que uma das estratégias mais diretas de segurança lançadas em um CASE é a das barreiras físicas. Ou, como postula Foucault (1987, p. 122), uma das técnicas de ordenação espacial para privação da liberdade é a cerca: "[...] especificação de um local heterogêneo a todos os outros e fechado em si mesmo."

Apenas para reforçar e acrescentar o que já foi discutido na questão da vigilância, tenha-se claro que, mesmo diante de toda uma carga e peso humano frente à implantação de um CASE, trata-se de um equipamento urbano que priva a liberdade do indivíduo. Em termos de funcionalidade arquitetônica, é regido por uma ordem prisional. Não é uma prisão, mas os adolescentes ali internados somente saem com ordem do Poder Judiciário. Muitos entendem essas afirmações como semântica, o que traz inconvenientes à execução das medidas, pois abre-se caminho para interpretações equivocadas.

O objetivo deste livro não é discutir as similaridades e diferenças entre o sistema prisional e a socioeducação, mas sim abrir a discussão desse complexo programa arquitetônico e trazer o arquiteto e urbanista à sua participação.

A situação é carregada de paradoxos entre os adolescentes, seus atos infracionais cometidos e o contexto socioeconômico de que vieram, o que muitas vezes torna difícil promover as ações socioeducativas em si. Entre promover a contenção física e promover ações humanizadoras de liberdade – pois a própria privação de liberdade em si é desumanizadora – o conjunto de artefatos de vigilância, barreiras físicas e ações dos funcionários da instituição é uma realidade que é constantemente rediscutida e revisitada com o passar dos anos.

Já nas células menores de um CASE, os dormitórios, vemos a aplicação de outra das técnicas de ordenação espacial citada por Michel Foucault: o da localização imediata, também chamado quadriculamento.

Cada indivíduo no seu lugar; e em cada lugar, um indivíduo. Evitar as distribuições por grupos; decompor as implantações coletivas; analisar as pluralidades confusas, maciças ou fugidias. O espaço disciplinar tende a se dividir em tantas parcelas quanto corpos ou elementos há a repartir. (FOUCAULT, 1987, 123)

Uma das formas dos funcionários suprimirem eventos que podem levar a um motim é a promoção da troca e apoio entre os agentes socioeducadores de diferentes alas. As alas são o primeiro conjunto de dormitórios e podem haver mais de uma ala dentro de uma única edificação (podendo haver mais de uma edificação de alas e seus respectivos dormitórios). Nas alas, que é onde se concentram os adolescentes, os conflitos tornam-se mais palpáveis. Os adolescentes com tendências mais agressivas e contestatórias são objetos de constantes cuidados e atenção pelo corpo funcional.

Os princípios temor (medo) – risco (perigo) perpassam a totalidade das estruturas, centrais e setoriais da instituição. O lugar mais evidente dessa preocupação é nas alas onde vivem os internos e explica as revistas periódicas e vigilância constante contra a possibilidade dos internos aproveitarem algum talher, pedaço de tela, mesa de ping-pong, ou até caneta como "estoque". O risco de motim dos internos, presumido sempre por todos os escalões e categorias profissionais, se reproduz em cascata. O "risco" presumido induz a vontade-necessidade de controle, uma vez que a perda de controle aponta para o risco de "violência física". (FONSECA e BARCELLOS, 2001, p. 81)²

Cada ala pode assim ser organizada para atender diferentes perfis de adolescentes ou diferentes medidas socioeducativas, promovendo uma das técnicas disciplinares postuladas por Michel Foucault, a da classificação.

As disciplinas, organizando as "celas", os "lugares" e as "feiras" criam espaços complexos: ao mesmo tempo arquitetônicos, funcionais e hierárquicos. São espaços que realizam a fixação e permitem a circulação; recortam segmentos individuais e estabelecem ligações operatórias; marcam lugares e indicam valores; garantem a obediência dos indivíduos, mas também uma melhor economia do tempo e dos gestos. (FOUCAULT, 1987, p.126)

² Estoques são os elementos caseiros pérfurado-cortantes que os adolescentes usam como instrumento de defesa e ataque.

Cada ala possui, além da sua "fileira" de dormitórios, um local estratégico de permanência dos agentes socioeducadores. Para um melhor conjunto de ações de contenção de motins, o zoneamento espacial das alas deve proporcionar uma aproximação dos pontos de permanência dos agentes, prevendo seu apoio mútuo e melhor controle no trabalho de vigiar os adolescentes.

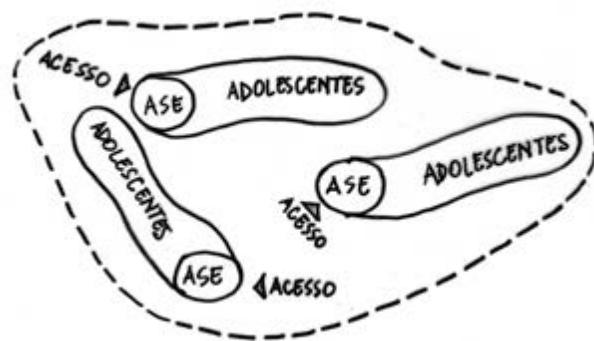


Figura 28 – Para acessar cada ala, passa-se pelo controle dos agentes socioeducadores (ASE), daí chega-se aos espaços destinados aos adolescentes.

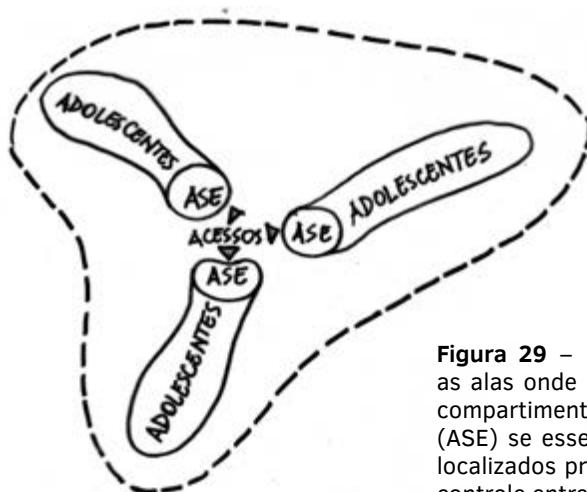


Figura 29 – Na elaboração do zoneamento, para acessar as alas onde estão os adolescentes, é preciso passar pelos compartimentos controlados pelos agentes socioeducadores (ASE) se esses compartimentos (e seus acessos) estiverem localizados próximos uns dos outros, melhor se procederá o controle entre as alas.

Esse zoneamento aproxima-se formalmente do modelo de Panóptico, mas diverge quanto à funcionalidade e seus fluxos, uma derivação conceitual.

O panoptismo é conceito estratégico, permitindo seu enquadramento enquanto tipologia arquitetônica, pela qual um conjunto de alas é distribuído radialmente, tendo seu centro o setor de controle. É modelo preponderantemente geométrico e trabalha com o uso da luz e da contra-luz para promover a visão plena de cada cela ao vigilante e o mínimo de domínio visual aos detentos.

Dai o efeito mais importante do Panóptico: induzir no detento um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder. Fazer com que a

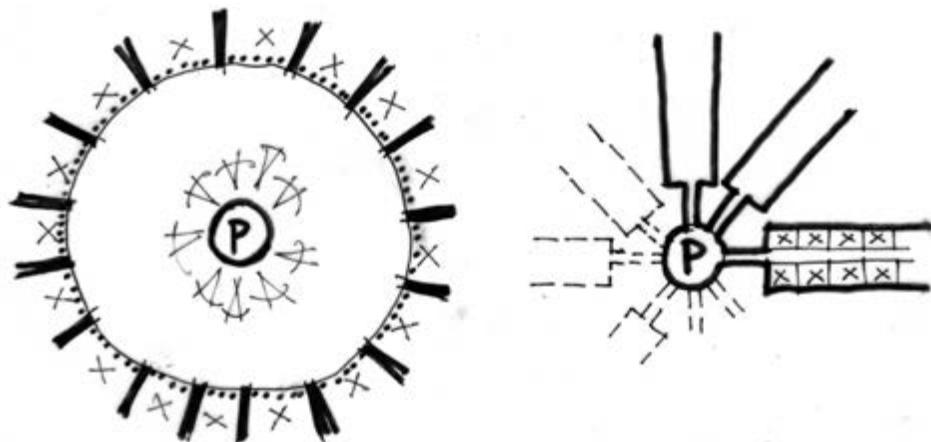


Figura 30 – O desenho conceitual do panóptico (esquerda) distribui as celas, todas voltadas para o ponto central (P), onde ficavam os guardas, em eterna vigilância. No modelo da direita, a central de vigilância era mais uma central de controle de acesso e distribuição – o interior das celas não era possível ser totalmente avistado dessa central.

vigilância seja permanente em seus efeitos, mesmo se é des-contínua em sua ação.

[...]

É uma maneira de obter poder [...] (FOUCAULT, 1987, p. 166 e 170)

Cabe ressaltar que a abordagem radical do panóptico não deve comparecer nos modelos de CASE's, apenas a estratégia do zoneamento (modelo da direita da Figura 29). Dessa forma, o desuso da preponderância geométrica e do uso da luz como controle de visuais não promove o “funcionamento automático do poder”, que seria daninho ao trabalho socioeducativo. A ideia não é subjuguar os adolescentes, mas empoderá-los com autonomia no convívio social.

O controle existe e tem seu papel no CASE. O próprio aprisionamento não é mais o puro aprisionamento – solução simplista e desumana. Deve-se trabalhar a arquitetura do CASE, cuidar os nichos e recantos, para que eles sejam usufruídos. Os gradis e vazados não são barreiras físicas, mas filtros de sol, ventos, luz... Também são filtros de atividades, de momentos de relaxamento e privacidade, espaços diferenciados para adolescentes em estágios diferentes de medida socioeducativa. Cada elemento arquitetônico é repensado além da contenção - o que ele pode oferecer a mais?

O velho esquema simples do encarceramento e do fechamento – do muro espesso, da porta sólida que impedem de entrar ou de sair – começa a ser substituído pelo cálculo das aberturas, dos cheios e dos vazios, das passagens e das transparências. (FOUCAULT, 1987, p. 144)

Já as barreiras físicas são os exemplos mais utilizados, pois requerem baixo custo de manutenção, mesmo que não tenham custo de construção tão baixo, em alguns casos.

As barreiras físicas lineares, como os muros, guaritas, cercamentos, faixas de circulação restrita impedem o livre trânsito e são os mais comuns das tipologias arquitetônicas prisionais. Tais elementos existem no CASE e dele fazem parte. Vamos falar um pouco de cada um deles:

- **MUROS:** existem diversos tipos de muros, enquanto barreiras, que variam entre físicas, restringindo áreas, bloqueando passagens e/ou impedindo visuais. Para cada caso, pode-se empregar muros diferentes, o que inclusive dinamiza a paisagem, adequando-a a cada caso. Uma ideia possível é utilizar os muros como efeito decorativo, com grafites ou similares, propondo oficinas aos adolescentes. Em outros casos, o uso de cores claras, que refletem a luz solar, pode servir para incrementar o fator de iluminação indireta dos ambientes internos. Os muros que forem projetados com passarela no alto de sua prumada, ou seja, ligando uma guarita à outra, representam incremento de vigilância e segurança, pois é preciso vencer, além da altura do muro, a passarela que se apresenta como mais uma barreira a ser transposta. A passarela linear e ininterrupta oferece a melhor redução de “pontos cegos”, deixando os adolescentes com a constante percepção que podem estar sendo vigiados.
- **CERCAMENTOS:** assim como os muros, existem diferentes tipos e alturas, empregadas para diferentes situações. A grande diferença é que eles trazem uma permeabilidade visual, o que não significa haver uma melhora na sensação de espaço aberto ou do significado de liberdade, pois algumas cercas (e muros também) acrescentam complementos mais agressivos, como arame farpado (lineares, planos e espirais).
- **FAIXA DE CIRCULAÇÃO RESTRITA:** quando extensões de muros e cercas se paralelizam e as faixas de terra que as separam servem apenas para circulação dos vigilantes. Significam que as barreiras físicas impostas, em sequência, funcionam com melhor desempenho do que isoladas, pois ninguém com autorização expressa pode circular ali.

As guaritas são construções pontuais, não lineares, mas em geral, associadas a muros ou cercas, localizadas em geral nas suas quinas, mudanças de direção ou para dividir longas extensões. Servem como postos de vigia e observação, de pequena metragem, mas grande altura. Atendem alguns serviços complementares, como linhas telefônicas da vigilância e alturas necessárias para câmeras de vigilância e iluminação artificial (que são outros elementos utilizados para incrementar a segurança).

Existem também os sistemas de alarmes por sensores de movimento, pressão e calor, mas menos utilizáveis, pois dependem de custos elevados de manutenção. Seu uso pode gerar uma “falsa sensação de segurança”, fazendo com que a vigilância humana “relaxe” ou, por questões de custos, tenha o número de pontos contratados

reduzidos, o que pode ser um grande erro, quando não associado a um incremento dos contratos de manutenção dos sistemas eletrônicos.

Dos sistemas eletrônicos mais utilizáveis, estão os circuitos fechados de televisão (CFTV), associados a centrais de monitoramento e CPU's de armazenamento. Complementarmente, o uso de portas detectoras de metais vem sendo repensado, como complemento ao acesso ao CASE. Portas magnéticas com liberação por controle remoto também estariam associadas para flexibilizar a ação da vigilância humana.

Outros sistemas eletrônicos podem ser citados e associados, como o de identificação eletrônica para acesso da Unidade, mas todos precisam ser avaliados no seu custo X benefício, pois é equipamento de grande investimento físico e humano.

Ainda devemos estar atentos e sensíveis ao entorno imediato em que o CASE está inserido, pois ele traz, eventualmente, outras barreiras físicas. Nos dias de hoje, as propriedades vizinhas podem já conter barreiras lineares complementares às barreiras do próprio CASE, formando naturalmente faixas de circulação restritas. Da mesma maneira, acidentes geográficos naturais ou artificiais, como encostas íngremes de morros, valões, talvegues, seriam pensadas como barreiras complementares, não tirando o papel da vigilância ou da barreira linear principal, mas sendo muito úteis, ainda mais se associadas às guaritas. Em cada caso, deve-se ter uma avaliação criteriosa dessas barreiras, mesmo porque não se pode contar com elas como sendo únicas em ação.

Para finalizar, também é importante associar um número pequeno de acessos ao intramuros³ do CASE. O ideal é haver apenas uma passagem para vencer a barreira física principal e as barreiras físicas complementares. Em todo caso, devem ser em menor número possível. Em cada acesso, faz-se necessário a presença de guaritas ou pontos de identificação, em geral com ação da vigilância humana.

Está claro que todos esses elementos associados, mais a presença de pessoal que tem o exclusivo papel de fornecer a segurança do CASE não delimitam por si a questão simbólica e de significância que as barreiras possuem.

Barreiras são intervalos.

Separam processos, funções e conteúdos.

Separam também seres humanos.

Goffman (2010, p. 24) afirma que a barreira entre o internado e o mundo externo assinala a primeira mutilação do eu. Não é possível a plena expressão do indivíduo, pois seus diversos papéis (membro de uma família, trabalhador, estudante, pacien-

³ Intramuros seria a região mais internalizada do CASE, onde se dão as atividades da Unidade com participação dos adolescentes.

te, etc.) estão misturados e interligados nas suas rotinas dentro das instituições totais. E se o indivíduo se encontra em desarmonia, sua saúde e integridade ficam comprometidos. Essa ruptura entre o indivíduo e o mundo externo que é situação intrínseca das instituições totais, nos centros de atendimento socioeducativo não é diferente. O que ocorre são consequências antagônicas. Uma delas é o desligamento com o mundo que o adolescente conhece e se relaciona (que em geral não se apresenta como o melhor, ainda mais se o ato infracional está relacionado com o tráfico de drogas). O outro é que o mesmo desligamento com o mundo externo afeta sua identidade, pois nós somos alguém sempre em um determinado contexto específico. A condição de internado, ao mesmo tempo que é esperada e faz parte do processo de ressocialização, é dolorosa e perturbadora.

Goffman (2010, p. 150) analisa que organizações sociais que funcionam limitadas fisicamente por barreiras exigem que seus integrantes participem visivelmente das suas atividades programadas.

[...] o que exige uma mobilização da atenção e de esforço muscular, certa submissão do eu à atividade considerada.

O muro é uma barreira física das mais concretas. Simbolicamente coloca-se como intransponível, ou melhor, traz uma mensagem clara e direta: “daqui não se passa”. Por um tempo, ainda não claramente determinado, o adolescente deve aceitar sua condição de internado⁴. Muitos deles terminam encarando o vencer as barreiras que os contêm como um desafio. É esse desejo de enfrentamento que estimula muitas fugas.

Mas a mensagem clara pode servir como um reforço da marginalização da sociedade frente ao adolescente. Com certeza, o muro pelo muro traria esse simbolismo, não fosse associado ao conjunto edilício que reproduz o cenário urbano, permitindo aos usuários do CASE assim se sentirem, propiciando que desenvolvam um comportamento cidadão, resgatando, ao menos em parte os danos da mutilação do eu a que se referia Erving Goffman.

Pareço ser tendencioso ao defender o uso de muradas como barreiras físicas perimetrais, mas é a experimentação dos espaços em diferentes gerações de CASE's que leva a certeza de que é o transitar entre diferentes prédios, de diferentes funções que promove um destensionamento da Unidade de Internação. Muitos funcionários que trabalham nesses CASE's cercados por altos muros com passarelas no seu topo, afirmam que, depois de um tempo, até esquecem que o muro está lá. O que importa é o ambiente externo à edificação e as edificações e seus acessos em si.

Já o cercamento é visivelmente permeável. E não há controle visual sobre o que está por fora dessa barreira. Permitir avistar-se uma linha do horizonte é permitir o descontrole coletivo sobre as relações de entorno. O horizonte, como idealizamos romanticamente, não está presente na condição de muro, mas nossas propriedades

⁴ Mesmo sabendo que há um limite de tempo da medida socioeducativa de no máximo 3 anos.

visuais em três dimensões sempre tratam de nos fornecer uma linha do horizonte e pontos de fuga⁵.

A falta de controle visual externo dado pelas cercas pode simbolizar uma amplitude de visão conceitual e buscar uma compreensão de que o mundo é muito maior do que costumamos perceber. No entanto, se a mensagem de “proibido passar” está posta, não é contundente, nem mesmo eficaz. Vencer cercas é algo muito mais fácil que muros, sendo ambos dotados de muita altura. Daí a necessidade de incrementar a simples cerca com outros aparatos físicos, que desestimulem os adolescentes a transpô-la. Refiro-me aos arames farpados, os cabos em espiral, os ouriços, as telas laminadas, etc.

E as ações de fuga são cada vez mais desafiadoras, o que leva os dirigentes dessas unidades a pensar que quanto mais forem os investimentos em segurança, mais comprometida com a noção de que essa sociedade em que vivemos não é segura. Parece um contrassenso, mas é o que autores como Paul Dieter Nygaard (2010) e Jane Jacobs (2011) postulam. Para quem transita em uma rua, quanto maior o número de prédios e casas cercadas e/ou muradas maior é a percepção de insegurança. Do contrário, quando a presença humana em cada lote se demonstra por jardins cuidados, ausência de cercamentos, ausência de grades nas janelas, e outros tantos meios demarcatórios de territorialidade em caráter propositivo, maior as chances de que entendamos esses meios urbanos como bem cuidados e estruturados quanto à violência.

Indifere o significado do cercamento perimetral para quem está dentro de quem está fora do CASE. A mensagem de estarmos dominados pela violência urbana continua se passando. No entanto, o muro sólido, transmite uma mensagem para quem está dentro e outra totalmente diferente para quem está fora. Cabe aos demais elementos arquitetônicos “quebrarem” os aspectos negativos dessas mensagens⁶.

A força simbólica do muro não pode ser julgada olhando somente para ele. Esse seria um julgamento cru. Deve-se olhar o contexto em que ele é inserido e principalmente o contexto que ele propiciará.

Obviamente o muro estrutural e de grande altura, ainda mais combinado com guaritas e passarelas, é um dos elementos mais caros do conjunto arquitetônico e sequer é área construída para usufruto, mas como postulam os Parâmetros Arquitetônicos para Unidades de Atendimento Socioeducativo do CONANDA:

Para a segurança da Unidade de internação é fundamental o maior investimento em segurança externa, diminuindo os riscos de invasões e evasões e assegurando tranquilidade para o trabalho socioeducativo.

5 Sem no entanto desconsiderarmos que há um limite de tempo de vivência dessa espacialidade limitada, sendo necessário, com uma certa frequência, que todo ser humano esteja em contato com visuais mais amplas que as que 2,5 hectares propiciam.

6 Para exemplificar formas de tratar a presença do muro na paisagem urbana, para quem está fora, basta ler o capítulo *Implantação de CASEs* no meio urbano.

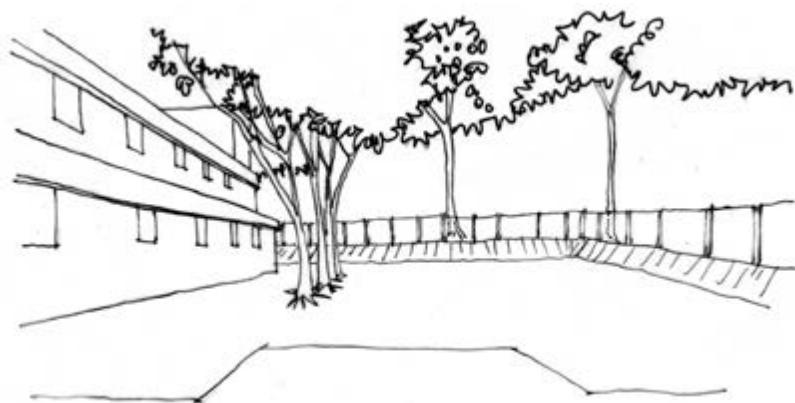


Figura 31 – O espaço que está em desuso pela falta de apporte de segurança...

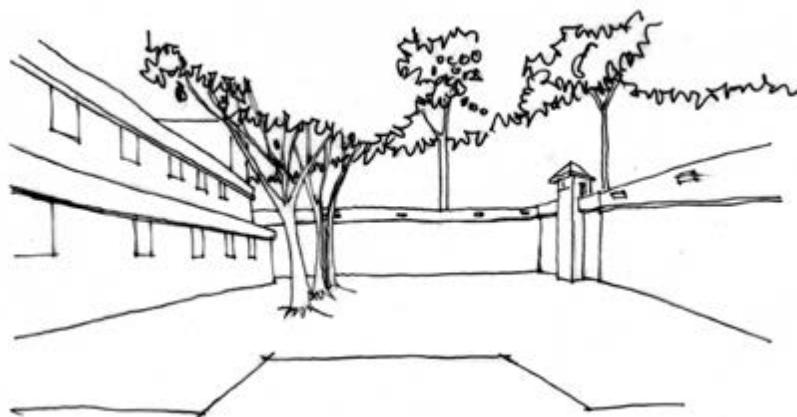


Figura 32 – ... Não está concluído somente com a infraestrutura instalada...

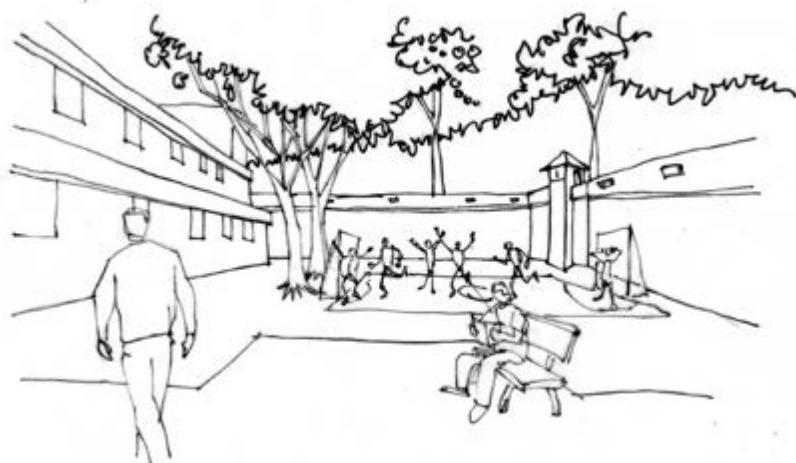


Figura 33 – ... Mas estará apenas com a presença das pessoas.

Assegurar que a organização espacial, funcional e a estrutura física das Unidades de atendimento socioeducativo – orientadas pelo projeto pedagógico – favoreçam a convivência entre os profissionais e adolescentes em um ambiente tranquilo e produtivo onde as situações críticas tenham chances reduzidas de eclosão e proliferação. (BRASIL, 2006, p. 28 e 65)

Quanto mais se investe em elementos arquitetônicos de contenção, menos se investe em recursos humanos voltados para a contenção⁷. Os adolescentes percebem que a dificuldade das fugas é grande e acomodam-se à situação. Os riscos de acessos indevidos e invasões são reduzidos. Os funcionários podem investir mais do seu tempo de trabalho na socioeducação e menos em medidas de contenção e reprimendas.

Toda a estratégia visa ao distensionamento da Unidade. A segurança de um CASE pode se configurar como as camadas de uma cebola.



Figura 34 – Ingressar em uma instituição como um CASE é como adentrar de camada em camada.

A medida que os adolescentes e os familiares adentram, vão *incorporando* as restrições impostas, as regras de funcionamento da Unidade. Com a diminuição progressiva da liberdade dos adolescentes, também se processa a destituição do seu eu-indivíduo (no caso, ainda muito vinculado ao seu papel como infrator). A medida que os funcionários vão entrando, vão *apropriando*-se do poder necessário para aplicar as regras restritivas.

É um jogo de submissão (adolescentes) e apropriação (funcionários). Para cada camada, a balança do poder vai pendendo mais para a instituição e menos para o adolescente. Essa dupla condição é que leva ao distensionamento. Esse é o motivo pelo qual se evita reforçar o ato infracional do adolescente⁸, pois não estaria sendo destituída sua característica de infrator.

7 É claro que existe um limite para esse raciocínio e é bom entender que por mais investimentos físicos e tecnológicos de contenção, nunca pode haver a supressão do controle humano. E entenda-se que assim o recurso humano pode ser voltado mais para a socioeducação em si.

8 Já ouvi alguns gestores e funcionários trazerem históricos de adolescentes específicos durante o trabalho como se fosse uma curiosidade mórbida: "Aquele ali fez *tal coisa*..."

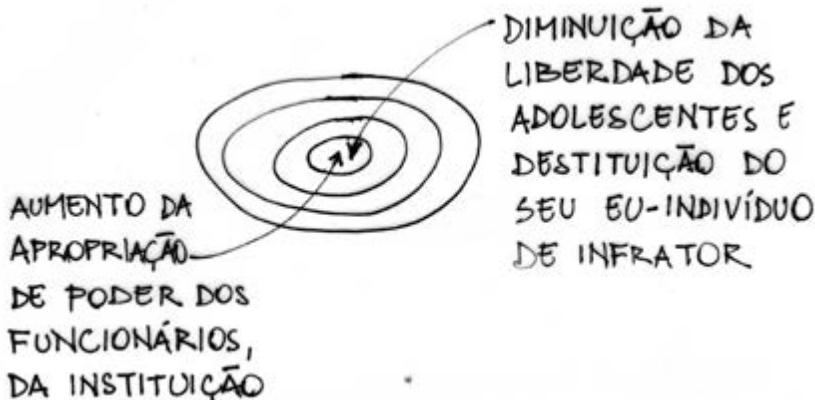


Figura 35 – E cada camada é percebida diferentemente por cada grupo social.

E, apenas para reforçar o que já foi discutido sobre manutenção do muro, o incremento de passarela sobre ele oferece uma proteção às intempéries, reduzindo a necessidade de manutenção (limpeza e pintura), o que, em uma grande extensão de fachada, seria serviço de alto custo. Já no caso das cercas perimetrais, quando há um rompimento das mesmas (situação muito mais suscetível a ocorrências), “remendos” sempre são soluções paliativas, havendo por vezes a necessidade de substituir grandes extensões de telas ou ainda sobreposições, o que também nunca é feito com o melhor acabamento e termina por passar mensagens do tipo que o cuidado com a segurança é enjambrada, não planejada.

São essas mensagens que passamos através da manutenção das edificações que afetam em muito o significado das mesmas tanto para os adolescentes, e funcionários quanto para as pessoas que estão do lado de fora. Quando essa manutenção não é bem realizada, as leituras das pessoas podem ser:

“Eles trabalham sem planejamento. Que lugar mal cuidado!”

“Viu? É fácil fugir por ali!”

“Aquele lugar parece abandonado...”

“Isso daí dá muito medo...”

Todo o dia, a toda hora, a equipe dirigente e os funcionários de um CASE devem lidar com a clara noção de que a medida socioeducativa de internação é uma afronta à liberdade dos adolescentes e, por mais razão e consciência de que essa medida foi necessária, encontrarão no adolescente hostilidade quanto a isso.

Temos, além disso, que atentar para não tratarmos tudo como se fosse uma questão de segurança. A segurança da contenção não é a espinha dorsal das ações socioeducativas e do projeto arquitetônico. Segurança é mais que sobreposições de barreiras físicas, que são ações preventivas de situações perigosas. Segurança é

saber agir na medida exata diante de cada caso que se apresenta. Ou como diz Wendy Reid Crisp:

Segurança não é a ausência de perigo; segurança é o gerenciamento do medo. (MEDEIROS, 2014)

Goffman (2010, p. 77) alerta ao cuidado de que temos que ter ao dar pesos e interpretações diferentes a cada doutrina e como isso pode afetar todas as rotinas:

O fantasma da “segurança” nas prisões e as ações dos dirigentes, justificadas em seu nome, constituem exemplos de tais perigos.

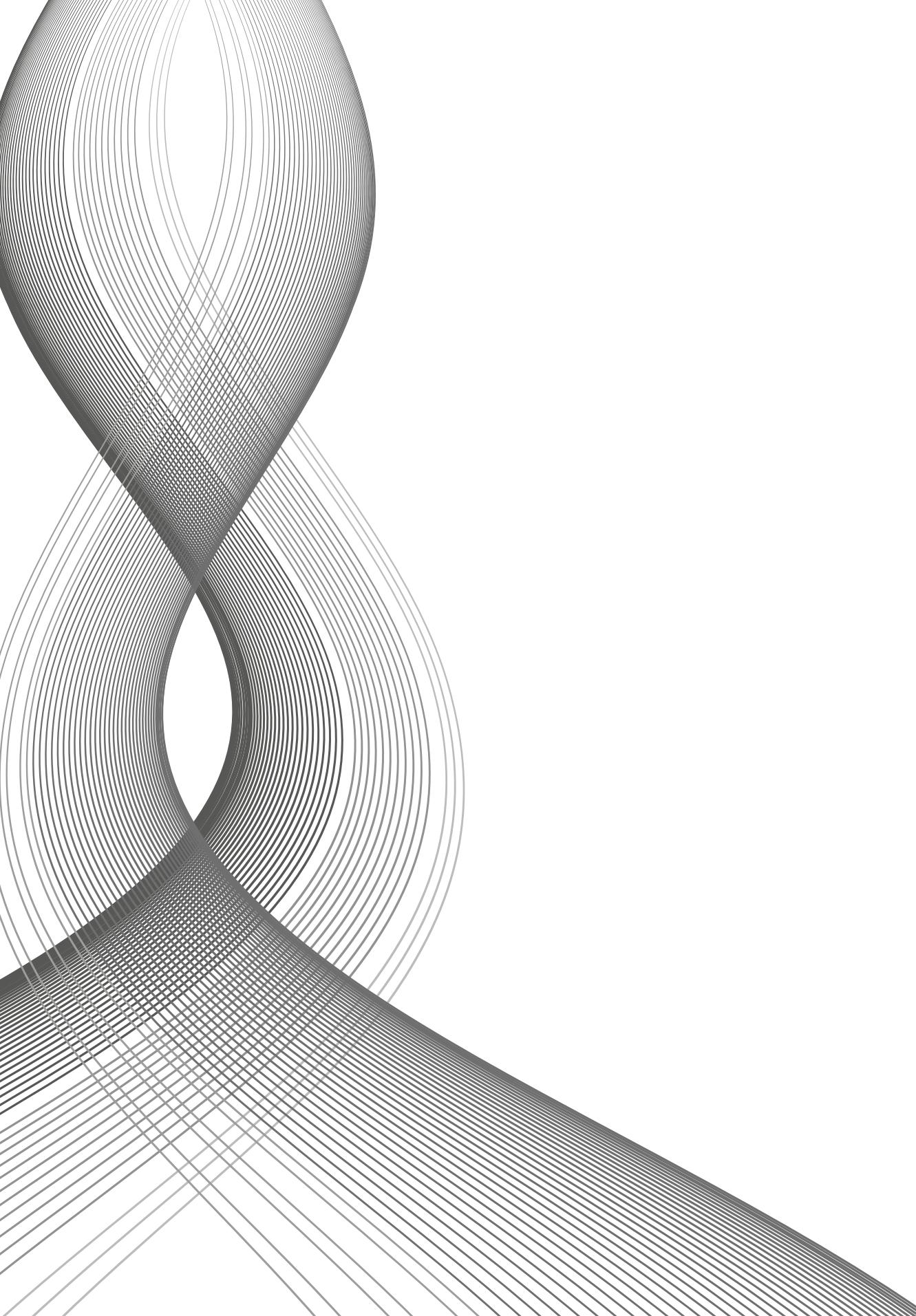
Muito presenciei situações em que em determinadas janelas de um CASE, tipologia ultrapassada, fora colocada, além da grade, uma chapa expandida, para impedir a passagem de objetos indesejados ou mesmo dificultar o vandalismo pelos adolescentes. Diante da ineficiência dessa chapa, a direção da unidade resolveu sobrepor outra chapa expandida, de menor bitola, soldada por cima da primeira! O resultado, no enfoque da segurança imediata, foi um sucesso. No entanto, houve uma redução brutal em termos de iluminação e ventilação naturais naquele ambiente, o que indiretamente afeta a conexão com o meio natural, que promove o estresse e termina por contribuir com o tensionamento da Unidade. Cabe perguntar: houve benefício nessa ação?

Nem tudo pode ser determinado em nome da segurança, mas pensado e refletido frente ao significado de cada rotina, pois a segurança permeia todo momento do CASE.

Quantas vezes ouvimos, justamente das pessoas que mais defendiam os princípios do ECA, que “sem segurança, não há medida sócio-educativa”. Mas dessa dupla exigência – educador e carcerário – que se faz do quadro funcional, a política pública assume apenas o primeiro termo. A parte da segurança, se bem que reconhecida como fundamental por todos, deve ser mantida discretamente no segundo plano. (FONSECA e BARCELLOS, 2001, p. 82)

O pensamento de Louis Kahn, no início desse capítulo serve como reflexão entre o ideal humanitário e o necessário cerceamento da liberdade. Em que haja necessidade dos elementos arquitetônicos significarem algo, passarem uma mensagem, que ao menos a mensagem seja a que realmente se almeja passar.

Que expresse, ainda que impressione!



SIGNIFICADOS NA ARQUITETURA SOCIOEDUCATIVA: A ESTÉTICA À SERVIÇO DA SOCIOEDUCAÇÃO

Nós moldamos nosso ambiente e nosso ambiente nos molda.¹

Em toda ação existe uma significação. Por trás de toda inação, esconde-se uma significação.

Estamos tão imersos em pensamentos que, para podermos agir com maior eficiência, procuramos não transparecê-los a toda hora. Assim, o simples gesto de beber um copo d'água pode significar o quanto eu cuido de mim.

Esse conceito não é desconhecido para arquitetos e urbanistas. Todas as ações projetuais pensadas consideram um certo simbolismo, significam algo. Quando isso não é abordado no projeto arquitetônico, as chances de termos prédios inapropriados é grande. Ocorre um desperdício enorme de recursos e energia no cometimento de erros muitas vezes crassos. Gerações inteiras pagam esse preço ao tentar viverem o espaço, mesmo quando ele não colabora para tal.

Assim, parece legítimo refletirmos um pouco sobre a significação da arquitetura socioeducativa que formos propor, pois, após executada, muitas pessoas passarão por ela e irão se relacionar com o espaço e isso pode ser um desserviço à socioeducação em si.

E não queria parecer redundante ao já postulado em outros momentos, mas podemos iniciar, abordando a questão do significado da privação de liberdade – que ainda enfrenta um mimetismo conceitual ao aprisionamento. E uso o termo mimetismo pois ele encerra seu significado de quando algo aparenta, imita outra coisa, mas que, visto de perto, detalhadamente, não é a mesma coisa!

Indo além da punição, pelo método do aprisionamento, existe ainda uma outra mensagem, que eventualmente vem à tona na sociedade, a de que o aprisionamento punitivo é um controle social. “Quem comete crimes vai preso, logo o número de crimes deve cair.” Esse paradigma da prisão como forma de controle é explorada por Foucault (1987, p. 149):

¹ Winston Churchill

Na essência de todos os sistemas disciplinares, funciona um pequeno mecanismo penal.

O aprisionamento também significa a remoção do indivíduo do convívio social, uma variante mais antiga da punição do banimento. A estrutura de aprisionamento era igualmente antiga, mas existia apenas como forma de detenção para se empregar a punição efetiva que, invariavelmente, era a morte². A privação de liberdade enquanto punição per si é conceito do século XIX, já amplamente criticada:

Porque o trabalho de privar um homem de sua liberdade e vigiá-lo na prisão é um exercício de tirania.

[...]

Ela [a prisão] é a escuridão, a violência e a suspeita. (FOUCAULT, 1987, p. 94)

Ela é a detestável solução, de que não se pode abrir mão. (FOUCAULT, 1987, p. 196)

Então, quando falamos em privação de liberdade de adolescentes – terminologia contida na legislação brasileira atual – estamos tocando nas questões da prisão, da punição, da clausura, do afastamento do indivíduo da sociedade. E por termos a privação de liberdade, cujo conjunto de ações necessárias à manutenção da vida seguem em rotinas particulares de cada instituição, contendo pouca variabilidade (se pensarmos no curso de anos), tal condição aproxima um CASE de um perfil de instituição total.

Em essência, o que o Estatuto da Criança e do Adolescente tenta criar com relação à medida socioeducativa é focar não na punição do aprisionamento, mas na proteção integral do indivíduo que se encontra em fragilidade social associada a um caráter sancionatório e uma perspectiva educativa³.

Na lei mais recente, do SINASE (Nº 12.524), o seu artigo 1º, coloca estratégicamente os objetivos da socioeducação. Temos a desaprovação da conduta infracional, a responsabilização do adolescente e a sua integração social. Em suma, não é mais a punição, a qual principia uma educação pela reprimenda – ainda que se pense que a punição propicia uma educação pela reprimenda. A desaprovação do ato infracional é dada pela sanção judicial e a medida socioeducativa aplicada, ainda que iniciada pela privação de liberdade. Segue pela responsabilização do adolescente: ao erro cometido é o próprio adolescente que deve responder pelas consequências, o que pode significar a sujeição às regras da instituição. O terceiro objetivo, a integração

2 Antes do estilo penal de utilização do tempo (aprisionamento), havia o estilo penal do suplício (castigo). O castigo era aplicado ao corpo. Mas já ao fim do século XVIII e início do século XIX, passa a prevalecer “[...] uma certa discreção na arte de fazer sofrer [...]” O cenário deixa de ser a praça pública e passa a ser a prisão. (FOUCAULT, 1987, p. 12)

3 Conceito expresso por PONZI, Carolina Tombini e GONÇALVES, Samantha Luchese. Internação. In LAZZAROTTO, Gisley Domingas Romanzini et al. *Medida socioeducativa: entre A & Z*; Porto Alegre; UFRGS; Evangral, 2014. Páginas 132 a 135.

social do adolescente inicia-se na aplicação da medida socioeducativa, quando a instituição começa o trabalho de ressocialização, ou seja, o retorno do adolescente à comunidade.

Uma significação muito discursada pelos próprios adolescentes (ainda que talvez influenciada pelo discurso dos funcionários) é que se a internação é um momento de ruptura – privação da liberdade como ele dela usufruia até então – também é um momento de reflexão sobre a trajetória das suas vidas, de renovação de vínculos, de repensar sobre os atos infracionais praticados e as pessoas que foram prejudicadas nos atos cometidos (suas vítimas).

Além da ruptura cultural, trata-se de uma medida que priva o jovem de sua tão valorizada liberdade, sendo percebido como um período de angústia e ansiedade. Tudo isso é acompanhado por uma valorização das suas relações familiares, pois, no momento de sua internação, são esses os únicos que lhe fornecem apoio e atenção dentro da instituição. (FONSECA e BARCELLOS, 2001, 57)

Mas a maioria da nossa sociedade ainda encara o significado punitivo como uma situação desejada, associada à falsa ideia de avanço na segurança própria, graças à remoção do indivíduo-problema do convívio social (do seu convívio social em particular)!

Se a sociedade se "beneficia" com a privação de liberdade do adolescente, não podemos entender porque esse é um conceito pactuado por todos. O valor reside na nossa estratégia de modelo socioeducativo enquanto resgate social, benéfica a cada adolescente enquanto indivíduo. No entanto:

Estar na Unidade de internação, porém, é um sofrimento que marca os adolescentes de diferentes maneiras, não só com a marca da educação, como as pessoas esperam. (SILVA e TIE-TBOEHL, 2014, p. 46)

Goffman (2010) refere-se a isso como o tratamento dispensado aos internados com padrões humanitários, algumas vezes sem olhar para o quadro como um todo (dentro do princípio que o todo é o ser humano ali posto). O olhar "monocular" aos padrões humanitários pode causar mais traumas que apoio a um internado específico. Por exemplo, o SINASE estabelece no Programa de Atendimento de um CASE, a Convivência Protetora (citada no capítulo do Programa Arquitetônico Socioeducativo). Lá o adolescente é resguardado do convívio com os demais internados para sua própria segurança e segurança do grupo. No entanto, essa ação humanitária fica sem sentido se for vista com o caráter punitivo, sancionatório, ou ainda mesmo protetivo, mas sem promover um esclarecimento dos fatos que levaram ao uso de tal medida, ou seja, sem trazer à luz da consciência o porquê está-se aplicando medidas mais restritivas e que poderiam ser vistas como a exclusão dentro da exclusão próprio do CASE.

A organização também delineia quais devem ser os padrões oficialmente adequados de bem-estar, valores conjuntos, incentivos e castigos. (GOFFMAN, 2010, p. 152)

Essas situações trazem verdadeiros dilemas para as equipes de funcionários: aplicar as medidas estabelecidas no programa, respeitando as regras e leis estabelecidas, correndo o risco de inflingir mais dor e humilhação ao interno ou ter um olhar diferenciado para cada caso e correr o risco de gerar situações que fogem ao controle institucional, possibilitando má interpretações pelos demais internados e parte da equipe dirigente⁴. Deve o CASE buscar sua eficiência ou sua eficácia socioeducativa?

E também não estou com isso afirmando que deve haver castigos (oficializados ou não) nem tampouco se eles devem ser suprimidos a zero. Precisa haver, sim, a oficialização e o cumprimento dos padrões de relacionamento dos usuários do CASE.

Observa-se ainda uma dualidade do papel dos técnicos nas Unidades de Atendimento, pois ao mesmo tempo que atendem os adolescentes, eles os avaliam (FONSECA e BARCELLOS, 2001). Essa situação, elevada ao plano institucional, promove relações de desconfiança mútua, em que o adolescente não consegue vincular-se plenamente aos preceitos do processo socioeducativo a que estão sujeitos e em que os técnicos carregam certa desconfiança das falas dos adolescentes durante o processo avaliativo.

Existe uma "tendência dominadora" nas instituições totais, levando a se buscar laços mais que afetivos no seu espaço-tempo interno. Ou seja, muitos funcionários seguem a tendência de ir além dos laços e empatias profissionais. Assim criam-se laços familiares, devido aos longos períodos que eles passam lá dentro. Parece meio óbvio que manter relações familiares fora da instituição e voltados para a comunidade externa é uma forma de escapar dessa tendência dominadora⁵. No entanto, essa situação de relações mais íntimas não se trata de uma regra e depende assim de cada caso para se formar uma condição prejudicial.

Já com os adolescentes, os laços são menos duradouros (além do que os CASE's são generificados) principalmente porque lá não há o interesse em permanecer. Eles não almejam criar vínculos com o local e com os demais membros⁶, mas desejam apenas... sair de lá!

A Unidade recebeu (e recebe) um aporte enorme em energia (humana e financeira) para conter os adolescentes em seu interior. O desejo de fugir daquele lugar é grande. O sentir-se aprisionado é castrador para certas pessoas. Mas para os adolescentes as barreiras físicas podem conter outros significados além da perda da liberdade. Podem também trazer o desafio de transpô-las.

4 Esse dilema já se fazia presente na FEBEM, instituição que antecedeu a FASE, quando aborda a "[...] tensão criada entre as aspirações de um modelo educativo e os imperativos de um modelo disciplinar." - (FONSECA e BARCELLOS, 2001, p. 4)

5 Todo esse conceito é explorado por GOFFMAN, 2010, p. 22.

6 Fora os já estabelecidos por vinculações a gangues.

Muitas vezes quando me via diante de uma fuga ocorrida na qual o adolescente arriscava sua própria integridade física como escalar uma grande altura ou atravessar uma barreira composta de elementos pérfurado-cortantes, eu perguntava: "Por que raios ele fez isso?"; e mais de uma vez ouvi a resposta: "Para provar que ele podia!"

Já para os funcionários, as barreiras físicas transmitem uma sensação de segurança, desde que estejam operando satisfatoriamente e tenham se mostrado eficientes! Nesse sentido, a manutenção dessas barreiras torna-se ponto de distensionamento na Unidade.

Para quem está do lado de fora, as barreiras físicas precisam ser melhor mescladas à paisagem urbana. Por isso os grandes recuos frontais, os jardins, praças e equipamentos de lazer vem compor para uma harmonização em nível urbano. As barreiras físicas funcionam como filtros, como já foram citadas anteriormente.

Existe um jogo de forças em constante movimento ao desenvolver um projeto de CASE e mesmo durante sua operação: as forças, crenças e valores voltadas para a contenção dos adolescentes e as forças, crenças e valores voltadas para a socioeducação⁷. Cabe também observar que esse jogo de forças varia de Estado para Estado da Federação, tendo em vista a composição estrutural em que cada instituição se encontra. Essa polarização apenas reflete-se dentro de cada instituição, por espehamento do entendimento da sociedade.

Aos próprios funcionários cabe o mesmo estigma de violência e criminalidade que os adolescentes, aos olhos da sociedade. Estão mais associados ao ato infracional do que sua função pedagógica. Para nossa sociedade, assombrada pela violência urbana, os funcionários das instituições socioeducativas são mais carcereiros do que educadores.

Os funcionários e as direções transitam entre ações de punir o ato infracional com o aprisionamento e educar os adolescentes para não haver a repetição de ato similar. Assim, as relações sociais que se estabelecem entre funcionários e adolescentes permeiam ambas as visões.

Assim, a ambiguidade entre "carcereiro" e "educador" não está colocada apenas na escolha dos sujeitos, mas é uma ambiguidade presente nos discursos e práticas da própria instituição, em um sentido mais global, e ao longo de sua história. (FONSECA e BARCELLOS, 2001, p. 39)⁸

Em todo caso, deve-se cuidar para que não se distancie em demasia o discurso da prática. Não vale aparentar todo um discurso socioeducativo de ressocialização quando na verdade se promove a privação de liberdade, a contenção de viés punitivo.

7 Essa dualidade é amplamente discutida em FONSECA e BARCELLOS (2001). Apesar de tratar-se de estudo ainda do tempo da FEBEM, que foi reformulada e parte da mesma tornou-se FASE, muito conteúdo conceitual ainda é apropriado para avaliar a presente instituição.

8 Refere-se o texto específico ao monitor, atual cargo de socioeducador, mas pode-se estender a apropriação de conceitos para os demais funcionários.

Geralmente se reconhece que as instituições totais muitas vezes ficam longe de seus objetivos oficiais. (GOFFMAN, 2010, p.77)

Em algum momento das suas trajetórias profissionais, muitos funcionários também vivenciam a sensação de aprisionamento. O peso do ambiente institucional aliado às condições ambientais e a procura por cumprir carga horária extra (como forma de complemento salarial) exerce a impressão em muitos agentes socioeducadores de que eles também estão privados de liberdade.

No capítulo Estética da Segurança tratei sobre o jogo de submissão e apropriação entre adolescentes e funcionários. Observa-se que, quanto mais o adolescente é inserido na instituição, as novas regras sociais a que ele deve ser submetido também promovem uma certa perda de identidade, pois aquilo que o definia na sociedade como infrator, deveria ficar para fora do muro enquanto que, para dentro do CASE, buscar-se-ia uma nova identidade, mais apropriada ao convívio social. No entanto, muitos funcionários permitem o vínculo do adolescente ao seu ato infracional, reforçando essa identificação (criminosa), o que leva a ser prejudicial ao processo de socioeducação. Nesse sentido, se observa que, ao se manter o foco na questão da segurança, a instituição pode perder o foco da ressocialização, pois reforça a exclusão e a visão punitiva da contenção.

Devido a essa problemática, deve-se ter claro que são usuais as semelhanças entre os elementos arquitetônicos, as configurações espaciais e algumas tipologias entre prédios de função prisional e outros equipamentos urbanos, inclusive CASE's. Como exemplo, cito os muros e suas guaritas, os padrões de portas e suas trancas e as disposições e acionamentos das peças hidrossanitárias dos dormitórios.

Devemos ainda nos admirar que a prisão se pareça com as fábricas, com as escolas, com os quartéis, com os hospitais, e todos se pareçam com as prisões? (FOUCAULT, 1987, p.187)

O mais importante é compreender que essa condição deve ser tratada com normalidade e procurar tratar em outras escaras do labor arquitetônico os diferenciais que darão identidade socioeducativa aos CASE's.

As tecnologias construtivas não são somente os meios para chegar aos fins. Algumas nos remetem a conteúdos mais apropriados à contenção e isso pode sobrecarregar a parcela de significado da contenção, em detrimento da parcela da socioeducação. Exemplo claro seria o uso do chamado concreto de alto desempenho (CAD) - técnica construtiva de base de estruturas pré-moldadas, de resistência e acabamento superior ao concreto convencional moldado in loco e mesmo de estruturas pré-moldadas convencionais. Alguns materiais, como o CAD, podem passar a mensagem que esse nível de contenção é necessária, agravando a impressão de periculosidade que a sociedade tem daqueles que lá estão contidos. Assim como o CAD, outros tantos elementos construtivos transmitem essa mensagem equivocada, reforçando o afastamento e exclusão dos adolescentes da sociedade – e esses adolescentes são frutos da mesma sociedade.

Em alguns momentos, ao pensar no cenário de comportamento da pequena cidade⁹, elementos construtivos mais domésticos seriam mais adequados para reforçar a ambientação e auxiliar no distensionamento do ambiente. Com efeito, o uso de elementos construtivos de alto desempenho de segurança e anti-vandalismo podem ser mesmo exagerados ao se pensar em custo X benefício.

Também importante é ter presente o significado das funções de cada edificação presente no CASE e atentar ao fato de que as relações espaciais entre as edificações trazem reflexos nas relações humanas que se estabelecem.

Assim, tendo como cenário de comportamento uma pequena cidade, ou mesmo um bairro, o que dizer sobre promover uma centralidade no CASE?

O Centro da Cidade é um lugar para se ir - não para se atravessar. [...] O Centro é a catedral da cidade. (KAHN, 2010, p. 81 e 82)

Ao centro mais internalizado do CASE podemos dispor uma edificação de volumetria diferenciada, ou ainda uma função específica, como as práticas restaurativas.

Um ponto central seria ao mesmo tempo fonte de luz que iluminasse todas as coisas, e lugar de convergência para tudo o que deve ser sabido: olho perfeito a que nada escapa e centro em direção ao qual todos os olhares convergem. Foi o que imaginara Ledoux ao construir Arc-et-Senans: no centro dos edifícios dispostos em círculo [...] uma alta construção [...] de lá viriam todas as ordens, lá seriam registradas todas as atividades, percebidas e julgadas todas as faltas; e isso imediatamente, sem quase nenhum suporte a não ser uma geometria exata. [...] às arquiteturas circulares, é preciso sem dúvida contar esta: elas exprimiam uma certa utopia política. (FOUCAULT, 1987, p. 146)

Talvez o controle centralizado de Ledoux e reforçado por tipologias panópticas não sejam as mais adequadas às distribuições dos prédios de um CASE, mas a simbologia da fonte luminosa e curativa seja a mais pertinente, algo como a Coroa da Cidade, de Bruno Taut.

A essência de uma cura seria o restabelecimento, a restauração de uma relação, no caso de um indivíduo e a sociedade. Estar atento à socioeducação significa estimular a restauração do indivíduo com a sociedade.

Os estímulos que a instituição dá ao acesso e visita de familiares ao CASE é base para esse restauro social. Além das visitas da família, nuclear ou não, o SINASE também pontua o programa de visitas íntimas, onde devem existir espaços específicos para essa função.

9 Conceito descrito no capítulo Tipologias Arquitetônicas.

As relações espaciais entre as edificações são preenchidas pelas ações humanas. Por um lado devemos atentar para evitar situações que podem promover insegurança.

É preciso anular os efeitos das repartições indecisas, o desaparecimento descontrolado dos indivíduos, sua circulação difusa, sua coagulação inutilizável e perigosa; tática de antideserção, de antivadiagem, antiaglomeração. Importa estabelecer as presenças e as ausências, saber onde e como encontrar os indivíduos, instaurar as comunicações úteis, interromper as outras, poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um, apreciá-lo, sancioná-lo, medir as qualidades ou os méritos. Procedimento, portanto, para conhecer, dominar e utilizar. A disciplina organiza um espaço analítico. (FOUCAULT, 1987, p. 123)

Mas, por outro, devemos promover a diversidade, a pluralidade dos espaços. Os recantos são opções de lazer, de oficinas diversas de jardinagem, cultivo de hortifrutigranjeiros, de deleite e apreciação estética, de socioeducação enfim.

Christopher Day fala em uso de cloisters, que seriam espaços parcialmente externalizados nos prédios cercados por ajardinamentos. Corredores poderiam ser configurados como cloisters e proporcionar recantos que significam não somente locais de passagem.

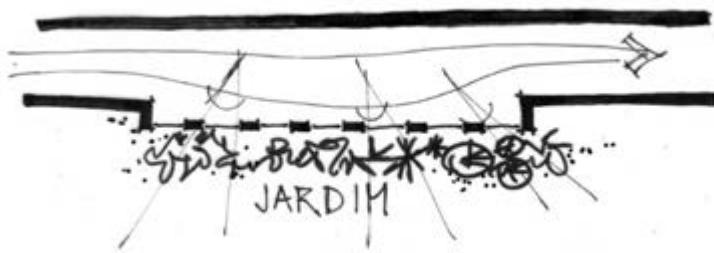


Figura 36 – No cloister, o corredor altera-se na luz, dimensão, visuais e na percepção espacial.

Da mesma maneira para vencer os filtros de acesso ao interior do CASE, nos quais os usuários vão experienciando as “camadas da cebola”¹⁰, podemos entender que essas sequências de filtros e espaços sucessivos seriam preparados com características acolhedoras e integradoras, em maior ou menor grau, conforme as exigências de segurança forem permitindo.

A sequência de experiências preparatórias que nós passamos ao nos aproximar, entrar e usar um edifício, faz mais do que afetar nossa experiência dele. Elas mudam nosso esta-

10 Termo que utilizei no capítulo *Estética da segurança*.

do inicial, o qual pode tanto aumentar nossa receptividade às qualidades de bem-estar em nosso entorno, quanto desencadear processos de transformação em nosso ser interior. Toda a cura é fundada em transformações de ganho, iniciada por agentes externos. Assim, sequência e “oásis” têm importantes funções de bem-estar. (DAY, 1995, p. 23)

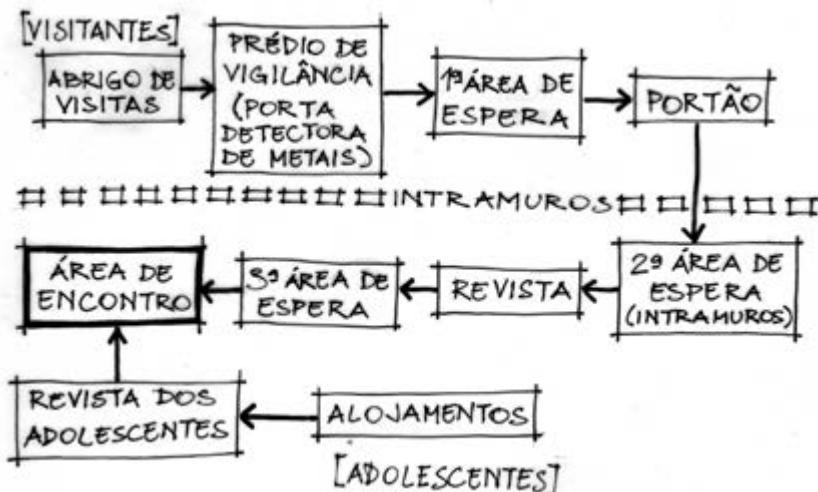


Figura 37 – Sequência de espaços, que vão oferecendo diferentes relações espaciais, preparando a entrada ao interior do CASE.

Ainda essa estratégia pode ser usada em situações com menor número de sequências, mais internalizadas, como em alas de dormitórios, por exemplo.

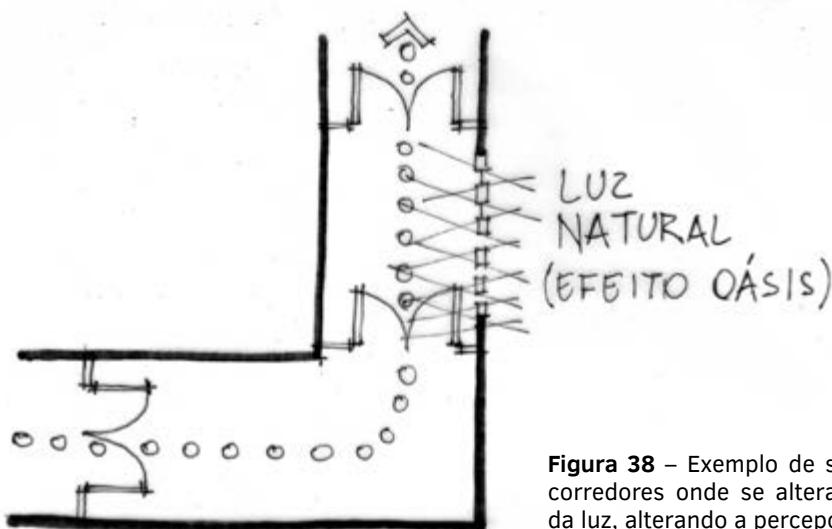


Figura 38 – Exemplo de sequência de corredores onde se altera a presença da luz, alterando a percepção espacial.

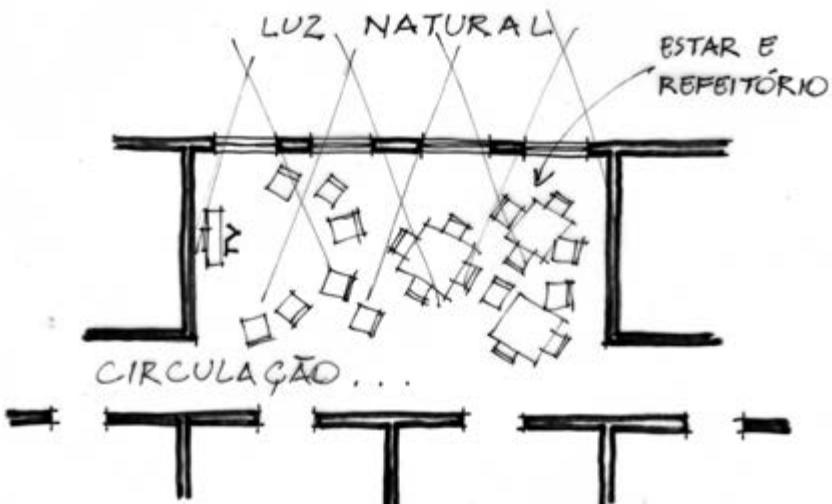


Figura 39 – Espaços de permanência podem ser incorporados em sequências de corredores.

A estética do espaço é fundamental se queremos promover um incremento na saúde humana. Entender as diferentes configurações espaciais e como elas afetam nosso interior é um passo positivo que deve ser dado.

É necessário cultivar um senso para a beleza, para o artístico. Eu digo ‘necessário’ porque nossa cultura tende a suprimir esse senso, e ‘cultivar’ porque todo mundo traz ele latente consigo. (DAY, 1995, p.25)

E entenda-se que a modelagem espacial vem antes da modelagem da forma.

‘Forma’ é a propriedade dos objetos. Objetos são, de certo modo, entes. Eles podem estar mortos em si mas sua presença irradia influência à sua volta, alguns mais que outros (...). ‘Espaço’ é o espaço no qual as coisas podem acontecer, no qual as coisas vivas podem ser. (DAY, 1995, p. 71)

Ao projetarmos muros, por exemplo, eles delimitam espaços, além de serem barreiras. Os muros perimetrais, apesar do seu forte caráter de contenção, podem ser suavizados, com chanfros em suas quinas. Nos mesmos chanfros seriam incorporadas as guaritas.

Da mesma maneira desaconselha-se que os espaços intramuros sejam configurados com ângulos menores de 90°. Ângulos agudos, quando utilizados para delimitarem espaços, são muito desconfortáveis. Determinadas configurações de terrenos sugerem seu emprego, para que possam gerar mais espaço “útil”. Mas, quando esses incorporam passagens de veículos de grande porte, ocorre um grande desperdício de espaço, levando a um mau investimento. Todo o recurso empregado em aumento linear do muro não compensa o espaço utilizado.

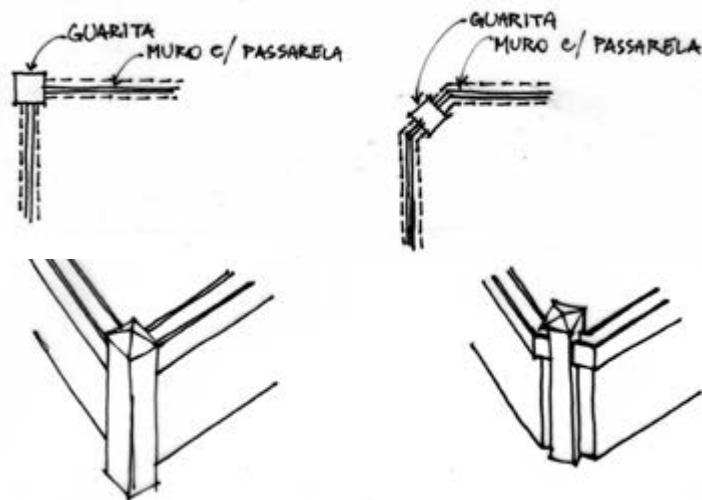


Figura 40 – Os muros com guaritas nas quinas oferecem melhor visualização externa, no entanto os que têm as quinas dos muros chanfrados oferecem mais suavidade ao volume e adequam-se melhor ao trânsito de veículos interna e externamente.

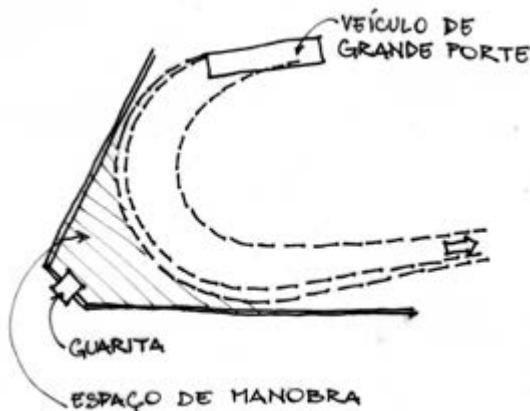


Figura 41 – Se por configuração do terreno os muros formarem ângulos agudos, pode haver uma perda considerável ao espaço de manobra dos veículos...



Figura 42 – ...Já se os ângulos forem retos ou mesmo obtusos, esse espaço perdido é bem menor.

Disposições das edificações exclusivamente cartesianas também podem tornar-se monótonas e áridas. O incremento de parciais de implantações, em que edificações e barreiras físicas seriam dispostas fora do grid, dinamizam e qualificam os espaços. A diversidade de formas também podem auxiliar a trazer riqueza espacial.

O bom projetista pensa o espaço, ajusta as formas, refina nos elementos paisagísticos, pensa o Projeto Arquitetônico para melhor configurar uma estética que signifique positivamente à alma, e enfim, é aquele que contribua para a socioeducação.

O ESPAÇO COMO PROTAGONISTA DA EDUCAÇÃO CIDADÃ

Qual o papel de arquitetos que atuam no ambiente socioeducativo com relação à socioeducação em si?

Cabe ao ambiente influir na construção da socioeducação?

Para responder essas perguntas temos que voltar à base dos problemas.

Quando se aborda a questão da violência e suas causas, caímos em respostas como o desemprego, má distribuição de renda, a carência na educação de base, a pobreza e a miséria. Todas essas verdades, realmente, quando vistas com seriedade e competência, trazem alívio nos índices de segurança pública, apesar de que esses não são os únicos fatores que envolvem a criminalidade. Ainda há de se considerar que essa realidade é muito mais presente nos meios urbanos.

A segurança pública tem se tornado cada vez mais matéria em pauta. Mais massivo que o aumento da criminalidade é o aumento com os gastos para combatê-la. A conscientização desse fato só reforça a ideia de que vivemos tempos dominados pela violência urbana.

Muito comum é o conceito de rua insegura. Se um número expressivo de delitos ou poucos casos de maior repercussão midiática ocorrem em determinada região, muito rapidamente a comunidade incorpora o conceito de que o espaço é inseguro. A dinâmica cultural é quase uma reação instintiva e coletiva de proteção.

A cidade vive, agita-se e movimenta-se sempre a partir da rua. (NYGAARD, 2010, p. 105)

Nygaard (2010) conceitua que o espaço da cidade é a base de transformação da vida urbana. A transformação a que se refere é do espaço que é meramente físico ao espaço sociocultural. É na ação humana que o espaço vai adquirindo elementos materiais e imateriais.

Elementos materiais seriam os elementos físicos, naturais adaptados, como árvores preexistentes, formações geológicas e topográficas, percursos d'água que vão recebendo intervenções para a melhor convivência com o fator humano por outros elementos construídos, como canteiros, rampas, escadarias, muros de arrimo e con-

tenção, pontes e toda a gama de mobiliário urbano de apoio (iluminação, lixeiras, placas de sinalização, etc).

Os elementos imateriais seriam os símbolos, imagens e valores que vão sendo agregados aos espaços, em geral alimentados por ações do campo emocional. Um espaço que propicia a contemplação do pôr-do-sol desperta nas pessoas um sentimento de conectividade afetiva com aquele lugar específico, por exemplo, ou um trecho de rio ou lago onde algumas pessoas morreram afogadas pode gerar um sentimento de repúdio pelo local. Espaços construídos também despertam sentimentos, à medida que os eventos humanos vão se processando.

E assim os elementos materiais alimentam elementos imateriais, gerando novos elementos materiais... em um constante processo de retroalimentação, transformando, ampliando ou alterando os espaços com o passar do tempo. Nesse processo o espaço vai adquirindo complexidade e profundidade, algo como o inconsciente coletivo atuando sobre os lugares.

Por essa dinâmica, os espaços adquirem um caráter democrático, quando se fortalecem os valores e símbolos que se tornaram inerentes aquele espaço específico. Do contrário eles se tornam espaços estratificados, destituídos de alma, pois não possibilitam a miscigenação socioeconômica e cultural. Em um processo dinâmico, haverá períodos de caracterização dos lugares, mas, de tempos em tempos, essa caracterização pode ser alterada. Por exemplo, o que hoje é considerado o bairro boêmio de uma cidade, com o passar do tempo, deixa de ser, pois o fluxo de retroalimentação de elementos materiais e imateriais segue atuante.

Espaços estratificados são facilmente perceptíveis no percorrer da cidade, isso porque ainda é prática corrente que existe diferença de desenho urbano entre populações mais ricas e mais pobres. Essa situação de injustiça espacial é descrita por Nygaard (2010, p. 68):

[...] áreas mais qualificadas e melhor equipadas concentraram cada vez mais investimentos públicos e privados, em detrimento de outras marginalizadas e abandonadas, fomentaram-se rebeldias, que foram transformadas em informalidades de toda ordem e induziu-se também, o surgimento de sentimentos de exclusão e de apatia em uma população resignada, sem esperanças de melhorar as condições de sua moradia e sua integração com o resto da cidade.

Cada um de nós pode ler a citação e lembrar de exemplos presentes e bem próximos no seu município. Não é de se estranhar que, quando se toca no assunto de inserir um equipamento urbano do porte e uso de um CASE, haja resistência dos mais diversos setores da sociedade.

Mais do que entender, necessário é compreender que é na miscigenação de usos e atividades que se dá o "espetáculo da vida urbana" (NYGAARD, 2010, p. 87). Do contrário, os espaços podem expressar uma estagnação da vida urbana, caso não

ocorra neles a convivência social, a sociabilidade, enfim, a mais ampla inter-relação entre as pessoas.

Christopher Day (1995) chama isso de transformar partes de uma cidade em lugares como um passo essencial para proporcionar saúde às pessoas.

Estamos aqui somente reforçando conceitos do capítulo sobre Implantação dos CASE's. Mas a abordagem que pretendo é conduzir todos esses conceitos para realidade intramuros.

Se podemos conceituar a cidade sobre o ponto de vista simbólico e de valorização dos seus elementos materiais e imateriais, com a ótica espacial, podemos revestir os mesmos conceitos na microescala de um Centro de Atendimento Socioeducativo.

Gallagher (19--, p. 22), em seu livro *Buscando um lugar para ser feliz*, estabelece nas primeiras páginas que:

Assim como o mundo ao redor afeta o comportamento humano, nossos pensamentos, emoções e ações afetam o mundo que nos cerca. Quando convocados a prever qual será, no século 21, a influência ambiental mais importante sobre o comportamento, os pesquisadores quase sempre dão a mesma resposta: urbanização, ou a construção de locais semelhantes à cidade, sem que necessariamente sejam uma cidade.

O homem é um ser que incorpora padrões culturais ao ambiente (natural e construído). E que padrões culturais são dos adolescentes que cometem atos infracionais, senão padrões que em geral estão desestruturados e fragilizados? Ainda que o mesmo adolescente esteja em privação de liberdade, ele está afastado da convivência comunitária e possui dificuldades de compreender as relações comuns do cotidiano. Ou como coloca Souza (2011, p. 51):

Dessa forma, fica claro que as fronteiras físicas, por mais que funcionem como elementos simbólicos da segregação urbana, não funcionam de forma tão eficaz na eliminação da capacidade de ação e do discurso do indivíduo internado [...]

Quando o jovem entra na unidade, as relações sociais são modificadas, pois o espaço é outro, mas elas não desaparecem. O jovem, apesar da autonomia limitada, ainda tem a capacidade do discurso e da ação, ele é sujeito sócio-histórico, se relaciona com o espaço em que vive e interfere decisivamente na sua construção.

Assim, o ser encarcerado não permite que o seu eu seja mortificado e busca sempre estratégias de ser reconhecido como ser social e parte integrante da sociedade [...]

Para pensar relações espaciais entre as diversas funções de um CASE, deve-se pensá-las frente ao perfil da população atendida. Relações urbanas de vizinhança de adolescentes internados, quando já não vieram desestruturadas por serem originárias de desenhos urbanos pobres, terminariam por serem suprimidas se os espaços disponíveis à socioeducação fossem restritivos em excesso.

Assim, o próprio SINASE desaconselha que a Unidade de Internação seja configurada em partido arquitetônico de monobloco – um único prédio, dando conta de todas as atividades que envolvam o trânsito e usufruto dos adolescentes. Um prédio hermético a tal ponto reforçaria o padrão de confinamento e aprisionamento, que já foi postulado aqui como inadequado para que a socioeducação ocorra.

Mais próximo dos conceitos do arquiteto e urbanista, está a teoria dos cinco elementos de Kevin Lynch. A proposta aqui é fazer uma “leitura” do CASE com base nesses conceitos.

Lynch dizia que toda a cidade se estrutura em elementos que promovam a capacidade do ser humano em conectar-se ao espaço, utilizando-se das suas percepções sensoriais para deslocar-se, usufruir e mesmo sobreviver nele.

As capacidades sensoriais seriam a visão (identificando cor, forma, movimento e polarização de luz), o olfato, a audição, o tato, a cinestesia, o senso de gravidade e, considerado por alguns estudiosos, a percepção de campos eletromagnéticos. Todas essas capacidades são as que garantem a sobrevivência das mais diversas formas animais quando se está falando sobre seus deslocamentos. O mover-se é condição natural instintiva, inclusive do homem.

Ao homem moderno, outros elementos vêm em auxílio quando se trata de localização no espaço, como mapas, placas, bússolas, instrumentos eletrônicos, etc. Perder-se em uma cidade não significa necessariamente um problema de sobrevivência. Mas, por trás disso, se mantém o sentimento de segurança imposto pelo instinto.

Uma boa imagem ambiental oferece a seu possuidor um importante sentimento de segurança emocional. Ele pode estabelecer uma relação harmoniosa entre ele e o mundo à sua volta. Isso é o extremo oposto do medo que decorre da desorientação [...] um ambiente característico e legível não oferece apenas segurança, mas também reforça a profundidade e a intensidade potenciais da experiência humana. [...] a mesma ação cotidiana poderia assumir um novo significado se fosse praticada num cenário de maior clareza. (LYNCH, 1997, p. 5)

O que Lynch estabelece como condição básica é que o ambiente que cerca os seres humanos seja possível de ser interpretado da maneira mais prática e possível de estabelecer uma localização, respondendo à questão básica “Onde estou?”. Esse conceito é o de legibilidade – como um espaço pode ser reconhecido e organizado em um modelo coerente.

Um espaço fortemente legível tem por finalidade garantir o bem-estar do ser humano. Essa estratégia aplica-se tanto para estabelecer premissas de desenho urbano para uma cidade quanto pode ser aplicada para grandes equipamentos urbanos de complexidade funcional, como um CASE, por exemplo. A estratégia é trazer esse conceito para a arquitetura socioeducativa.

Para podermos utilizar os cinco pontos de Kevin Lynch em um CASE, é necessário partir da relação bilateral que se estabelece entre o observador e seu ambiente. O observador seleciona, organiza e confere significado àquilo que vê – o que também significa que pode haver variação de um observador para outro. Quanto mais legível for um elemento espacial, maiores as chances de ser especificado por um número maior de observadores e maior significado ele vai adquirindo, pois passa a ser atributo e característica espacial não de indivíduos, mas do coletivo.

Cada elemento percebido no ambiente espacial deve ser dotado de identidade, estrutura e significado próprios. Ou seja, ser reconhecido como entidade separável (identidade), ter reconhecido seus limites, o que o separa e distingue de outros objetos e espaços (estrutura) e deve possuir algum significado prático ou emocional.

Nossa capacidade de reconhecer o espaço físico vem da necessidade de deslocamento. Ao saírem de um prédio, as pessoas dirigem-se a um outro local. A busca por um caminho é uma construção mental que todos nós processamos para chegar a um lugar. Essa construção mental oferece a sensação de que estamos no controle da situação, de que se trata de uma escolha, não de uma imposição. Para adolescentes que estão em privação de liberdade, a experiência dessa sensação é um alento para a alma. Os deslocamentos que são proporcionados a eles são restritos, vigiados e controlados, no entanto, segue a percepção de conexão com o mundo, pois que o mapa mental do ambiente é formado e usufruído.

A paisagem também desempenha um papel social. O ambiente conhecido por seus nomes e familiar a todos oferece material para as lembranças e símbolos comuns que unem o grupo e permitem que seus membros se comuniquem entre si. [...] A organização simbólica da paisagem pode ajudar a diminuir o medo e a estabelecer uma relação emocionalmente segura entre o homem e seu ambiente total. (LYNCH, 1997, p. 143 e 144).

Tendo em vista esses parâmetros, é possível verificar se um projeto arquitetônico de um CASE possui uma legibilidade espacial factível que auxilie na construção do processo socioeducativo.

Temos então os cinco elementos da teoria de Kevin Lynch que formam a imagem da cidade ou, no caso, a imagem do CASE: as vias, os limites, os bairros, os pontos nodais e os marcos.

Segue estudo gráfico, utilizando anteprojetos arquitetônicos de 2009 do CASE da Fundação de Atendimento Socio-Educativo do Rio Grande do Sul.

As vias: são os canais de circulação dos usuários. Elas articulam e organizam outros elementos ambientais. No CASE elas seriam ainda predestinadas por diferentes usuários e veículos – adolescentes, funcionários (e podem discriminar os perfis de funcionários), veículos de funcionários e veículos de segurança. Mas o mais relevante são as vias utilizadas pelos adolescentes, que demarcam diferentes graus, conforme o trânsito ao longo de um dia – número de vezes que um caminho é utilizado.

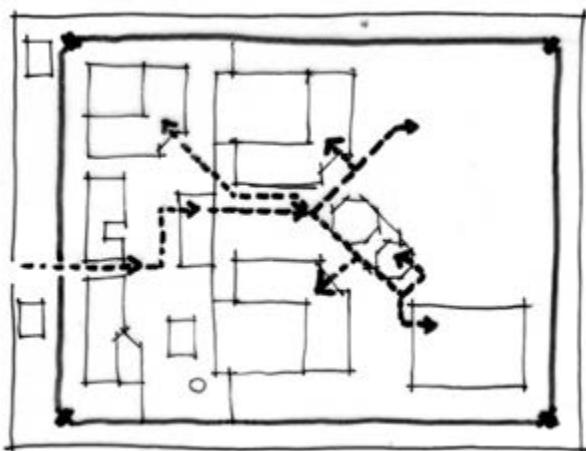


Figura 43 – Estudo de vias, marcando os principais percursos entre os prédios.

Os limites: são considerados os elementos lineares, mas que não possuem a função de via. Tratam-se das barreiras, fronteiras que delimitam espaços de usos diferentes, para usuários diferentes. Essas barreiras podem ter graus de permeabilidade, por usuário ou horário. Em alguns casos, os limites estariam associados às vias. Esses elementos, em geral, estão vinculados às diretrizes de segurança, pelas quais as próprias edificações devem ser localizadas no complexo, entendendo-as como elementos de limite.

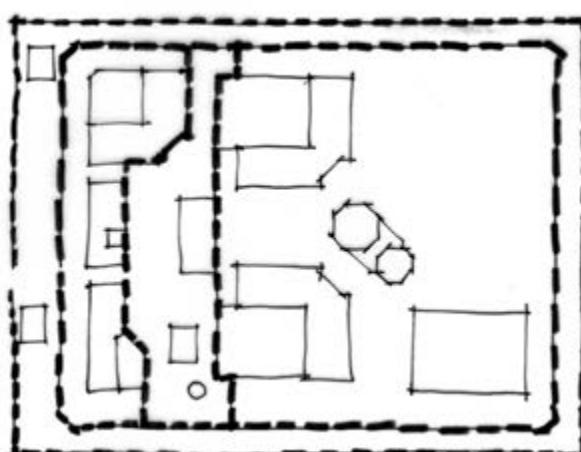


Figura 44 – Marcação dos limites, consagrando barreiras de diferentes níveis de segurança.

Os bairros: são os elementos de características bidimensionais e, por excelência, são os espaços reconhecidos pelos usuários. São no caso equivalentes a zonas, regiões, áreas estabelecidas e identificadas, muitas vezes demarcadas pelos limites, conferindo aos espaços sua unidade própria, mantendo características particulares. Em um projeto de equipamento urbano desse porte, a probabilidade é que sejam identificados dois a três “bairros” em um CASE, dificilmente não mais que isso.

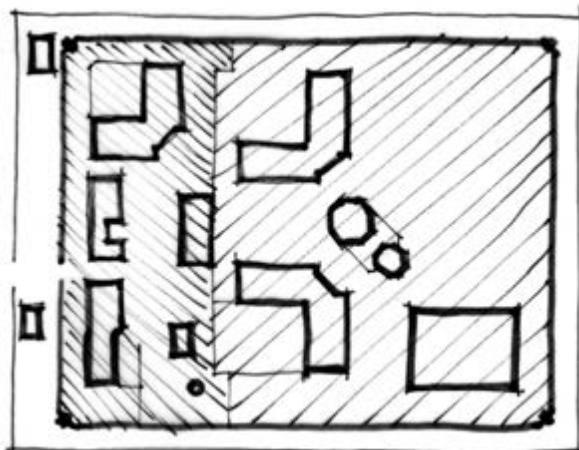


Figura 45 – Exemplo de dois “bairros” no intramuros de um CASE, cada um possui qualidades próprias.

Os pontos nodais: são locais específicos, de caráter estratégico, ou seja, para o usuário são áreas em que se apresentam alternativas para tomadas de decisões, sejam de deslocamento ou de passagem de uma estrutura para outra. Alguns pontos nodais se apresentariam como símbolos do local, ou de um bairro. Pode ser um ponto com um uso específico, cerne de decisões ou eventos extraordinários (que fogem de uma rotina do cotidiano). No CASE, seria relevante reconhecer sua importância e associá-lo a parte do programa de atendimento como, por exemplo, a edificação que incorpora o programa de Justiça Restaurativa ou a área de confraternização. Essa estratégia promove inclusive a construção conceitual de um centro irradiador para as outras edificações do CASE.

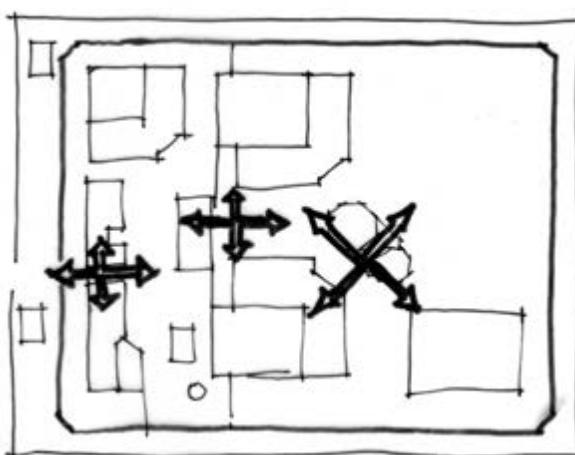


Figura 46 – Marcação das principais decisões de percurso dentro de um CASE.

Os marcos: os marcos são também pontos de referência no mapa mental e no bairro, mas seu relacionamento com os usuários diverge por serem “externos”. Não é necessário interagir com o marco, utilizá-lo – pode ser um prédio, desde que a relação que se estabelece não envolva entrar nele e usufruí-lo. Seu uso é referencial -locacional. Os marcos servem como indicadores, tanto de identidade quanto estruturais. São indicadores estruturais enquanto tecido urbano, auxiliando os usuários a se localizarem nos diversos ambientes e a utilizarem corretamente os demais elementos. Assim um prédio do CASE, localizado em área central do complexo, dotado de uso específico, torna-se marco por identidade. Já uma torre de reservatório, pode tornar-se marco enquanto estrutura. Ambos auxiliam no mapeamento mental do complexo para cada usuário.

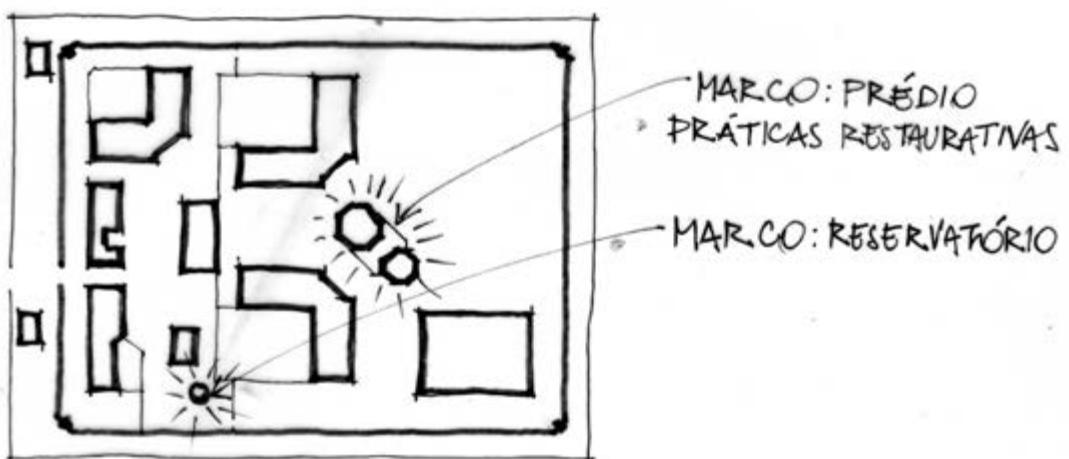


Figura 47 – Os principais marcos no intramuros seriam os prédios de volumetrias mais singulares.

Utilizar os elementos de Kevin Lynch não implica utilizar seu método – desenho de mapas e questionário com uma pequena amostra de usuários do ambiente (adolescentes e funcionários). Pode se tratar apenas de uma aplicação pelos arquitetos urbanistas envolvidos no Projeto Arquitetônico, contribuindo na identificação dos elementos, o que levaria a promover a sua legibilidade¹.

A leitura dos elementos de Lynch, que estudou sua aplicação na grande escala da cidade, pode seguir parecendo estranha e desconfortável ao aplicá-la em um equipamento urbano, ainda que o mesmo ocupe área de 3 hectares, mas o autor ressalta que é possível o uso em diferentes níveis de operação.

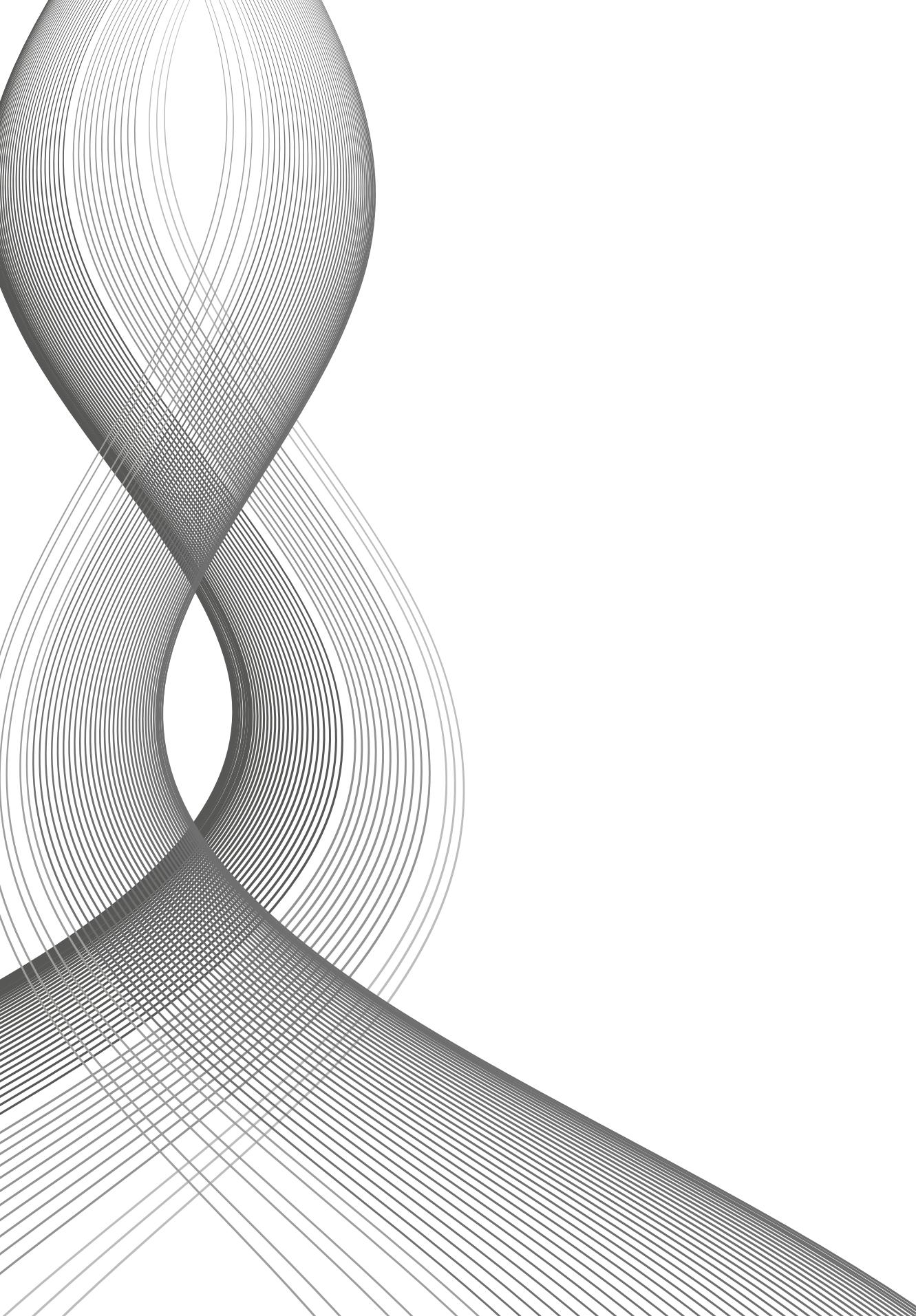
*A imagem de uma dada realidade física pode às vezes mudar de tipo conforme as diferentes circunstâncias do modo de ver.
(LYNCH, 1997, p. 54)*

Por fim, é importante ressaltar que a forma dos elementos é fundamental para

¹ No entanto, a ideia pode ser instigante resultado de pesquisa sobre uso e apropriação do espaço.

ocorrer a legibilidade de um lugar. É por meio de características formais de cada elemento que podemos conferir a identidade dos mesmos. Temos aqui também uma outra diretriz importante a ser considerada no Projeto Arquitetônico: a que devemos promover diferenciações, em diversos graus, a cada uma das edificações que, por questões de economicidade e pragmaticidade construtiva, devam ser similares. Prédios de Internação (alojamentos) que estão dispostos lado a lado no intramuros, podem buscar diferenciarem-se um do outro, tendo em vista que cada um é destinado para uma parcela específica dos adolescentes. A percepção visual de identificação de cada edificação também deve ser acompanhada de um sentimento de identidade e temporalidade de cada adolescente.

Se cada prédio contiver características específicas, os adolescentes que utilizam daquela edificação, passam a adquirir uma identidade própria. Ao passarem de um prédio ao outro, compreendem que existe uma condição transitória na medida socioeducativa de internação, uma progressão da MSE.



O ESPAÇO QUE PROPICIA A CURA

É da condição humana ferir e magoar outras pessoas, na maioria dos casos sem nem nos darmos conta. Eventualmente todos passamos por isso. Então, o que nos difere de adolescentes que cometem atos infracionais? A gravidade das situações envolvidas? Existem tantos "pecados" morais os quais não são cobertos pelo regime da Lei – ou que seriam aparentemente ridículos frente ao conjunto de crimes contra à vida humana – que são tão ou mais agressivos que os artigos do Código Civil Criminal.

E, ainda assim, muitos de nós nos mantemos com reservas e exclusões frente aos atos infracionais cometidos por adolescentes. Dois mil anos depois, seguimos jogando a primeira pedra, como se nada tivéssemos aprendido nessa jornada.

Erving Goffman (2010) tem uma opinião sobre isso: de que, no caso específico da delinquência, a sociedade civil responde com um conjunto maciço de rupturas, terminando mesmo por impedir que se verifiquem se houve alterações positivas quanto à conduta do indivíduo que fora internado, no caso, o adolescente. Como já havia citado a fala de um futuro vizinho de um CASE no capítulo Implantações de CASE's:

"Não conheço um único guri que tenha se recuperado!"

Ou seria "não reconheço um único guri..."? Ou ainda: "não desejo reconhecer nenhum guri..."?

Por que negar uma segunda chance? Por que descarregar frustrações de injustiças em casos do nosso cotidiano? Por que não olharmos honestamente no espelho? Por que sermos tão certos de nossas certezas?

Por que não oferecermos a chance do perdão?

E, nesse caso, não se trata de mera piedade. Estamos tratando de adolescentes – seres humanos em formação, que ainda carecem de condições para responsabilizarem-se por conta própria. Trata-se de conscientização.

Definindo a problemática, tem-se a ação. O que fazer?

Ao se definir o que, temos que tratar do como.

Em se tratando do como, temos que definir o onde.

E ao definir o onde, definimos o espaço.

O lugar, o espaço não é tudo, mas ele é partícipe. Ele não é o princípio, também não é o fim, mas ele comparece em algum momento, no seu momento.

Em geral, ainda prevalece uma desconsideração pelo espaço, pelo ambiente que deve se propiciar e os sentimentos que devem prevalecer.

Onde quer que eu vá, eu vejo edifícios impostos. Impostos por serem inapropriados, insensíveis. Eles são monólogos cristalizados os quais não encontram as necessidades do povo ou do lugar. (DAY, 1995, p. 13)

Desde muito tempo, os edifícios, mesmo os antigos, onde funcionam prédios de atividades socioeducativas foram projetados e construídos para desempenhar funções ligadas ao viés social. No entanto, a maioria deles se apresenta como inadequada. Por quê?

Isso ocorre porque muitos conceitos sobre ações de assistencialismo social e socioeducação tiveram fortes evoluções na segunda metade do século XX até os dias de hoje. Foi como se saíssemos da Idade Média em menos de cinquenta anos. Isso foi uma revolução, a qual ainda não cessou.

Mas prédios não conseguem evoluir tanto quanto conceitos, ao menos não da mesma maneira. São necessários identificar os conceitos, incorporá-los aos futuros usuários e daí promover reformas. Como toda estrutura física possui limites de adaptação, alguns casos são impossíveis. E daí vivemos e estabelecemos regras de convívio e conduta e rotinas em espaços que lutam contra nossos próprios parâmetros. Isso termina por promover conflitos internos e entre os diferentes usuários do espaço.

Vou trazer um exemplo prático de uma das gerações de prédios que possuíam áreas cobertas, que ligavam blocos de dormitórios ao núcleo central do prédio onde se localizavam as funções administrativas e técnicas. Essas áreas cobertas foram ampliadas, porém fechadas, para poder acomodar outras funções como salas de aulas. Amplia-se a atividade educativa, mas omite-se o trânsito em ar puro de um setor ao outro. Descuida-se da alma, do aliviar tensões, impede-se a descontração, estimulam-se os conflitos.

Outro exemplo: se antes toda a roupa suja dos adolescentes era lavada fora, em um prédio específico para isso, agora parte da vestimenta, se for o caso e o interesse do jovem, ele mesmo pode lavar. Mas pode não haver no prédio uma lavanderia doméstica, não há mesmo um tanque. O adolescente usa a pia do banheiro (coletivo). Novamente, surge a alteração das rotinas e a ampliação dos conflitos, sem falar do uso duplicado do mesmo equipamento sanitário (lavatório do banheiro como tanque), sobrecarregando o uso, diminuindo o tempo de vida útil e ampliando o trabalho de manutenção. Quando há tanque, pode não existir um espaço configurado para varal, restando aos adolescentes secar sua roupa em cordas improvisadas no dormitório, presas entre a janela e a porta. E mais uma vez, usos inapropriados dos espaços,

dormitórios como áreas de secar (aumentando a UR do ambiente) e o ingresso de cordas no interior das alas (elemento que pode comprometer a segurança).

Muito dos recursos financeiros, das horas trabalhadas por agentes socioeducadores, do pensar e repensar dos técnicos são comprometidos por forças contrárias aos objetivos estipulados, atrasando e impedindo as ações necessárias. Onde está o foco na cura, na socioeducação, na reinserção do adolescente na comunidade, se tanta energia acaba sendo gasta em manutenção, adaptações e redução de conflitos?

Logo, trazer as ferramentas que a arquitetura nos oferece parece ser uma estratégia para enfrentar esses conflitos. Esse foi o objetivo que este livro se propôs a iniciar, mas que está longe de encerrar-se em si.

Iniciei falando um pouco da Arquitetura como uma ferramenta técnica para conseguir vencer demandas que precisam de espaços físicos apropriados, até mesmo porque entender a Arquitetura é um dos objetivos de qualquer livro sobre Arquitetura!

Quando tracei um paralelo entre Arquitetura e socioeducação, foi com o objetivo de chamar à participação do tema todos os profissionais, das mais variadas esferas, que trabalham com a socioeducação, mostrando que a Arquitetura tem seu lugar nas diversas ciências que compõem a gama de conhecimentos necessários para se promover uma socioeducação de qualidade. Relacionei e procurei dar o sentido que o espaço é vital para se entender como partícipe na socioeducação.

Passei também a conceituar socioeducação para que os arquitetos e engenheiros não se vejam tão perdidos em conceitos e paradigmas "humanizantes" que não possuem um século de existência - ao contrário da arquitetura, uma das ciências mais longevas.

Em *por uma arquitetura que cura* fiz um breve relato histórico de como a arquitetura contribui com o bem-estar do ser humano e lembrei o quanto a condição de saúde – física, mental, emocional e espiritual – é algo cada vez mais explorado pela humanidade.

Depois abordei o programa de necessidades para um projeto arquitetônico de um CASE e apontei conceitos que acho pertinente que sejam enfatizados na elaboração do projeto.

No capítulo seguinte, procurei explicar que um prédio do porte de um CASE interfere e sofre interferência com seu meio circundante mais imediato e com a cidade em que está inserido. Também busquei contextualizar com as questões de segurança pública, não somente porque o público-alvo de um CASE é partícipe direto, mas também por conta da significação urbana do CASE.

Em tipologias arquitetônicas tracei um paralelo entre os avanços sociais em respeito à internação de adolescentes e a evolução dos tipos de prédios utilizados para esse fim. Ao final, sugeri estratégias de aproveitamento de edificações socioeducativas que não conseguem estabelecer parâmetros com o que preconiza o labor socioeducativo.

Como muitas edificações, em diversos estados do país, seguem situações similares ao Rio Grande do Sul, no que diz respeito ao uso de prédios com valor histórico agregado, achei por bem chamar a atenção de que as edificações de assistência social são sujeitos antigos no cenário brasileiro e merecem ter seu reconhecimento no rol dos prédios de interesse histórico. Da mesma forma que se sugere a preservação dos prédios e seu entorno imediato, o reconhecimento do papel das edificações no meio ambiente também deve ser estimulado, mesmo para trazer a compreensão de que estamos no mundo, mas ele não nos pertence – nós é que pertencemos a ele.

E já que falei sobre meio ambiente e sustentabilidade, no capítulo seguinte entrei de maneira mais prática nos temas de dimensionamento e conforto ambiental, relacionando como esses itens estão presentes na legislação aplicada e interferem diretamente no bem-estar dos usuários das edificações socioeducativas.

Em *durabilidade e manutenção* abordei a importância das escolhas que se faz em arquitetura e como elas repercutem na conservação das edificações e como a falta dessa conservação afeta negativamente o trabalho socioeducativo.

E no capítulo estética da segurança mostrei que o caráter da edificação deve ser claro, mesmo que impressione na paisagem urbana, que passe a mensagem correta, ou, ao menos, a mensagem que se almeja realmente passar!

Na sequência, falei sobre o simbolismo dos prédios de contenção, tentando agregar as significações de liberdade e confinamento, bem como entender como a arquitetura nas macrodecisões (partido geral) ou nas microdecisões (detalhes) contribuem para o bem-estar dos usuários.

Por fim, ainda que um pouco deslocado e distante dos outros capítulos sobre urbanismo, no capítulo do espaço como protagonista da educação cidadã, utilizei das premissas de Kevin Lynch para poder justificar o espaço arquitetônico gerado pelo CASE e os cenários necessários para a socioeducação acontecer. Seria um voltar aos conceitos explorados no capítulo sobre as tipologias arquitetônicas e sobre as inserções no meio urbano, mas focando no fechamento do livro, no qual volto a abordar a "cura" de problemas sociais que atingem o indivíduo que são o tema deste capítulo.

O avanço se dará com a aceitação (mais que o entendimento) de que o meio ambiente e os espaços que nos circundam fazem diferença na nossa realização pessoal.

Sobre carregados com papéis sociais cada vez mais complexos, temos necessidade de lugares que apoiem em vez de fragmentar nossas vidas, lugares que equilibrem o duro, padronizado e rentável com o natural, pessoal e saudável. (GALLAGHER, 19--, p. 23)

Voltando ao conceito de que o espaço socioeducativo pode ser partícipe na construção da socioeducação, Winifred Gallagher nos apresenta o conceito de "cenários de comportamento", informando-nos de que fomos educados a agir de determinadas maneiras, com determinada postura nos diferentes ambientes por onde circu-

Iamos. Deixamos de lado uma boa parte de nossa individualidade para correspondermos aos personagens que o cenário de comportamento estabelece. Existe uma previsibilidade nos eventos que se processarão em um determinado espaço.

[...] uma escola, um restaurante, [...] um hospital – tudo naquele meio ambiente nos incentiva a manter o status quo. Num certo sentido, não somos mais indivíduos singulares e sim professores e alunos, proprietários e fregueses, médicos e pacientes. (GALLAGHER, 19--, p. 159)

Muitos dos adolescentes internados por atos infracionais perderam essas relações com o meio físico, ou nunca as tiveram.

A falta de matrizes na base da educação, privou-os de estabelecer uma série de ações comportamentais e ligações sociais com o mundo que os rodeia. O resultado é presente em todas as situações urbanas: vandalismo, vozes altas em momentos que se esperaria silêncio, furar uma fila de supermercado, ou um simples jogar um papelzinho no chão, tendo uma lixeira a metros de distância.

O ambiente (meio físico) se degrada e nosso comportamento acompanha a degradação. Parece um exagero, mas as pessoas que convivem diariamente com essas situações acabam por perder o senso de cuidado consigo mesmas e com o espaço que as circunda.

Quem adquiriu a educação adequada nos cenários de comportamento esforça-se para manter a situação sob controle, mas no meio comunitário, no bairro, na cidade, onde estamos mais sujeitos aos "bons e maus exemplos", nem sempre torna-se tarefa fácil. Na verdade, tomar posturas de cobrança em prol de um bom comportamento pode ser visto como algo extremamente desagradável, a menos que seja um papel social que a nós foi designado, como no caso de muitos que trabalham em socioeducação diretamente, quem está na ponta, ou seja, o agente socioeducador.

O papel do agente socioeducador, no entanto, nem sempre consegue se dar como atuante na cidade estruturada (ou desestruturada). Mas pode dar-se nos locais semelhantes a cidades – nos centros de internação.

Usar um banheiro adequadamente, ter postura de aluno em uma sala de aula, ter espírito esportivo em um jogo de bola, esperar um carro passar antes de atravessar uma rua (ou passagem de veículos que se *assemelha a uma rua*), são exemplos de ações socioeducativas, relacionando-se aos nossos cenários de comportamento.

Quanto mais vivenciamos um cenário de comportamento, maior é seu poder de alterar nossa percepção do "mundo real". (GALLAGHER, 19--, p. 160)

Mesmo uma situação das mais corriqueiras e cruéis da nossa contemporaneidade: a dependência química serve para estabelecer a socioeducação. Não tenho a pretensão de me estender no tema, até mesmo por minha extrema limitação na área,

mas cabe colocar que, mesmo nesses casos, mudanças de cenários de comportamento podem ter um efeito benéfico maior do que se imagina.

Gallagher coloca que é necessário romper com o ambiente condicionado. Não existe recuperação de vícios os mais diversos, se o meio físico das pessoas permanece inalterado. Os esforços envolvidos são muito grandes e não há garantias de nada. O caminho apontado é o rompimento com relações passadas e a busca de novas relações baseadas nos estímulos de coisas e lugares novos.

Se a droga é a aranha do vício, parece cada vez mais provável que os cenários em que ela é usada venham a ser a teia. (GALLAGHER, 19--, p. 167)

A mudança de ambiente por si só pode trazer nova luz sobre eventos e comportamentos, da mesma maneira que manter o vício (seja ele qual for) em horário e/ou local alternado do regular, pode provocar uma reação muito mais intensa que a normalmente sentida – mesmo porque as reações que o próprio organismo se vale para atenuar os efeitos tem o respaldo do ambiente de costume.

Quando um viciado sevê privado dos amortecedores de um meio circundante familiar, a dose habitual de heroína pode de repente desferir um tranco mortal, do mesmo jeito que o raro copo de vinho ao almoço sobe à cabeça muito mais depressa do que aquele outro copo costumeiramente tomado em casa, ao jantar.

É um mecanismo quase que embarrasosamente simples que explica boa parte da influência que o meio circundante exerce sobre o comportamento. (GALLAGHER, 19--, p. 169)

Nossos adolescentes preferem ambientes de características recheadas de variáveis, mais complexas e ativas. Manterem-se no interior de um prédio, na maior parte das horas, é verdadeira tortura. O ECA postula um mínimo de 2 horas de sol por dia, em regimes de internação. Percebiam quão problemático se torna essa situação quando restrita ao mínimo. Para promover um número maior de variáveis, nada como sair ao céu aberto, onde as nuvens nunca são as mesmas, a temperatura frente à umidade relativa do ar e o vento são inconstantes com o passar das horas, onde a micropaisagem pode apresentar pequenas alterações de um dia para o outro (uma planta que perdeu as folhas naquela noite, a visitação de um bando de pássaros nos beirais do telhado, etc).

Para se perceber as mudanças do ambiente, é necessário não só atenção, mas de fato estar presente no ambiente. E estar presente no ambiente é também identificar-se com aquele ambiente. Se moramos em um lugar é porque existe algum grau de identificação com ele, senão ali não permaneceríamos. Você pode até pensar que existem pessoas que estão morando em uma cidade devido exclusivamente ao emprego, mas, no fundo, não é bem assim. Fosse uma questão apenas financeira,

não durariam muito tempo ali. Talvez a cidade não seja a desejada, mas serão desencadeados mecanismos de compensação em outros espaços, como na residência em si, ou mesmo no local do trabalho, ou ainda no barzinho para aonde se dirigem ao fim de todas as tardes. As identificações podem ser as mais diversas conforme as diferentes escalas espaciais e de relacionamentos.

Essa identificação com o lugar está relacionada ao sentimento de realização pessoal, que nos vincula ao espaço.

Da mesma forma, para a maioria, o mar é apenas uma grande poça de água, mas para um marinheiro ou pescador, é algo muito diferente, por causa do que aquela pessoa em particular pode fazer dele. (GALLAGHER, 19--, p. 214)

Ao desconectarmos o adolescente em internação do seu meio ambiente de origem, estamos propiciando alterações de estímulos, quebras de identificações anteriores e revisão dos seus sentimentos de realização pessoal. É muita coisa para ser processada se você não tem maturidade emocional e mental para tanto. Não que a internação promova uma fragilização no ser, mas no âmbito maior, frente à sociedade, o adolescente já chega no CASE fragilizado!

A maioria dos atos infracionais ocorrem em comunidades de cidades constituídas e plenas em ebullição de estímulos. Gallagher descreve a relação direta entre crescimento da urbanização e a perda das relações sociais saudáveis, o que leva ao crescimento da violência. Nas grandes cidades, estamos sujeitos a uma enorme intensidade de estímulos que vão se sobrepondo com o passar das horas, e somente a remoção do indivíduo desestabilizado desse ambiente é que pode promover uma restauração da alma.

É devido a isso que muita gente busca refúgios naturais quando tira férias. Existe uma necessidade de "recarregar as baterias", pois sofremos de fadiga mental, o que ocorre com todos nós que precisamos nos ausentar de nossas vidas. Reduzir o número de estímulos a que nos sujeitamos nos outros onze meses do ano é um processo similar ao que se dá com os adolescentes em regime de internação.

Quando internado, ocorre uma redução brutal de estímulos. Dentro de uma Unidade, não há muita variabilidade de rotinas. As novidades que o passar dos dias traz ganham uma importância e dimensão desproporcionais, às vezes ao ponto do "convulsionamento em grupo". Existe uma agitação coletiva, muitas vezes associada ao momento que precede um motim ou rebelião. E se não há tempo e espaço dedicados ao ambiente externo do prédio – prevalecendo o confinamento – esses momentos tensos só vão crescendo em número. Prédios com modelos抗igos, onde estão previstos apenas "pátios de sol" para atender o mínimo de contato com o exterior, têm essa situação crítica como realidade.

Já os novos modelos de CASE, baseados em prédios pulverizados em um terreno, vislumbram uma outra realidade de estímulos: nem tantos como na cidade, mas mui-

to mais que nos ambientes internos. Aliás, fica muito mais fácil controlar o número e intensidade de estímulos. Não é uma cidade, mas uma semelhança de cidade.

Para muita gente, a recreação é a única oportunidade de transcender os limites rotineiros, de gozar da sensação de controle e de escapar das obsessões com tempo, problemas pessoais e opinião alheia; ao mesmo tempo, estar absorvido num meio natural parece aumentar as chances para o "fluxo".

[...]

Para Piaget, os lugares ideais para promover o desenvolvimento humano eram aqueles tanto sensíveis quanto previsíveis, o que explica em parte porque as experiências na natureza podem ser tão satisfatórias. (GALLAGHER, 19--, p. 262)

No entanto, não podemos esquecer o que levou esses adolescentes a serem internados. Os atos infracionais cometidos, em alguns casos, são classificados, no Código Criminal como "crimes contra a vida" e mesmo "crimes hediondos". Falar em recreação, lazer e contato com a natureza, para muitos, soa como uma "recompensa" frente ao ato praticado. Nosso sistema judiciário, impulsionado pelo apelo de segmentos da sociedade, ainda trabalha no paradigma do "crime e castigo". Alguns afirmam que tratamentos mais brandos aos adolescentes significariam uma perda da realidade.

Pesar prós e contras sobre como tratar esses adolescentes é tema que vem sendo debatido entre a sociedade com mais ênfase nos últimos tempos. E esse tema vincula-se diretamente à outra discussão: se estamos tratando de seres humanos fragilizados (e alguns usam essa palavra ao pé da letra) ou criminosos. Nada mais do que entender se queremos um conjunto de ações restaurativas ou punitivas. Fico pensando, depois de vivenciar situações do meu trabalho por quase dez anos, se esse debate não é mais velho que o mundo. Estamos todos simbolicamente ou passando a mão na cabeça desses jovens ou tomado o chinelo nas mãos – ou ainda flutuando entre uma coisa ou outra...

Talvez o caminho não seja uma escolha entre essa polarização, a qual inicialmente todos tomam um partido, mas sim um caminho de restauração. Uma restauração que começa pelo ser humano como indivíduo, mas que afeta positivamente toda a sociedade.

As práticas restaurativas vêm sendo desenvolvidas em alguns Estados do Brasil, o Rio Grande do Sul é um deles. Não caberia nessa publicação explorar todo o significado do tema¹, apenas apontar que a arquitetura não promoverá uma socioeducação em si. Esse é um trabalho realizado por pessoas, não por prédios.

Os prédios apenas estão lá para servir as pessoas.

¹ O máximo que me permitiu foi explanado no capítulo do Programa Arquitetônico Socioeducativo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BARROS, Betina Warmling e GERMANO, Marco Andre. Justiça Restaurativa. In: LAZZAROTTO, Gislei Domingas Romanzini et al. **Medida socioeducativa: entre A & Z**. Porto Alegre: UFRGS, Evangraf, 2014. p. 150-152

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitário**. Secretaria Especial dos Direitos Humanos, CONANDA, Brasília, DF, dezembro de 2006. Disponível em: <http://iproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/sitecmdca/usu_doc/planonacional.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2013

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acessado em 23 ago. 2015.

BRASIL. **Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012**. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 19 jan. 2012.

BRASIL. Resolução nº 119, 2006. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo e dá outras providências. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE**. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). Brasília, DF.

CASTELLO, Lineu. **A percepção de lugar**: repensando o conceito de lugar em arquitetura-urbanismo. Porto Alegre: PROPAR-UFRGS, 2007. p. 328

CRAIDY, Carmem Maria. Ato infracional. In: LAZZAROTTO, Gislei Domingas Romanzini et al. **Medida socioeducativa: entre A & Z**. Porto Alegre: UFRGS, Evangraf, 2014. p. 34-35

CURTIS, Júlio Nicolau Barros de. **Vivências com a arquitetura tradicional do Brasil**: registros de uma experiência técnica e didática. Porto Alegre: Ed. Ritter dos Reis, 2003. p. 498

DAY, Christopher Day. **Places of the soul: Architecture and environmental design as a healing art.** Grã-Bretanha: Thorsons, 1990. p.192

DELAQUA, Victor. **Citações de Lina Bo Bardi.** São Paulo: Archdaily, 2014. Disponível em: <<http://www.archdaily.com.br/br/758509/citacoes-de-lina-bo-bardi>> Acessado em 05 dez 2014

DEL RIO, Vicente. **Introdução ao desenho urbano no processo do planejamento.** São Paulo: Ed. Pini, 1990.

FEBEM. **Programa de Execução de Medidas Sócio-Educativas de Internação e Semiliberdade – PEMSEIS.** Porto Alegre: Ed. Gráfica Original, 2002. Disponível em: <<http://www.fase.rs.gov.br/arquivos/1189084873pemseis.pdf>>. Acesso em: 28 fev. 2013

FONSECA, Claudia (Coord.) e BARCELLOS, Daisy Macedo de (Coord.). **Avaliação situacional, motivações e expectativas da população envolvida pelo sistema FEBEM.** Porto Alegre: UFRGS, 2001. Relatório apresentado à Presidência da FEBEM à Empresa de Comunicação Martins e Andrade - Núcleo de Antropologia e Cidadania (NACI), do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. Petrópolis: Ed. Vozes, 1987.

GALLAGHER, Winifred. **Buscando o lugar para ser feliz.** São Paulo, Editora Best Seller. [19--].

GOFFMANN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos.** São Paulo: Ed. Perspectiva, 2010.

GRECO, Patrícia Bitencourt Toscani. **Distúrbios psíquicos menores em agentes socioeducadores dos centros de atendimento socioeducativo do Rio Grande do Sul.** UFSM, 2011. 68 f. Dissertação - Mestrado em Enfermagem. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011.

JACOBS, Jane. **Morte e vida nas grandes cidades.** São Paulo: Ed. WMF Martins Fontes, 2011. p. 510

KAHN, Louis. **Forma e Design.** São Paulo: Editora Martins Fontes, 2010. p. 91

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade.** São Paulo: Martins Fontes, 1997. p. 227

MEDEIROS, Martha. **Para iniciar bem o ano.** Porto Alegre: 2014. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticia/2014/12/martha-medeiros-para-iniciar-bem-o-ano-4672971.html>> Acessado em 23 ago 2015

NERBAS, Patrícia Freitas e ANDRADE, Amanda Coffi. **Educação para a sustentabilidade no desenvolvimento de projetos de arquitetura.** In: Encontro Latinoamericano de Edificações e Comunidades Sustentáveis de 2013.

- NYGAARD, Paul Dieter. **Espaço da cidade:** segurança urbana e participação popular. Porto Alegre: Livraria do Arquiteto, 2010. p. 192
- OLIVEIRA, Ariane e SILVA, Brunna Diehl Dutra da. Internação Provisória. In: LAZZAROTTO, Gislei Domingas Romanzini et al. **Medida socioeducativa: entre A & Z.** Porto Alegre: UFRGS, Evangraf, 2014. p. 135-137
- PEREIRA, Gerson Silveira. Semiliberdade. In: LAZZAROTTO, Gislei Domingas Romanzini et al. **Medida socioeducativa: entre A & Z.** Porto Alegre: UFRGS, Evangraf, 2014. p. 241-243
- PONZI, Carolina Tombini e GONÇALVES, Samantha Luchese, Internação. In: LAZZAROTTO, Gislei Domingas Romanzini et al. **Medida socioeducativa: entre A & Z.** Porto Alegre: UFRGS, Evangraf, 2014. p. 132-135.
- RIO GRANDE DO SUL. Governo do Estado. Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social. FASE. **Centro do Jovem Adulto - CJA:** resgate histórico. COSTA, Ana Paula; FERREIRA, Kátia Maria Martins e OLIVEIRA, Patrícia Trindade de (coords.). Porto Alegre: CORAG, 2002.
- ROLNIK, Raquel. **O que é cidade.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1988. p. 87.
- SANTANA, Liliane Szczepanski. Adolescente em conflito com a lei. In: LAZZAROTTO, Gislei Domingas Romanzini et al. **Medida socioeducativa: entre A & Z.** Porto Alegre: UFRGS, Evangraf, 2014. p. 24-26
- SILVA, Jean Sales da e TIETBOEHL, Lúcia Karam. Brete. In: LAZZAROTTO, Gislei Domingas Romanzini et al. **Medida socioeducativa: entre A & Z.** Porto Alegre: UFRGS, Evangraf, 2014. p. 45-46
- SOUZA, Danielle Gomes de Barros. **A repercussão das diretrizes pedagógicas do SINASE nos projetos arquitetônicos de unidades socioeducativas de internação.** Maceió: Universidade Federal de Alagoas, 2011. 188 f. Dissertação - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2011.
- VITRUVIUS, Pollio. **Tratado de Arquitetura.** São Paulo: Martins Fontes, 2007. p. 556
- VOLKMER, José Albano. Muito além da prancheta eletrônica. **Revista ArqTexto**, Porto Alegre, n. 7, 2005.



Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas
Av. Cel. Aparício Borges, 2199 | Porto Alegre/RS
CEP 90680-570 | Fone: (51) 3288.9700

Editora Corag
Rua Caldas Júnior, 261 | Centro Histórico | Porto Alegre/RS
editora@corag.rs.gov.br | Fone: (51) 3221.3516 – (51) 3224.6636